

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**Janete Cristina Geraldo Faccioli**

**Centro de Referência de Assistência Social de Cabreúva:  
reflexões sobre o território como estratégia para garantia de  
direitos sociais**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SÃO PAULO  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Janete Cristina Geraldo Faccioli**

**Centro de Referência de Assistência Social de Cabreúva:  
reflexões sobre o território como estratégia para garantia de  
direitos sociais**

**MESTRANDA EM SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Doutora Rosângela Dias Oliveira da Paz

**SÃO PAULO  
2009**

**Banca Examinadora**

---

---

---

**Ao nosso amor, cumplicidade e respeito durante os 25 anos de feliz convivência.**

**Com você eu aprendi a ver a beleza do universo...**

**Seu incentivo e apoio incondicional foram fundamentais nesta trajetória.**

**Definitivamente amo você!**

**MARCOS**

## **AGRADECIMENTO**

- **DEUS!** Sem **ELE** nada teria sido possível!
  
- **Santo Expedito** eleito meu Santo protetor e inspirador nessa trajetória acadêmica... Suas simbólicas insígnias CRAS, palavra latina que significa “Amanhã” e HODIE significando “Hoje”, inspiraram-me em analogia a minha vida profissional: “Não deixar para AMANHÃ o que posso fazer HOJE”
  
- **Aníbal e Benedita** meus PAIS que senti tão presentes espiritualmente em toda essa trajetória.
  
- **Marcos** meu adorável companheiro, grande incentivador, sem o seu apoio tudo seria muito mais difícil.
  
- **Neto e Estevan** meus filhos, meus tesouros... Pelo entusiasmo demonstrado no início, pela resignação no decorrer desse processo e pela tremenda torcida para que eu chegasse até o fim... Enfim, conseguimos!
  
- Gabriela e Fernanda, pelo carinho demonstrado incessantemente nesta trajetória. Agora terei tempo para mimá-las.
  
- CAPES pela concessão da bolsa de estudos.
  
- Rosangela Paz, minha querida Rô... Sua incansável luta em me fazer pensar como pesquisadora foi preciosa. Sinto-me honrada em ser sua primeira orientanda. Impossível te esquecer!
  
- Aos Mestres, Doutores em especial da PUC/SP. Demasiado foi o meu aprendizado com todos vocês! Compartilhar conhecimentos difere de o simples ensinar!
  
- Kátia meu porto seguro na PUC/SP
  
- As amigas que conquistei no Mestrado principalmente àquelas que me auxiliaram nos momentos de dúvidas e inseguranças.
  
- Sonia Maria por me conceder o tempo necessário para conquistar o tão almejado título de Mestre.

- As famílias usuárias, hoje também amigas que acreditaram e apoiaram o meu trabalho profissional.
- As Secretarias de Ação Social, Educação e Saúde parceiras na condução do trabalho socioeducativo do PBF.
- A equipe técnica da SAS/Cabreúva e todos os funcionários que me apoiaram direta e indiretamente e compreenderam as minhas ausências em reuniões, eventos e até mesmo nos encontros informais.
- Viviane, seu apoio e sua participação na transcrição das falas, foram fundamentalmente importantes.
- Querida Suzana obrigada pela dedicação às cansativas leituras, me auxiliando com as concordâncias verbais e nominais.
- Dona Eliana por me transmitir tranquilidade no momento de grande ansiedade.
- Albertina e suas técnicas neurolinguísticas que despertaram nossos cidadãos usuários.
- Meus (minhas) verdadeiros (as) amigos (as) que me ouviram falar sobre assuntos acadêmicos e ainda assim me aceitaram. Reconheço que muitas vezes fui cansativa. Prometo voltar a ser super legal.
- Daniel sempre dedicado e paciente ao me conduzir e aguardar inúmeras vezes na PUC-SP.
- Fátima e Dona Cida minhas fiéis colaboradoras suprimindo a minha ausência em casa, enquanto me dedicava às reflexões... Sem elas eu não teria um lar tão doce.
- Érica, Iza, Alan, pelo apoio e incentivo.
- Aos (as) alunos (as) e a Marisa coordenadora do curso de Serviço Social da CEUNSP/Itu pela compreensão e incentivo quanto ao meu afastamento ao me dedicar a esse desafio.
- A todas as pessoas conhecidas e/ou anônimas que me auxiliaram com seus pensamentos positivos.

## RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar e refletir os resultados da pesquisa desenvolvida junto às famílias beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família - PBF no município de Cabreúva, partindo da constatação da frágil identificação das famílias em relação ao território em que vivem. Apresenta a hipótese de que os moradores/usuários da política de assistência social desconhecem os serviços ofertados no município e no seu território de moradia. A pesquisa parte do universo de beneficiárias do PBF que participaram de atividades socioeducativas e do projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, ocorridos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Bonfim. Aborda uma breve retrospectiva da história da Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, realizando um percurso pela história da Assistência Social do município de Cabreúva. Discorre sobre os conceitos de território e de família presentes na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que surgem como elementos articuladores do Sistema, visando à criação de uma rede de serviços socioassistenciais. A pesquisa revela o perfil das famílias usuárias e analisa as vivências e significados da experiência de participação nas atividades do CRAS/Bonfim, possibilitando conhecer as possíveis mudanças no comportamento e suas expectativas. As principais conclusões da dissertação apontam para a especificidade de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos municípios de pequeno porte e para a importância do trabalho socioeducativo nos territórios de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social, Território e Trabalho Socioeducativo.

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to analyse and report the results of the research developed with the families benefited by the Federal Government Program named “Programa Federal Bolsa Familia - PBF in the city of Cabreúva, from the reports relating the fragile identification of the families with their territory. It introduces the hypothesis that the beneficiary of the social assistance policies do not know the services offered in the municipality or their inhabited district. The research starts with the group of beneficiaries from PBF that participated in the socioeducative activities and the project named “Recognizing our Territory” that happened at the Social Assistance Reference Center CRAS/Bonfim. It reports a short retrospective of the Social Assistance history starting with the Federal Constitution of 1988 and the Organic Law of Social Assistance – LOAS, timeling Social Assistance in the municipality of Cabreúva. It discourses on the concepts of territory and of families participating in the National Social Assistance Politics – PNAS, primary elements of the system, aiming at establishing a web of social assistance services. The research reveals the profile of the beneficiary families and analyses their participation in the program and what it meant to them, enabling one to recognise the possible changes in their behaviour and expectations. The main conclusions of the dissertation point to the specifics of the Unified Social Assistance System - SUAS implementation at each small municipality and also to the importance of the socioeducative work in the socially vulnerable territories.

Key words: Social Assistance Policy; Social Assistance Reference Center; Territory and Socioeducative work.

## **SIGLAS**

**ABNT**- Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ACATI** - Associação Cabreuvana da Terceira Idade

**AEDHA** - Associação de Educação do Homem de Amanhã

**BPC** - Benefício de Prestação Continuada

**CadÚnico** - Cadastro Único

**CAGED** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEUNSP** - Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio

**CIEE** – Centro de Integração Empresa Escola

**CIPA** - Comissão Interna de Prevenção de Acidente

**CMAS**- Conselho Municipal de Assistência Social

**CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CT** - Conselho Tutelar

**DRADS** - Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**EF** - Ensino Fundamental

**EI** - Ensino Infantil

**EJA** - Ensino de Jovens e Adultos

**EM** - Ensino Médio

**FMAS** - Fundo Municipal de Assistência Social

**FSS** - Fundo Social de Solidariedade

**FTHM** - Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social

**IAFAM** - Instituto de Assuntos da Família

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**IGD** - Índice de Gestão Descentralizada  
**IPEA** - Índice de Pesquisa Aplicada  
**IPRS** - Índice Paulista de Responsabilidade Social  
**IPVS** - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social  
**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social  
**MAS** - Ministério da Assistência Social  
**MBC** - Master in Business Communication  
**MBES** - Ministério de Bem Estar Social  
**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.  
**METROCAMP** - Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas  
**MTE** - Ministério de Trabalho e Emprego  
**NEPEDH** - Núcleo de Estudo e Pesquisa Ética e Direitos Humanos  
**NEPSAS** - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Assistência Social  
**NOB** - Normas Operacionais Básicas  
**NOB SUAS** - Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social  
**OG** - Organização Governamental  
**ONG** - Organização Não Governamental  
**PAIF** - Programa de Atenção Integral às Famílias  
**PBF** - Programa Bolsa Família  
**PBFI** - Piso Básico Fixo  
**PBT** - Piso Básico de Transição  
**PCS** - Programa Comunidade Solidária  
**PM** - Prefeitura Municipal  
**PMAS** - Plano Municipal de Assistência Social  
**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social  
**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira  
**PUC/SP** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
**PV** - Partido Verde

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO I - ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA VIAGEM PELA SUA HISTÓRIA RECENTE</b>	07
1.1. Breve retrospectiva da Política de Assistência Social	07
1.2. Assistência Social no Município de Cabreúva: Secretaria de Ação Social – SAS	17
<b>CAPÍTULO II - TERRITÓRIO E FAMÍLIA NA PNAS E NO MUNICÍPIO DE CABREÚVA</b>	31
2.1. O Conceito de Território na PNAS	31
2.2. O Conceito de Família na PNAS	34
2.3. O Município de Cabreúva	41
2.3.1. Diagnóstico social de Cabreúva	48
2.4. A Secretaria de Ação Social – SAS e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Bonfim	56
<b>CAPÍTULO III - VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS</b>	73
3.1. Perfil das famílias entrevistadas	73
3.2. Vivências e significados	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	99
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	105
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO I</b> - Mapa do Distrito Bonfim	
<b>ANEXO II</b> - Autorização	
<b>ANEXO III</b> - Questionário	
<b>ANEXO IV</b> - Mapa de Cabreúva	

## INTRODUÇÃO

“Não se pode reformar os espíritos e a afetividade sem antes reformar as instituições”.

Bader Burihan Sawaia (2001)

Nesse início de século nos deparamos com um mundo globalizado com avanços tecnológicos e transformações aceleradas que alteram a economia, a política e a cultura na sociedade brasileira e ainda mudanças na forma de gestão da força de trabalho, que impactam o Estado e a sociedade. Uma realidade sob a égide do neoliberalismo<sup>1</sup>, do mercado, competitiva e conflituosa, que desencadeou desde o agravamento da questão social, resultantes das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, aos processos de redefinições do sistema de proteção social e da política social que emergem desse cenário.

No Brasil, o contexto do capitalismo mundial tem rebatimentos nas políticas públicas, em particular na política econômica e na estruturação e financiamento das políticas sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que todas as políticas públicas, como trabalho, saúde, educação, habitação, saneamento, assistência social, etc., sofreram durante a década de 1990, com a redução dos investimentos e a privatização e terceirização dos serviços públicos.

“A consolidação dos direitos está intrinsecamente vinculada ao processo de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, que transfigura a cidadania como concessão pelo gozo dos direitos individuais e aproveitamento das oportunidades, com esforço da cultura política do favor. [...] a concretização dos direitos não foge as determinações

---

<sup>1</sup> Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre neoliberalismo, mas registramos o conceito por Milton Friedman, um de seus idealizadores: “podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com essa doutrina deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois esse princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país”. (Site: <http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>. Acessado em fevereiro de 2009).

econômicas, políticas e culturais. Ao contrário, está embrionária e organicamente vinculada a lógica da relação de classe e destas com o Estado, à produção e apropriação dos recursos públicos e à produção de vida em sociedade”. (BATTINI, 2007:64)

No caso específico da política de assistência social observa-se, a partir de 2003, um movimento pela construção e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que de certa forma é contrário a tendência neoliberal que apregoa um Estado mínimo e a redução de investimentos. O SUAS concretiza a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que definem que essa política é um direito do cidadão e dever do Estado. Assim, o SUAS é um desafio coletivo com intuito de unificação da política de assistência social na perspectiva da proteção social, partindo das necessidades socioassistenciais da população, definindo responsabilidades e competências dos três entes federados - municípios, estados, Distrito Federal e governo federal.

A concepção do SUAS implica responsabilidade e compromisso não apenas na intenção de garantia dos direitos, mas na sua concretude, dessa forma tornando possível uma sociedade mais justa e igualitária, assegurando a proteção social à população em situação de vulnerabilidade, risco e exclusão social.

Consolidar o SUAS envolve diversos sujeitos, gestores públicos, executores da assistência social, chefes do poder Executivo e demais instâncias de poder (Legislativo, Ministério Público e Judiciário), instituições e organizações prestadoras de serviços socioassistenciais, bem como envolve os usuários, representantes da sociedade civil e os órgãos de controle social (conselhos municipais). Portanto, são muitos os atores envolvidos, o que exige vontade política, como também desafia gestores e técnicos no saber-fazer politicamente, teoricamente e tecnicamente.

Este estudo, do ponto de vista da produção do conhecimento, tem por objetivo analisar e refletir sobre os resultados de uma experiência de trabalho desenvolvida em um equipamento governamental previsto na Política de

Assistência Social, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Cabreúva, distante 78 km da cidade de São Paulo. Esse município apresenta população atual de 38.898<sup>2</sup> e, segundo a NOB/SUAS é classificado como de pequeno porte II e está habilitado à Gestão Básica. Pretendeu-se conhecer e analisar os resultados da experiência a partir do olhar, das vivências e significados de um grupo de mulheres participantes do trabalho.

O município de Cabreúva é um território de Área de Preservação Ambiental – APA, sendo também o primeiro trecho margeado pelo Rio Tietê, contemplado por belas paisagens naturais e agradável clima de montanha, com raízes culturais que se afloram nos eventos anuais das festas religiosas e folclóricas, além de potencialidades para o lazer e turismo. Por outro lado, Cabreúva apresenta fragilidades e carências, como muitas cidades brasileiras. As situações que requerem atenção e intervenção serão abordadas ao discorrermos sobre a Secretaria de Ação Social e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Do ponto de vista metodológico optou-se por partir do universo de 422 usuárias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família - PBF, que participaram das atividades socioeducativas ocorridas no CRAS/Bonfim, na ocasião do cadastramento das famílias beneficiárias. Uma parte dessas famílias participou do projeto socioeducativo realizado no CRAS e intitulado “Reconhecendo o Nosso Território”, após a constatação da frágil identificação dessas famílias em relação ao território em que vivem. Tal projeto teve a duração de cinco meses e desenvolveu-se em oito encontros.

Para a pesquisa qualitativa definiu-se a seleção de seis mulheres participantes do Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, na condição de representantes de suas famílias, com o objetivo de pesquisar qual o conhecimento e acesso dos usuários do CRAS/Bonfim sobre o território onde

---

<sup>2</sup> IBGE 2007.

estão inseridos e sua cidade, refletindo sobre as possibilidades e desafios para o trabalho social desenvolvido no CRAS. O critério adotado para seleção de nossas entrevistadas foi o de residir a mais tempo nas áreas de abrangência do território e que tivessem participado das ações desenvolvidas no referido projeto.

Partiu-se da hipótese de que os moradores/usuários da política de assistência social desconhecem os serviços ofertados no município e no seu território de moradia.

Concordamos com Bourguignon quando afirma que:

“A preocupação com o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância, tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas. A pesquisa deve não só compreender as questões estruturais, mas também a perspectiva de totalidade do processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso, as diferentes formas de como o sujeito se relaciona com a realidade social não podem passar despercebidas nas pesquisas da área”. (BOURGUIGNON, 2007:51)

Assim, buscou-se identificar as percepções e vivências das famílias usuárias do território de abrangência do CRAS através de um questionário, instrumento com perguntas abertas, abordando momentos específicos da participação das mesmas no processo de implantação do CRAS/Bonfim, ou seja, aqueles ocorridos no ano de 2006 e vivenciados durante os anos de 2007 e 2008. As entrevistas foram gravadas e relatadas na íntegra, com a devida autorização das entrevistadas para sua divulgação, entretanto, optou-se pelo sigilo dos sujeitos da pesquisa, identificando as citações apenas com as letras iniciais dos nomes.

De acordo com Freire (1985, p. 40):

“Um dos inúmeros aspectos positivos de um trabalho como este é, sem dúvida, fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objeto da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele. Nesta segunda hipótese, os

especialistas falam sobre ele; quando muito, falam a ele, mas não com ele, pois só o escutam enquanto ele responde às perguntas que lhe fazem”. (id. 2007:51)

A pesquisa de campo possibilitou-nos conhecer as possíveis mudanças no comportamento das famílias usuárias e suas expectativas. O questionário foi estruturado para garantir a visão das entrevistadas sobre três momentos distintos na implantação do CRAS e captar as avaliações e reivindicações das entrevistadas relativas aos serviços e seus projetos de vida. Assim, a estrutura do questionário contemplou: a) o momento anterior à instalação do CRAS; b) o momento posterior à instalação do CRAS, no qual foram realizadas as atividades socioeducativas do Programa Federal Bolsa Família – PBF; c) o momento de execução do Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, quando se buscou explorar as lembranças dos oito encontros realizados; d) Avaliação, sugestões e reivindicações quanto às ações executadas e sobre o projeto de vida das famílias usuárias e suas expectativas para o futuro.

A dissertação apresenta a seguinte estrutura: no primeiro capítulo realizamos uma breve retrospectiva da história recente da Assistência Social, isto é, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, fazendo um percurso pela história da Assistência Social do município de Cabreúva, abordando as dificuldades encontradas para sua implantação, os entraves na sua trajetória e os desafios na consolidação do SUAS.

No capítulo II abordaremos os conceitos de território e de família presentes na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que surgem como elementos articuladores do Sistema, visando à criação de uma rede de serviços socioassistenciais, conceitos baseados na lógica da proximidade do cidadão, territorialidade e primazia para a matricialidade sociofamiliar, isto é, a família como centro das atenções. Na PNAS, a matricialidade sociofamiliar representa eixo estruturante na gestão do SUAS, com proposta de recuperar a idéia de grupo familiar e não de indivíduo isolado. Discorreremos sobre a primazia da família na perspectiva de fazer avançar o caráter preventivo de

proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a concretização dos direitos humanos e sociais. Essa centralidade na família é um desafio a ser conquistado nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS(s).

No último capítulo, apresentaremos o perfil das famílias usuárias, os depoimentos e análises das vivências e significados, resultado da pesquisa qualitativa.

Entendemos que este estudo enfrentou inúmeros obstáculos, dos quais ressaltamos a difícil tarefa de desvencilhar-se do papel técnico-profissional para assumir o lugar de pesquisador, exercício incansável provocado pelo orientador ao orientando, na produção desta Dissertação de Mestrado. Ao final dessa caminhada é possível verificar que o trabalho traz contribuições para a Política Nacional de Assistência Social, para o município de Cabreúva e em particular para o CRAS/Bonfim.

## **CAPÍTULO I**

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA VIAGEM PELA SUA HISTÓRIA RECENTE**

#### **1.1. Breve retrospectiva da Política de Assistência Social**

No Brasil, a Assistência Social deixou marcos históricos até alcançar o status de política pública. Este capítulo busca refletir sobre os principais pressupostos da Política Pública de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, e a trajetória dessa política no município de Cabreúva.

Para dar início às nossas reflexões, é oportuno esclarecer algumas ações muitas vezes confundidas com a Assistência Social. Em nosso país, desde o século XVIII, a ajuda ao próximo, as ações de assistência, caridade e benemerência estiveram sempre ligadas à moral cristã, como redentora dos pecados. Já a filantropia, discorre Mestriner, “constitui-se no campo filosófico, moral, de valores como altruísmo e comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter de relação”. (2002:14).

Segundo Yasbek (2004), a filantropia [...] “refere-se ao amor ao homem por razões humanitárias e expressa o sentido de solidariedade entre os homens”, ou seja, está no campo da sociedade civil, da solidariedade, que não se confunde com o campo dos direitos e da ação estatal.

“A filantropia, no Brasil faz parte da nossa história, e a presença do setor privado na provisão social não é uma novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras. Mas, inegavelmente, nos anos mais recentes, esta presença, além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de Proteção Social do país”. (YASBEK, 2004:17)

Imprescindível para a assistência social foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando um marco na organização do Estado brasileiro e na garantia dos direitos da sociedade, importante lei que possibilitou a construção de uma nova matriz para a Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988 foi batizada como Constituição Cidadã, em decorrência do discurso proferido por Ulisses Guimarães: “essa será a Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria”<sup>3</sup>.

A partir da Constituição, compreendeu-se a Seguridade Social como Política Pública de Proteção Social: política de direitos, universal e de responsabilidade estatal, composta pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Política Pública significa que o Estado deve ter a responsabilidade pela regulação e implementação da política, garantindo a qualidade e expansão dos serviços, deve ter serviços próprios como: implantar política de parcerias, coordenar a rede de forma articulada, financiar as ações, construir metodologia e controlar os resultados.

A Constituição Cidadã trouxe modificações profundas na maneira até então hegemônica de abordar o tema, introduzindo novos princípios e novas diretrizes<sup>4</sup> concebendo a assistência como direito do cidadão e dever do

---

3 Discurso proferido em 27 de julho de 1988, pelo presidente da Constituinte Senhor Ulisses Guimarães.

4 Ver art. 194, 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

**Art. 194** - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

**Art. 203** - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

**I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

**II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

**III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

**IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Estado, orientando a construção de todo um sistema de assistência social. No entanto, na época se deparou com sérias dificuldades como:

- “o despreparo dos municípios para operar convenientemente a gestão das ações locais;
- a fragilidade do poder político local para a gestão municipal autônoma, dada a tradição de um Estado centralizador que “infantilizou” prefeitos, vereadores e, especialmente, excluiu a participação popular;
- o domínio da oligarquia e do privado – lugar por excelência do município;
- prefeitos e vereadores obedientes e servis ao poder central;
- a enorme fragmentação dos programas, ações e recursos ainda existentes;
- as resistências dos agentes técnicos dos próprios quadros institucionais de nível estadual e federal;
- a ausência de clareza e de preparo para os novos papéis dos níveis federal e estadual para direcionarem o processo de municipalização;
- a ausência de informação e visibilidade das políticas sociais públicas;
- a ausência de recursos humanos qualificados no quadro da administração municipal, capacitados para exercer e acompanhar as ações locais”. (SPOSATI e FALCÃO, 1990, p. 23-24).

Essas dificuldades foram literalmente experimentadas no município de Cabreúva, agravadas ainda mais em relação a sua realidade, que consistia na luta pela implantação do trabalho técnico na área da Assistência Social. Frágil encontrava-se a Assistência Social mediante fortes obstáculos na concretização da política social.

[...] “Esta reprodução precisa ganhar patamares ditados pela Constituição, ou seja, restituir a cidadania de todos pela redução das gritantes desigualdades sociais, pela universalização do acesso aos serviços sociais consagrados pelo direito; pelo reconhecimento do munícipe enquanto sujeito participante da coisa pública”. (id, ibid. p. 24)

---

**Art. 204** - As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

**I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

**II** - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

A cidadania é um referencial de conquista do ser humano através daqueles que não se acomodam frente às dominações e que buscam direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas; a cidadania está em permanente construção e é quase sempre confundida com a história das lutas pelos direitos humanos.

Em 1990 é apresentada a primeira redação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Infelizmente, ela é vetada pelo presidente Fernando Collor de Melo, porém a busca por uma regulamentação específica para área continua. A LOAS é uma construção histórica, resultado de lutas e iniciativas de profissionais, organizações da sociedade civil, gestores, professores e pesquisadores da área.

Na nossa experiência em Cabreúva, podemos acompanhar e participar intensamente desse processo, no qual se destacou a descentralização político-administrativa, o poder local e o projeto ético-político do Serviço Social.

A Assistência Social, definida no texto constitucional como Política Pública componente da Seguridade Social, foi posteriormente regulamentada pela Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que estabelece princípios doutrinários e organizativos, dentre eles o de descentralização, democratização, equidade e complementaridade entre o poder público e a sociedade.

#### Capítulo I - Definições e dos Objetivos:

[...] “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Art. 1º, 1993)

No âmbito municipal, a descentralização democratizadora da política de assistência social envolve uma efetiva revolução cultural nos modos de pensar e realizar a gestão pública. Nesse processo de reordenamento institucional se destacam a descentralização de recursos e de decisão e a participação direta das organizações sociais civis e da população usuária.

Neste cenário, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Plano e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS passam a existir legalmente, sendo regidos por normas próprias, desempenhando sua função de identificar e legitimar as prioridades públicas, envolvendo e co-responsabilizando todos os setores sociais, organizações da sociedade civil, empresas e governo.

Segundo Paz:

“Os conselhos são essencialmente espaços de interlocução política, negociação e deliberação, lugares de disputa de projetos e recursos, mecanismos de partilha de poder e de democratização da vida social”. (2006:118)

O fortalecimento dos municípios é a linha estratégica para se efetivar a descentralização político administrativa da assistência social. Sendo assim, os atores do poder público e da sociedade civil passam a ter ação social integrada. Surge o debate sobre as relações entre democratização e representação dos interesses populares na esfera das decisões políticas. Diante disso, Paz alega que “Ao falarmos de interesse público, estamos afirmando que são interesses da maioria – da coletividade – e, portanto, diferentes e distintos dos interesses pessoais, particulares e mesmo dos corporativos”. (2006:118)

Com a promulgação da LOAS, extingue-se a Legião Brasileira de Assistência – LBA, e o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS é transformado no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Mas, por outro lado, na contramão desse processo, cria-se por decreto do governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Programa Comunidade Solidária - PCS, que vem substituir a desejada regulação do dever do Estado e do direito do cidadão na assistência social por “uma nova relação solidária” com a sociedade. O programa sugeriu uma nova maneira de enfrentar a questão social, adotando o princípio da solidariedade, articulação e parcerias, deslocando a responsabilidade do Estado para a sociedade.

“Cria o Comunidade Solidária como uma estratégia que busca um novo estilo de gerenciar ações públicas com base na integração e descentralização das ações de governo, e em uma abertura à participação e parceria com a sociedade na procura de soluções mais adequadas para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres”. (PELIANO, 2005:21)

O programa tinha sua atenção centrada nas prioridades, isto é, em ações focalizadas na pobreza, e não em criar novos programas. A escolha do caminho da subsidiariedade retraiu a responsabilidade pública; essa opção neoliberal fez recuar mais uma vez o pacto pelos direitos sociais.

“Pior ainda, colocou à frente do processo pós-ditadura militar, voltado para democratização da gestão pública estatal, um simbolismo que tudo tinha de continuidade com o conservadorismo: a primeira-dama”. (SPOSATI, 2004:35)

Paralelamente a essa iniciativa do governo federal, na I Conferência Nacional de Assistência Social em 1995, foi apresentada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, sistema descentralizado e participativo. A municipalização, a renda mínima, a relação público/privado, o financiamento e o controle social (SPOSATI, 2005) demonstraram tensão e convivência entre duas proposições opostas, tendência presente durante a década de 1990. Por um lado, o CNAS e os conselhos municipais davam início ao processo de descentralização participativa. Por outro, os governos federal, estaduais e municipais atuavam na gestão, implementando as diretrizes da LOAS (Conselhos, Planos e Fundos), mas também as ações solidárias propostas pelo Comunidade Solidária, numa postura ambígua e paralela ao que seria o sistema único da assistência social.

Aliado aos preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, tem-se o instrumento denominado Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB, que objetivou disciplinar os procedimentos operacionais para a implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Estabelecendo competências e controle social aos Conselhos de Assistência Social, forneceu respaldo para a construção efetiva do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. Na definição da

prioridade do público alvo da assistência social, estabeleceu os que apresentam: condições de vulnerabilidade (crianças e idosos), desvantagem pessoal (deficiências ou incapacidades) e situações circunstanciais e conjunturais (vítimas de abuso e exploração).

A I Norma Operacional Básica – NOB I, editada em 1997, conceituou o sistema participativo de gestão da assistência social, ampliou o âmbito de competência das três esferas do governo, reafirmou a exigência dos Conselhos, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município ter acesso aos recursos federais. Nesse mesmo ano a II Conferência Nacional de Assistência Social apresentou os mesmos temas da I Conferência.

Em 1998, é aprovada pelo CNAS a primeira Política Nacional de Assistência Social e a I NOB foi revista. Na edição da II NOB são diferenciados programas, projetos e serviços, ampliaram-se as atribuições dos Conselhos e criaram-se os espaços de negociação e pactuação entre as três esferas do governo (Comissões Bipartite e Tripartite).

A III Conferência Nacional de Assistência Social ocorreria em 1999, mas foi impedida por ordem presidencial. Após seis anos da I Conferência Nacional de Assistência Social, portanto em 2002, a III Conferência Nacional de Assistência Social discutiu os mesmos assuntos da I Conferência.

No ano seguinte, em 2003, foi criado o Ministério da Assistência Social – MAS, considerado um avanço, pois até então a Assistência Social não tinha um órgão de referência que cuidasse de assuntos exclusivos da política de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS tem sua versão preliminar elaborada em 2003, e o debate é intenso na IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocasião que é retomado o caráter democrático e participativo das discussões.

“A IV Conferência Nacional foi organizada para se tornar o momento culminante de um amplo processo de debate, avaliação e proposição, desencadeado pelas Conferências

Municipais e Estaduais de forma a deliberar e apontar os rumos da Política de Assistência Social no país”. (Relatório da IV Conferência Nacional da Assistência Social, 2003:9)

Rumo à efetivação da Assistência Social foi aprovado, em 2004, pelo CNAS, a segunda Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esse documento expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

“(…) busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (...) faz-se relevante, nesse processo, a constituição de rede de serviços que cabe à Assistência Social prover, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersetorial (...) a forma de gestão no sistema descentralizado e participativo implica na autonomia da gestão municipal (...) por fim, ressalta a importância da informação, do monitoramento e da avaliação” (trechos da Introdução da PNAS/2004).

A NOB/SUAS - Norma Operacional Básica, aprovada em 2005, retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 e constitui-se em um instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que direciona a implantação e o funcionamento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social:

“Seu conteúdo estabelece: o caráter do SUAS; as funções da política de assistência social para extensão da proteção social brasileira; níveis de gestão do SUAS; instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõe o processo democrático de gestão do SUAS; financiamento e regras de transição.” (trecho da justificativa da NOB/SUAS, 2005)

Os desafios decorrentes da exclusão e vulnerabilidade sociais requerem da Assistência Social ação e articulação com as demais políticas públicas, visando à construção de projetos integrados, desempenhando funções distintas e complementares, que necessariamente devem atentar para a Inserção, Prevenção, Promoção e Proteção, que serão desenvolvidas por intermédio de Benefícios, Serviços, Programas e Projetos.

Retomando a nova Constituição da República e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, as novas PNAS e NOB-SUAS reafirmam os princípios da Assistência Social em relação à administração e gestão das ações sociais, buscam uma nova realidade, como: primazia da responsabilidade do Estado, em cada esfera de governo, conduzindo a política de assistência social e interação construtiva com a sociedade para o enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão; centralidade da família; descentralização político-administrativa, com ênfase na municipalização. Buscam também um comando único das ações em cada esfera de governo, e participação da população na formulação da política de assistência social e no controle das ações sociais, por intermédio de conselhos, conferências e fóruns nessas mesmas esferas de governo.

Após superação de inúmeros obstáculos e enfrentamento de pequenos e gigantes desafios, o Sistema Único da Assistência Social – SUAS vem se consolidando, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, compreendida em serviços socioassistenciais organizados em: proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; vigilância socioassistencial e defesa dos direitos social e institucional.

“Para tanto, aqui, se entende a assistência social como: política de garantias de direitos de prevenção e proteção social por meio de serviços, benefícios, programas, projetos, monitoramento de trabalho social que:

- previne/reduz situações de risco social e pessoal;
- protege pessoas e famílias vulneráveis e vitimizadas independentemente de idade, sexo, raça, etnia, renda;
- cria medidas e possibilidades de ressocialização, reinserção e inclusão social;
- monitora exclusão, vulnerabilidade e riscos da população.

Portanto, a organização da assistência social supõe:

- uma rede de proteção social básica e especial fundada na cidadania;
- a provisão de um conjunto de seguranças sociais a todos;
- um sistema de monitoramento de riscos e de defesa de direitos.”  
(SPOSATI, 2004:41).

A Proteção Social Básica – PSB destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Os serviços de PSB devem atuar na perspectiva de fortalecimento de vínculos familiares e na convivência comunitária. Deve ser referência para escuta, informações, apoio psicossocial, encaminhamentos monitorados e de inserção nas ações da rede de assistência social e demais políticas públicas e sociais.

Já os serviços de Proteção Social Especial – PSE é uma modalidade de atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Devem ofertar serviço de abrigo, serviços de acolhimento e atenção psicossocial, especializados, destinados a criar vínculos de pertencimento e reinserção social.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS<sup>5</sup> contempla princípios denominados eixos estruturantes, que norteiam todo o processo da política de assistência social. Dentre os aspectos contemplados apresenta-se a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, eixos que serão abordados com maiores detalhes no decorrer deste.

“São eixos estruturantes da gestão do SUAS:

- a. precedência da gestão pública da política;
- b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c. matricialidade sociofamiliar;**
- d. territorialização;**
- e. descentralização político-administrativa;
- f. financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;

---

<sup>5</sup> “O Suas é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (NOB/SUAS, p. 13).

- h. valorização da presença do controle social;
  - i. participação popular/cidadão usuário;
  - j. qualificação de recursos humanos;
  - k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados”.
- (NOB/SUAS:14) (grifo nosso)

Compreendendo os eixos estruturantes do SUAS deve-se ter clareza das funções da Assistência Social: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional.

Os importantes avanços conquistados com a PNAS e o SUAS são muito recentes e se deram em uma conjuntura política determinada, na qual o governo do presidente Lula e as equipes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em particular da Secretaria de Assistência Social, assumiram o compromisso pela efetiva implantação do Sistema. Entretanto, há que se lembrar do contexto mais amplo, nacional e internacional, onde se debate e implanta o estado neoliberal, em que se minimiza a intervenção estatal, defende-se a auto-regulação do mercado, o que constrange ou limita a implantação do Sistema. Portanto, os diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na área devem atentar para uma mudança de cultura na área da assistência social.

Considerando a constatação de Paz, “mudar a cultura política brasileira ou construir novos valores e referências éticas não é tarefa fácil ou de curto prazo.” (2006:119)

## **1.2. Assistência Social no Município de Cabreúva: Secretaria de Ação Social – SAS**

A Secretaria de Ação Social de Cabreúva atende atualmente os preceitos estabelecidos na NOB/SUAS, bem como cumpre os ditames da PNAS, porém percorreu um longo caminho até alcançar esse patamar.

A trajetória de 23 anos de trabalho profissional na área social do município de Cabreúva, desde sua implantação até alcançar a Assistência Social atual, bem como a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil,

tem sido marcada por verdadeira batalha travada entre os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na questão social.

Ao abordar a trajetória da Assistência Social no município, foi adotado um caminho que possibilitasse refletir sobre as mudanças históricas na área ocorridas no Brasil e, conseqüentemente, os seus reflexos na atuação profissional local. Para tanto, optou-se em percorrer as gestões municipais.

Tal caminho adotado foi proposital, uma vez que, de quatro em quatro anos, o quadro político tem se alterado na história de Cabreúva, fator que ocasiona a “paralisação” momentânea dos trabalhos, até a constatação pelos novos gestores da necessidade das ações propostas e/ou em andamento. Oportuno mencionar que na última eleição de 2008 houve a primeira recondução política na cidade.

Não podemos omitir a cultura do “primeiro-damismo”, preponderante no município, realidade presente em quase toda a jornada, refletindo demasiadamente na área da Assistência Social.

“O trato da assistência social no âmbito da moral privada, e não da ética social e pública, é um dos equívocos dessa versão filantrópica. O primeiro damismo, a benemerência, estão no âmbito da moral privada. (...) O modelo conservador trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas de governantes, as primeiras damas, é que cuidam dos “coitados”. É o paradigma do não direito, da reiteração da subalternidade, assentado no modelo de Estado patrimonial. (...). Neste modelo, a assistência social é entendida como espaço de reconhecimento dos necessitados, e não de necessidades sociais”. (SPOSATI, 2001:76)

No relacionamento profissional assistente social e primeiras-damas, frequentes desgastes e desencontros ocorreram, e se justificam mediante a falta de conhecimento das primeiras-damas quanto ao papel da política de assistência social como direito, e conseqüente visão clientelista para com os usuários, ocasionando assim sua dependência.

**Gestão Municipal 1983-1988, partido PMDB, do então prefeito Sr Cláudio Antonio Giannini e vice-prefeito o Sr Conrado Vaz Guimarães.**

Neste período os municípios brasileiros tiveram um mandato político diferenciado, pois a gestão<sup>6</sup> foi ampliada de 04 para 06 anos.

A população de Cabreúva, no ano de 1983, era de 15.600<sup>7</sup> habitantes, sendo 3.600 na zona urbana e 11.600 na zona rural. O quadro do funcionalismo público apresentava 105 funcionários, dos quais 30 pertenciam à área administrativa; o Departamento de Promoção Social era constituído pela esposa do prefeito, o vice-prefeito e uma estagiária de Serviço Social.

Em julho de 1984, com a contratação de uma assistente social, até então estagiária, inaugura-se um espaço para o Serviço Social, isto é, um trabalho técnico na área pública do município. Tal fato só foi possível graças à visão do Executivo da época, ao reconhecer a necessidade do Serviço Social na instituição pública. Por outro lado, provocando uma identificação entre Assistência Social (política pública) e Serviço Social (profissão).

Ressalte-se que, paralelamente ao Departamento de Promoção Social, denominação do órgão responsável pela Assistência Social, foi implantado o Fundo Social de Solidariedade, órgão de competência da primeira-dama do município, que inicia um tímido trabalho de articulação junto à comunidade, com proposta de participação popular, modelo de orientação do governo estadual.

Situação melindrosa sempre foi a definição de papéis do técnico assistente social e da primeira-dama, uma vez que o Fundo Social de Solidariedade ainda não havia assentado as suas atividades, repercutindo nas competências do Serviço Social. Por outro lado, o Serviço Social acabava de ser implantado e necessitava mais do que nunca de espaço e autonomia nas

---

<sup>6</sup> BRASIL, Constituição (1988). Emenda constitucional 22, de 29 de junho de 1982. Art. 215- Os mandatos de prefeitos, vice-prefeito e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988.

<sup>7</sup> Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC/1983

ações, o que não ocorria, mesmo havendo reconhecimento da necessidade do profissional, como já foi dito anteriormente<sup>8</sup>.

O primeiro-damismo sempre existiu no município de Cabreúva e não foi surpresa depararmos-nos com essa realidade. O atendimento à população usuária há muito tempo fora realizado sob o direcionamento das esposas de prefeitos e estas, por sua vez, eram pessoas leigas dotadas de visão clientelista, cujas ações apresentavam caráter paliativo e puramente assistencialista. O fato encontrava respaldo junto à Legião Brasileira de Assistência – LBA, tradicionalmente presidida por primeiras-damas e pelo governo do estado de São Paulo.

Iniciar um trabalho técnico diante da realidade encontrada não foi nada fácil, e para que as mudanças pudessem ocorrer foi necessário superar os mais diversos obstáculos como burocracia, dificuldade financeira, rígida hierarquia, luta de poder, ausência de autonomia e vaidade política. Entraves que, muitas vezes, desacreditaram o profissional. Mas a luta incessante, com o passar do tempo, muita paciência e “jogo de cintura”, possibilitou realizar um trabalho diferenciado.

Mesmo sendo breve a atuação do assistente social nessa gestão, essa foi considerada positiva, pela possibilidade de implantação do Serviço Social. Desde então, o município contempla essa categoria profissional no quadro do funcionalismo público; outro fator favorável foi o exercício do planejamento das ações e a definição de papéis, bem como o início de um trabalho com famílias de baixa renda através do programa estadual Instituto de Assuntos da Família – IAFAM; e um terceiro fator favorável foi a construção do primeiro diagnóstico da área social, contemplando os recursos da comunidade e a elaboração de instrumentais técnicos e documentos afins.

---

<sup>8</sup> Apesar de compreendermos a diferença entre a profissão – Serviço Social e a política pública – Assistência Social, esse é um período anterior a Constituição Federal de 1988 e da LOAS, no qual há uma identificação entre profissão e as ações fragmentadas desenvolvidas nos municípios.

Enquanto no Brasil se discutia a criação da Constituição Cidadã, lei que consagra a universalização de direitos sociais, o Departamento de Promoção Social de Cabreúva, durante o período de 1987 a 1990, ficou sem o exercício do trabalho profissional, já que houve o desligamento do único profissional da área.

**Gestão Municipal 1989-1992, partido PSDB. Prefeito Sr Arnaldo Zicatti e Vice-Prefeito Sr Bruno Ciola.**

A população de Cabreúva no ano de 1991 era de 18.634<sup>9</sup> habitantes.

Em junho de 1990, a Prefeitura contrata novamente um assistente social, que encontra o Departamento de Promoção Social e o Fundo Social de Solidariedade ambos conduzidos pela esposa do prefeito. No Departamento, continuam os mesmos documentos criados na ocasião da implantação do Serviço Social, e a realidade apresentada não foi muito diferente dos anos anteriores, isto é, continuava o paternalismo exacerbado e os usuários dependentes.

Nessa época, o Departamento contava com três funcionários, um assistente social, um atendente e um motorista. Em 1991, houve “consentimento” para contratação de mais um profissional de Serviço Social. Vale ressaltar que a realização de concursos públicos em cidade pequenas era uma prática recente, portanto praticamente todos os funcionários públicos eram contratados.

A Constituição Cidadã de 1988 inaugura uma nova posição da Assistência Social como política social pública vinculada à Seguridade Social. Nessa época os profissionais não tinham consciência da grandiosidade dessa lei. Nessa mesma época houve mobilização dos profissionais da área social

---

<sup>9</sup> **Fonte:** IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade. População projetada pela Fundação Seade.

quanto a sua contribuição para com a importante Lei Orgânica do Município, que foi promulgada em 04 de abril de 1990.

Esse mandato (1989 a 1992) foi marcado pela influência da primeira-dama, que tentava interferir diretamente nas ações do profissional e dificilmente autorizava a participação de técnicos em reuniões, eventos, capacitações, etc., alegando sempre não haver necessidade.

Diante do exposto, o Departamento de Promoção Social não conseguiu grandes concretizações. Realizava atendimentos de plantão, visitas domiciliares, desenvolvia trabalhos com pequenos grupos de famílias e auxiliava nas campanhas do Fundo Social de Solidariedade, ações pontuais, que segundo a gestão eram suficientes.

Criou-se, nessa mesma gestão, um programa de habitação popular denominado Loteamento Novo Bonfim. Esse programa não contou efetivamente com a participação do trabalho técnico do Assistente Social, revelando por parte do Poder Executivo falta de conhecimento quanto à importância de um trabalho intersetorial.

“Dificilmente outro órgão público que não o da assistência social conhece periferias, grupos populacionais, organizações comunitárias. Sua capilaridade, além de abrangente, atinge situações e realidades que outros órgãos públicos desconhecem”. (SPOSATI, 1995:24)

### **Gestão Municipal 1993-1996, partido PMDB, Prefeito Sr Érdno André Salviano e o vice-prefeito Sr Diógenes Zacchi.**

A Prefeitura, em junho de 1996, apresentava 297<sup>10</sup> funcionários públicos e no Departamento de Promoção Social havia cinco funcionários, a saber: dois assistentes sociais, uma psicóloga, um auxiliar administrativo e um motorista.

---

<sup>10</sup> Dados fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cabreúva. Salienta possível variação devido a falha no sistema daquela época.

O relacionamento primeira-dama e técnicos foi estritamente profissional, as assistentes sociais auxiliavam nas campanhas do Fundo Social de Solidariedade e a primeira-dama apoiava a implantação e execução dos serviços, programas e projetos, não interferindo no trabalho dos profissionais.

Em 1993 é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, coincidindo com o início de uma nova gestão municipal. Momento de aprendizado por ambas as partes, para o Executivo e seus colaboradores que precisavam conhecer todo o funcionamento burocrático/legal da instituição pública, e também para o Departamento de Promoção Social, ao qual competia compreender o novo significado que a LOAS introduzia para a Assistência Social, diferenciando-a do assistencialismo, iniciando uma nova proposta de política social.

O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social no Brasil estava sendo muito discutido e em Cabreúva iniciava-se a articulação e a mobilização da comunidade rumo à descentralização. Nesse momento inúmeras reuniões foram realizadas, com o intuito de apresentar o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Foi uma época marcada pela incessante busca de informações, muito estudo e reflexões.

Em 1995 extingue-se a Legião Brasileira de Assistência – LBA, e nesse mesmo ano foi criada, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a Comunidade Solidária. Esses acontecimentos adiam por anos a expectativa da categoria por uma regulação do dever do Estado e do direito do cidadão, quanto à assistência social.

Lembrando que, em Cabreúva, a luta continuava; através da Lei n. 1.350 de 30/09/1996 é criado o Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, decorrentes de um trabalho sério e dinâmico junto à comunidade.

Algumas ações ocorridas nessa gestão merecem referência, como o início do trabalho coletivo junto aos idosos do município e a instalação de uma

unidade de atendimento descentralizado da Assistência Social, no Bairro do Jacaré, local de maior densidade demográfica, facilitando o acesso e inclusão social dos usuários.

**Gestão Municipal 1997-2000, partido PV, Prefeita Sra. Lúcia Sara Bengio Ciola, Vice-Prefeito Sr Paulo Elias Coraza.**

A população de Cabreúva no ano 2000 era de 32.926<sup>11</sup> habitantes; em dezembro do mesmo ano o número de funcionários era de 482<sup>12</sup>, e no Departamento de Promoção Social o número era de 06 pessoas distribuídas em 02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 02 auxiliares administrativos e 01 motorista.

Essa gestão foi marcada por ter sido eleita a primeira prefeita do município, conseqüentemente não houve a personagem primeira-dama, uma nova realidade para o Departamento. Ressalta-se que nessa gestão o canal de comunicação foi direto ao Executivo, agilizando assim os procedimentos legais referentes à implantação de programas e projetos, criação de conselhos municipais e demais ações.

Em relação à área da infância e adolescência, a Lei nº 1.409 de 27 de agosto de 1998<sup>13</sup> foi responsável pela criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA e do Conselho Tutelar - CT. Nesse mesmo ano foi realizada a primeira Conferência Municipal, com grande repercussão na comunidade, pois se pensou seriamente sobre as políticas públicas para a criança e o adolescente, bem como a primeira eleição democrática para escolha dos conselheiros tutelares, cuja função é preservar e atender as crianças e os adolescentes em situação de risco.

---

<sup>11</sup> **Fonte:** IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

<sup>12</sup> Dados fornecido pela Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cabreúva.

<sup>13</sup> Lei de alteração nº 1.725 de 20 de dezembro de 2005.

Considerando as diretrizes estabelecidas na LOAS, como o sistema descentralizado e participativo, num momento de mobilização da sociedade e fortalecimento da participação popular, o Departamento iniciou um trabalho inovador junto à comunidade.

Foi acentuado o crescimento de cursos de iniciação/capacitação para o trabalho, inúmeros convênios foram firmados com o SESI, SENAI e SENAC, possibilitados pelo apoio e interesse do Poder Executivo pela política de assistência social.

Em 1997 e 1998 temos respectivamente a 1ª Norma Operacional Básica – NOB e a 2ª Norma Operacional Básica – NOB, que conceituou o sistema participativo de gestão da Assistência Social, instituiu a exigência do CPF<sup>14</sup>, isto é, conselho, plano e fundo municipal de Assistência Social, para o município ter acesso aos recursos federais, ampliou as atribuições dos Conselhos e criou os espaços de negociação e pactuação entre as três esferas do governo (Comissões Bipartite e Tripartite).

Coube aos assistentes sociais absorverem todas essas informações, buscar cumprir as determinações para que o Departamento estivesse apto a receber recurso financeiro e oferecer serviços aos usuários dentro das normas estabelecidas.

Surge então, em 1998, a 1ª Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e o Departamento de Promoção se mantém atento aos novos desafios.

**Gestão Municipal 2001-2004, partido PV, Prefeito Sr José Leonel Santi e Vice-Prefeita Sra. Lúcia Sara Bengio Ciola.**

---

<sup>14</sup> **CPF**: sigla que simplificou a criação de três exigências para o município ter acesso aos recursos federais: Conselho Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social.

A prefeitura, em dezembro de 2004, apresentava 685<sup>15</sup> funcionários públicos e, a Secretaria de Ação Social 24 funcionários, uma realidade nunca antes vivida. O número de funcionários aumentou abruptamente, pois foram alocados os Conselheiros Tutelares e os funcionários da Casa da Criança e do Adolescente<sup>16</sup>, abrigo provisório instalado por determinação do Poder Judiciário.

O Departamento de Promoção Social ganha status de Secretaria e adota a denominação de Secretaria de Ação Social - SAS, Lei nº 261 de 08 de outubro de 2003. Paralelamente a essas mudanças, foi reivindicado mais uma vez pelos funcionários o Plano de Carreira.

Essa gestão foi marcada por forte influência da esposa do Prefeito, que desempenhou a função de primeira dama, de Presidente do Fundo Social de Solidariedade e também de Secretária da Ação Social, responsabilizando-se inteiramente pelo Fundo Social de Solidariedade e tentando manter o controle de todos os programas, projetos e ações desenvolvidas pela Secretaria. Ressaltamos que tal procedimento muitas vezes prejudicava o andamento dos trabalhos.

Em julho de 2001, os membros do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS- realizam a sua II Reunião Ampliada, onde foram discutidas as políticas sociais pertinentes ao município.

Em 2001, o Governo Federal lança o Programa Bolsa Escola, juntamente com outros benefícios sociais (Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás), surgindo a necessidade de um trabalho intersetorial entre educação, saúde e assistência social; tão logo esses programas se unificaram, passando a ser denominado Programa Bolsa Família

---

<sup>15</sup> Dados fornecido em agosto de 2008 pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cabreúva.

<sup>16</sup> A Casa da Criança e do Adolescente iniciou em 2002 e foi encerrada em 2005, com a transferência dos abrigados para uma instituição privada instalada no município.

– PBF, inicia-se um trabalho ativo junto à comunidade e um tímido e importante trabalho intersetorial entre as Secretarias Municipais envolvidas.

A NOB/SUAS 2004 estabelece as funções da política de assistência social para a cobertura da proteção social brasileira, os níveis de gestão, as pactuações e demais regras. Diante de importantes informações, houve a preocupação em socializar os conhecimentos adquiridos entre a equipe técnica da SAS, mesmo diante da dificuldade em transmitir na íntegra o conteúdo das referidas informações adquiridas nos cursos de capacitação, aspirando desvendar as novas determinações da assistência social. Ressalta-se que foram momentos de intensa reflexão para identificação dos tipos de proteção social básica e especial.

Buscando suprir a falta de assistentes sociais na Secretaria, bem como regularizar o quadro de funcionários municipais e visando o cumprimento dos serviços de proteção social apontados na NOB/SUAS, foi realizado no ano de 2003 o primeiro concurso público para assistentes sociais, que admitiu 06 assistentes sociais, uma grande conquista para a assistência social municipal.

Esse mandato é finalizado com a criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, através da Lei n. 1.685 de 29 de dezembro de 2004, mais um ganho para a população e para a política de assistência social.

### **Gestão Municipal 2005-2008, partido PMDB, Prefeito Municipal Sr Cláudio Antonio Giannini e a Vice- Prefeita Sra. Lúcia Sara Bengio Ciola.**

Fato importante para a Assistência Social acontece já no primeiro ano de gestão, em 14 de julho de 2005: o CNAS aprovou a NOB/SUAS – 2005, documento que normatiza os procedimentos de toda a política de assistência social brasileira.

Esse mandato municipal também teve a presença da esposa do Prefeito, que desempenhou a função de Presidente do Fundo Social de Solidariedade e também de Secretária da Ação Social, estando no poder público pela segunda vez.

O órgão gestor na execução das ações da assistência social apresenta certa autonomia no desempenho de sua função<sup>17</sup> e os demais profissionais, assistentes sociais e psicóloga, não sofrem qualquer tipo de pressão, o que permite o desempenho ético-político do profissional.

“Os assistentes sociais, ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um educador político, um educador comprometido com a política democrática ou um educador envolvido com a política dos ”donos do poder””. (IAMAMOTO, 2003:79).

Competem ainda ao órgão gestor a função e a responsabilidade em informar à pessoa que ocupa o cargo de Secretária Municipal sobre a importância da política pública, bem como todo o processo da política nacional de assistência social, apresentando minúcias a este respeito com intenção de prevenir à SAS quantos prejuízos possam acarretar à gestão e, conseqüentemente, equívocos e incompreensões que possam ocorrer na tomada de decisões.

Esse órgão gestor, ao se resguardar pela competência profissional, compactua com os profissionais da área na busca do conhecimento e para tal possibilita a participação destes em eventos e encontros afins. Disponibiliza aos profissionais interessados, como apoio e incentivo ao aperfeiçoamento profissional, uma mini biblioteca com bibliografia específica.

Oportuno apresentar que o gestor é também assistente social. Ao assumir compromisso com o projeto ético-político da profissão, assume também compromisso para com sua competência profissional e competência da equipe técnica pela qual se responsabiliza.

---

<sup>17</sup> Portaria nº 1.141 de 16 de junho de 2005, designando para a função de Gestora Municipal de Assistência Social. (Prefeitura Municipal de Cabreúva).

“A competência profissional implica uma formação acadêmica qualificada, que viabilize a análise concreta da realidade social, imprescindível ao desenvolvimento de procedimentos adequados. A auto-formação permanente e o exercício de uma postura investigativa revelam-se fundamentais”. “É necessário romper com o voluntarismo, com o isolamento profissional e com as falsas interpretações acerca da direcção social do projecto ético-profissional.” (Disponibilizado em: <http://www.cpihts.com/Library/Deont.htm>. Acesso em: dezembro de 2008).

Como veremos mais à frente, nessa gestão foram implantados o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Bonfim e o serviço de monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais do Programa Bolsa Família.

Na Secretaria de Ação Social, como nas demais secretarias municipais, para que os serviços, programas e projetos sejam executados, necessitam percorrer os trâmites legais: Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Diretrizes Orçamentária – LDO, Plano Plurianual – PPA.

No caso específico da SAS, no ano de 2008 foi investido aproximadamente 3,55% de seu orçamento para pagamento de despesas, custeio e capital; receita considerável para o município, porém um pouco baixo da proposta do SUAS que é de 5%.

Arrecadação Orçamentária Municipal - Receita: R\$ <b>60.164.479,20</b> (município);
Previsão Orçamentária nº 1.803 de 14/12/2007: R\$ <b>2.513.733,00</b> (SAS);
Investimento Efetuado: R\$ <b>2.135.556,29</b> (despesa com custeio e capital)

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, janeiro de 2009.

**Gestão Municipal 2009-2012, partido PMDB, Prefeito Municipal Sr. Cláudio Antonio Giannini e o Vice-Prefeito Sr José Mauro de Oliveira.**

Essa gestão configura-se como a primeira recondução política na história de Cabreúva, o que subentende que as ações não serão interrompidas por haver uma continuidade de gestão. Nas mudanças anteriores ocorreram constrangimentos, uma vez que durante a campanha eleitoral surgiram suspeitas e/ou boatos acerca da qualidade dos serviços e das ações dos profissionais. Certamente, tal procedimento deveria ocorrer somente após as ações serem conhecidas, acompanhadas e avaliadas, evitando assim a paralisação dos serviços e conseqüentemente prejuízo para os usuários.

Quanto ao órgão gestor da Assistência Social, há expectativas de continuidade dos serviços, programas e projetos, uma vez que a realidade já é do conhecimento do poder Executivo. Portanto, espera-se que sejam agilizadas as ações em busca da concretização das propostas políticas que foram apresentadas com base na realidade existente. Na medida em que o prefeito foi re-eleito, espera-se que a política municipal de assistência social seja aprofundada e ampliada na direção da consolidação dos serviços.

## CAPÍTULO II

### TERRITÓRIO E FAMÍLIA NA PNAS E NO MUNICÍPIO DE CABREÚVA

#### 2.1. O Conceito de Território na PNAS

Ao adotar a territorialização, um dos eixos estruturantes do SUAS, como tema de estudo e reflexão, pretende-se elencar os aspectos positivos, facilitadores e promissores de um trabalho nessa perspectiva, e além disso intenciona-se abordar as facetas preconceituosas, excludentes e de apartação atribuídas ao território.

Compete neste momento compreender os vários posicionamentos apresentados por estudiosos sobre a temática do território, passando a conhecer mais detalhadamente o princípio da territorialização adotado pela Política de Assistência Social.

A perspectiva territorial incorporada pela PNAS e pelo SUAS representa mudança importante a ser destacada. Propõem que as ações públicas da área da assistência social sejam planejadas territorialmente, tendo em vista à superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social de exclusões e de estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais. (PNAS, 2004)

“O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social:

- na perspectiva do alcance de universalidade, cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade;
- na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social;
- planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos”. (NOB/SUAS, 2005:17)

A territorialização surge como elemento articulador do Sistema com objetivo de possibilitar oferta de serviços baseada na lógica da proximidade do cidadão. Esses serviços estão articulados às proteções que devem ser

ofertadas pela política de assistência social compreendidos em Proteção Social Básica – PSB e a Proteção Social Especial – PSE, os quais devem estar referenciados respectivamente, nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Segundo a professora Souza,

“Para Milton Santos, o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo *o espaço do acontecer solidário*. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico”. (SOUZA, 2005:253)

Milton Santos afirma que:

“O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (SANTOS, 2000:22)

Concordamos com essa perspectiva na qual o território é uma categoria essencial para a elaboração do futuro e que o território passa a ser conceito quando passa a ser pensado pelos atores que o utilizam. Nessa direção, os princípios da territorialização e matricialidade sociofamiliar estabelecidos na NOB/SUAS ancoram-se no “caráter preventivo de proteção social a partir do território de vivência, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos” (SUAS, 2005).

É no território que se concretizam as manifestações da questão social e seus conflitos e também as possibilidades para seu enfrentamento, portanto é local fértil para as políticas públicas. Então, deve-se compreender a importância dos serviços de proteção social oferecidos e/ou desenvolvidos com famílias e seus membros no espaço em que as questões sociais se manifestam.

É nesse espaço, não apenas geográfico, mas vivido, que as políticas públicas de assistência social podem se apropriar da totalidade da vida social, isto é, das relações sociais, dos aspectos demográficos, culturais, da capacidade econômica, potencialidades e fragilidades, enfim do contexto social.

Segundo Dirce Koga:

“Ser excluído vai além de ser pobre, ainda que ser pobre reforce o fato de ser excluído. Ser da raça negra, ser mulher, ser portador de deficiência, ser morador de favela, ou não possuir uma moradia são fatores que determinam a exclusão social em diferentes contextos na realidade brasileira. A exclusão social vai além do fator econômico, abarcando a questão cultural, política etc.” (KOGA, 2003:191)

[...] “o debate sobre as políticas públicas, bem como sobre o território, envolve não somente o âmbito da gestão governamental, mas também a participação dos cidadãos, os sujeitos que usufruem ou sofrem pela falta de recursos/serviços públicos locais, sujeitos que conhecem e vivem o cotidiano das cidades”. (id. *ibid.* 222)

Se, por um lado, o processo da descentralização da proteção social com o princípio da territorialização apresenta caráter facilitador, por outro, apresenta riscos se não for trabalhado com cuidado, reforçando desigualdades territoriais, isto é, pode causar o distanciamento entre territórios ricos e territórios pobres, portanto reforçar as desigualdades sociais entre as populações, ao invés de aproximá-las.

“São conhecidos os efeitos sociais da segregação e da *guetificação* dos territórios, que impedem a convivência entre grupos e classes sociais heterogêneos e os diferentes usos e *contra-usos* da cidade. São processos que contradizem os valores de universalidade, heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que fundamentam a construção de espaços públicos democráticos”. (COUTO, 2008:10)

O território pode ser visto também como território de exclusão, pois é o local das vulnerabilidades e risco social, referência em si discriminatória, identificada como território de “morada dos pobres”, dos “desqualificados profissionalmente”, das “pessoas de baixa escolaridade e dos desempregados”.

Segundo Raichelis:

[...] “fortes relações entre território e processos de segregação socioespacial, que difundem representações sociais negativas de certas áreas pela concentração de privações, ampliando ainda mais a desqualificação e a estigmatização existentes. (Processos de articulação na perspectiva socioterritorial”. (RAICHELIS, 2008:211)

Compete então, a política pública e aos profissionais que atuam nela, ter clareza do conceito e da perspectiva política presente na territorialização.

No Brasil, considerar o território enquanto espaço privilegiado de intervenção é um jeito novo de refletir a construção das políticas públicas, e foi nessa perspectiva que as ações no CRAS foram pensadas.

Nos territórios usados, são identificadas relações sociais, relações econômicas, mas também as necessidades da população, suas prioridades, e ainda, onde se constata as vulnerabilidades e riscos sociais. É também onde se verificam as relações de vizinhança, de amizade e de solidariedade.

Essas evidências devem ser consideradas por profissionais que atuam no território, esse é um lugar privilegiado de emancipação, de fortalecimento da coletividade.

## **2.2. O Conceito de Família na PNAS**

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS estabelece assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social, tenham centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos e que garantam a convivência familiar e comunitária. Apresenta dentre seus princípios a matricialidade familiar entendendo que “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (NOB/SUAS, 2005:17).

A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos

sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a concretização dos direitos humanos e sociais.

“Para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que:

- a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita, e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade”. (NOB/SUAS, 2005:17)

Introduzir brevemente o conceito de família no contexto da política de assistência social possibilita avançarmos quanto à proposta de uma política de atenção a esse segmento. Desenvolver trabalho com famílias dentro do contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é apropriar-se da Assistência Social como política de direitos e como uma Política de Estado; como tal prevalece sobre os governos transitórios; requer domínio dos Marcos Normativos<sup>18</sup> que conduzem as políticas sociais atuais, portanto não é tarefa simples nem tão pouco fácil.

Relevante atentar que a falta de políticas públicas específicas para as famílias de baixa renda leva-as à exclusão e conseqüentemente torna cada vez

---

<sup>18</sup> A Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS de 1993, a 1ª Política Nacional de Assistência Social – PNAS/1998, a 1ª Norma Operacional Básica – NOB/97, a 2ª Norma Operacional Básica - NOB/98, a IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, o Sistema Único da Assistência Social - SUAS/PNAS/2004, a Norma Operacional Básica – NOB/2005 aprovada em 14/07/05, o Plano Decenal de Assistência Social (2005-2015) e a V Conferência Nacional de Assistência Social (05 a 08/12/05).

menor a sua chance de acesso a políticas de inclusão, surgindo assim um círculo vicioso.

Fundamental é considerar que há vários tipos de composição familiar, que os papéis são multidimensionais e complexos e que filhos, pais, mães, avós etc., desempenham papéis diferentes conforme o contexto histórico, social e econômico em que a família está inserida. A família deve ser entendida como uma construção histórica.

Conhecer a família para a qual muitas vezes se dirige o trabalho profissional é imprescindível, significa compreender a sua inserção social e o papel que a ela está sendo, atualmente, destinado na sociedade contemporânea, além de atentar para o impacto das mudanças estruturais e conjunturais e dos desafios sobre o cotidiano das relações familiares. É necessário reconhecer e buscar explicações às questões pertinentes ao vivenciado pelas famílias: a situação particular, condições e modo de vida, como ela pensa, sente, age e resiste.

Logo, pensar a intervenção profissional junto às famílias implica em considerar que a problemática trazida diariamente pelas pessoas às instituições está relacionada ao contexto social no qual estão os sujeitos inseridos, implicando em mudanças significativas nas formas de olhar, compreender e intervir nesses problemas.

“... a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade [...] e [...] geradora de modalidades comunitárias de vida” (PNAS, 2004:35)

É relevante perceber as mudanças históricas quanto aos modelos de famílias, desde o modelo nuclear de influência europeia do séc. XVI, onde havia o casamento heterossexual, monogâmico e patriarcal (pai-provedor e mãe-educadora) alcançando a configuração prevalente atual o matrifocal (famílias chefiadas por mulheres), considerando a troca/abandono do companheiro e o acúmulo de papéis.

A expressão “famílias monoparentais”, segundo Vitale, foi utilizada por Nadine Lefaucher, na França [...] “para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros”. (2002:47)

Ao trabalhar com família no contexto do século XXI vale ressaltar um conjunto de elementos como casamento e procriação tardia; aumento de divórcio e uniões livres; aumento de famílias monoparentais; redução radical de filhos; aceitação social de uniões livres; alteração dos papéis tradicionais; socialização externa dos membros; vida em grupos sociais; famílias poligâmicas e casais homossexuais.

Para tanto, Mestriner considera a concepção de família em vigor:

“Conjunto de adultos que se relacionam de forma duradoura e constante, assumindo o compromisso de relação afetiva, de conveniência e de cuidados e educação de filhos”. (MESTRINER, janeiro/2008, slide 8).

Já a Norma Operacional Básica – NOB/2005<sup>19</sup> entende família como:

“núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno das relações de geração e gênero”. (NOB:17)

E a Organização das Nações Unidas - ONU<sup>20</sup> apresenta outro conceito: “Família é a gente com quem se conta”, essa concepção aparentemente simplista, se mantém atual e carregada de interpretação.

Ou ainda o conceito de família segundo Mito:

... “um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se

---

<sup>19</sup> A Norma Operacional Básica 2005 disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS.

<sup>20</sup> Site: <http://familiainfoco.blogspot.com/2008/01/conceito-de-familia-no-contexto-do.html>: Acesso em janeiro de 2009.

acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido” (MIOTO, 1996)

Na pesquisa quantitativa realizada com as usuárias da Assistência Social de Cabreúva, relata-se fato concreto referente ao conceito de família como núcleo afetivo vinculado por afinidade concebida pela usuária entrevistada: “[...] e parente? vizinho é mais parente do que os próprios parentes, então dependendo do serviço que eu arrumo eu não tenho nem condições de pagar”. (Entrevistada S.E.E.S.)

Importante levar em consideração os processos vivenciados pelas diversas configurações familiares, em particular aquelas que colocam em situação em vulnerabilidade e risco social, como a instabilidade afetiva (abandono e troca de parceiros), instabilidade econômica (baixo poder aquisitivo, sub-emprego, desemprego, troca constante de emprego, etc.), relações de trabalho (atividades repetitivas, rotina linear, relações precárias no emprego, subalternidade no trabalho, etc.), doenças, violências, mobilidade, moradia, impossibilidade de desenvolvimento de habilidades e de trocas culturais, auto-estima baixa, falta de perspectivas de futuro, etc.

O depoimento de uma de nossas entrevistadas é bastante revelador:

“Eu casei nova, casei com catorze anos de idade, aí tive a minha menina com quinze, casei grávida, foi tudo assim muito rápido e daí com dezessete me separei dele por causa da segunda gravidez que ele não aceitava, fui obrigada a separar dele porque eu tava vendo a hora de perder a criança ou ele mesmo me matar. Aí conheci um rapaz, engravidei dele que é o pai do meu menino e também não deu certo, eu tive que separar, aí me vi sozinha com vinte anos e três filhos pra criar sozinha; pensão eles sempre reclamam, sempre faz isso, tá sempre na justiça, justiça sempre resolvendo e por eles dar picadinho que eles dão, nunca a justiça resolve assim completamente, eles sempre tem a justificativa lá pro juiz, então sempre fica pra depois e esse prá depois meus filhos já tá tudo grande, eu criando sozinha, aí conheci esse terceiro marido, mas ele fica mais na saia da mãe do que prá casa. Tenho mais dois pequenos dele e me vejo sozinha, também prá poder ensinar; porque eu não falo nem tanto pelo dinheiro, porque, dinheiro a gente trabalha, eu Graças à Deus, eu tenho vontade de trabalhar pra criar eles, eu falo mais pela educação é o único modo que eu

tenho, eu não tenho medo de passar fome, porque só passa fome quem quer, que se erguer as mangas e trabalhar, consegue”. (Entrevistada S.E.E.S.)

O depoimento ilustra a constituição de família atual, caracterizada como matrifocal e monoparental, família chefiada por mulher/provedora que trabalha para garantir a sobrevivência dos filhos menores; vislumbra o acesso precário aos direitos constitucionais referente à pensão alimentícia, devido à morosidade e burocracia existente. Apresenta família em situação de vulnerabilidade social e sofrimento decorrente da fragilidade em que se encontra. Demonstra preocupação para com o futuro da família.

O conceito de família vem se alterando de acordo com os acontecimentos e interesses coletivos e, quanto a sua composição percebe-se que os arranjos internos já são referências em grande parte das comunidades familiares. Nesse início de século, essas alterações apontam para uma família com alto grau de complexidade.

Conclui-se, portanto, que o conhecimento da realidade da família a ser trabalhada requer uma metodologia que nos forneça o diagnóstico das famílias mediante a análise das necessidades e demandas, identificação dos desejos, sonhos, aspirações e análise situacional do território, através de questões subjetivas, culturais, comportamentais e dados sobre índices de vulnerabilidade e riscos; além do mapeamento da rede socioassistencial, intersetorial e de iniciativas de organização local. Esses apontamentos darão subsídios para formulação de políticas sociais, considerando as diversidades encontradas.

Outro fator que deve ser considerado é a acolhida, isto é, a maneira como a família e/ou seus membros são acolhidos no próprio equipamento público CRAS, bem como nas ações desenvolvidas; na maneira como são inserido nos programas e projetos. Esse aspecto possibilita alcançarmos famílias como sujeitos co-participantes.

Depoimentos de usuárias participantes do Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”:

“Trouxe meu marido, ele veio e gostou muito. Ele é quieto e veio e gostou, gostou de tudo, da comida, das pessoa que deu atenção pra ele”. (Entrevistada I.O.)

“Eu fiz bastantes amizades aqui... eu conheci muitas mulheres aqui nessas reunião que a gente vinha, começava a fazer as fofoquinhas de dona de casa e essa amizade ficou. [...] No começo eu me senti meio assim triste, pô, todo mundo ali com seu marido e eu sozinha, mas foi muito bom porque foi divertido, sabe, foi muito bom, num me senti assim tão pra baixo, mesmo vindo sozinha”. (Entrevistada S.E.S.S.)

Importante no trabalho com famílias é possibilitar oportunidade para o convívio, fortalecer vínculos de amizade, atentar para as relações sociofamiliares, viabilizar a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimentos. Esse convívio sociofamiliar possibilita a consciência e o fortalecimento coletivo, surgindo as reivindicações por políticas sociais locais. Entretanto, há que se ter cuidado para não responsabilizar ou culpabilizar a família por sua situação, caindo em uma concepção conservadora e neoliberal, em que a estrutura capitalista e o Estado são isentos de responsabilidades sociais.

### **2.3. Município de Cabreúva**

Nessa apresentação, expomos o contexto social do município e seus principais indicadores para que se possa compreender o território e a situação de vulnerabilidade das famílias atendidas.

Na margem do Rio Tietê, entre Itu e Pirapora, como comarca de Itu, foi fundada a cidade de Cabreúva (nome de origem indígena, “Kaburé-Iwa”, que significa Árvore da Coruja), e fixou-se em virtude da utilização do tronco de uma árvore dessa espécie como pinguela para travessia dos pedestres sobre o antigo Ribeirão dos Padres, hoje Ribeirão Cabreúva. A fundação ocorreu no início do século XIX, por um membro da família MARTINS E RAMOS. Senhor de grande cultura e imensa escravatura, verificando a fertilidade do solo à margem do rio para plantio de cana-de-açúcar, nela estabeleceu-se com os filhos, genros e escravos, começando por plantar extensos canaviais para suprir os engenhos que construía.

Cabreúva foi elevada a Distrito de Paz por Decreto Imperial datado de 09/12/1830, pertencendo ao Município de Itu. A Lei Provincial n. 12, de 24 de março de 1859, criou a Vila de Cabreúva, tornando-a independente, fixando-se a data como comemorativa da emancipação administrativa, e feriado municipal.

A data de 15 de setembro é outorgada feriado municipal em comemoração ao Dia da Padroeira “Nossa Senhora da Piedade”.

O município de Cabreúva é conhecido como “Cidade da Amizade” e também pelo slogan “Terra da Pinga” <sup>21</sup>, esse último devido a dezenas de alambiques que aqui existiram; atualmente são apenas dois alambiques que ainda preservam as características artesanais.

Está localizada a 78 km da cidade de São Paulo, limitando-se com os municípios de Jundiaí, Itupeva, Indaiatuba, Itu, Araçariguama e Pirapora do Bom Jesus.

---

<sup>21</sup> “Terra da Cachaça”, termo também empregado.

As vias de acesso rodoviárias que ligam a cidade de Cabreúva são diretas: Acesso Vereador José de Moraes, que leva ao centro da cidade; a Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, que interliga o Acesso Vereador José de Moraes aos demais bairros do Município e às rodovias Bandeirantes e Anhanguera, também aos municípios de Itupeva, Jundiá e Itu; a Rodovia dos Romeiros, que é a via de ligação entre o município de Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus e a primeira “Estrada Parque” da América Latina, que é a via que liga Cabreúva à cidade de Itu.

O município de Cabreúva é constituído por 30 Bairros<sup>22</sup>, 03 Distritos<sup>23</sup> e outros 142 espaços identificados<sup>24</sup>, sendo que muitos desses bairros, distritos e espaços estão localizados a uma distância de até 18 km do centro histórico da cidade, fugindo aos padrões de outras cidades; essa distância permite que cada local apresente realidade distinta, alguns rurais, outros mais urbanos, enfim reflete a diversidade cultural dos cidadãos. O centro histórico, como é chamado, é pouco populoso, apresenta características tipicamente interioranas. Sendo assim, não poderia faltar um bucólico coreto posicionado em frente à Igreja Matriz e ladeado por bancos, à espera de pessoas para sua contemplação. O referido distanciamento impede que o centro seja muito freqüentado por considerável parcela da população cabreuvana, ou até mesmo que seja conhecido por todos.

---

<sup>22</sup> Bairro Apotrebu, Bananal, Barreiro, Barrinha, Cai, Campininha, Campo Grande, Cava, Corcovado, Cruzeiro, Cururu, Guavirutuba, Guaxatuba, Guaxinduva, Itaguá, Jacaré-Pindorama, Japi, Jundiuvira, Morato, Pé do Morro, Pinheirinho, Piraí, Ribeirão, Rio Abaixo, Tucunduva, Várzea, Município Cabreúva, Centro, Pedregulho, Vila Teste. (Dados fornecido pela PM Cabreúva/CONAM, outubro de 2008).

<sup>23</sup> Distrito do Bonfim, Distrito do Jacaré e Distrito do Pinhal. (Secretaria de Obras: PM Cabreúva, outubro de 2008).

<sup>24</sup> Espaços identificados são compreendidos por nomes de loteamentos, fazendas, sítios, chácaras, estâncias, vilas, etc., adotados pelo Setor de Cadastro da Prefeitura: (dados fornecido pela PM de Cabreúva, outubro de 2008).



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, 2003. (material utilizado na apresentação do Plano Diretor).

Merece apresentação algumas peculiaridades que atraem a vinda de moradores, visitantes, romeiros e turistas à cidade, o fácil acesso a modernas rodovias e sua privilegiada localização, justificada pela proximidade das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, da famosa cidade religiosa de Pirapora do Bom Jesus e da cidade turística de Itu.

Outro fator relevante é seu aspecto físico. O centro apresenta área de depressão periférica e em quase toda região apresenta topografia entre ondulada e montanhosa, características favoráveis à prática de atividades esportivas. Quanto ao aspecto ambiental, esse é privilegiado, pois 100% do seu território são de Área de Preservação Ambiental – APA, sendo também o primeiro trecho margeado pelo lendário Rio Tietê e um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica do país, contemplando belas paisagens naturais e agradável clima de montanha, que possibilitam boa qualidade de vida.

O Hino da cidade revela essas características da cidade:

“Cabreúva  
Que entre **verdes montanhas**  
**Se ergues tão amiga**  
Teu luar, de um branco prateado

Os corações intriga  
És a vida  
E para os que te amam  
És a felicidade

**Terra de amor e amizade**  
Quem deixa o teu seio  
Só pode levar saudade  
Onde o sol no poente

Deixa vermelho o céu de anil  
P'ra **enfeitar um pedaço**  
**De São Paulo e do Brasil**  
Isto é Cabreúva

Aonde eu vivi  
Meus dias mais felizes  
E minhas mágoas esqueci”.

Letra de Joaquim Rabello Cintra<sup>25</sup> e arranjo do Maestro Benedito Mesquita Silveira<sup>26</sup>. Site: [www.cabreuva.sp.gov.br](http://www.cabreuva.sp.gov.br) (grifo nosso)

Apesar da proximidade de Cabreúva com as grandes cidades, ela preserva latentes suas raízes culturais que se afloram nos eventos anuais das festas religiosas da Padroeira “Nossa Senhora da Piedade” e do devoto “São Roque”<sup>27</sup> e nas festas típicas como as famosas festas juninas comemoradas em todos os seus bairros. Seu espírito festivo agrega, desde 1997, no mês de setembro, a Festa Italiana “La Pietá”.

---

<sup>25</sup> Minha discreta homenagem ao nosso talentoso “poeta” responsável pela composição da letra murmurando a beleza natural da minha cidade, retratada fielmente no apaixonante “Hino de Cabreúva”.

<sup>26</sup> Menção ao nosso músico “Maestro Xuxuta”, responsável pela melodiosa valsa do nosso Hino. Eternizado pela atuação em sua Banda Reminiscência nos saudosos bailes e carnavais de outrora.

<sup>27</sup> Procissão dos devotos saindo do Sítio Barreiro (local onde fica a Capela com a imagem de São Roque “do Barreiro”) uma semana anterior à semana da festa comemorativa até a Igreja Matriz, retornando para o mesmo local, após o encerramento das festividades.

No centro histórico da cidade e adjacências são encontrados recursos como: um Hotel Resort de categoria internacional, com potencialidade para atender turistas exigentes, bem como programas de negócios; um Centro de Convenções com capacidade para atender diversos eventos: festas, reuniões de negócios, seminários, conferências, etc.; Pousadas localizadas na famosa Serra do Japi; um Sítio que promove turismo cultural e educação ambiental, através de atividades e oficinas de arte.

Concentram-se no município três famosos SPAs. Dois deles apresentam programas<sup>28</sup> diferenciados que atraem visitantes das cidades vizinhas, de outros estados e países e em comum apresentam a proposta de redução de peso e uma vida saudável. Cabreúva, além disso, dispõe de três pitorescos campings devidamente instalados como opções de espaços para lazer.

Evidentes são as potencialidades que a cidade apresenta para o lazer e para o turismo religioso, histórico, cultural<sup>29</sup>, saúde, rural, ecológico, além de grande potencial para esportes radicais, revelando ainda que Cabreúva está integrada ao itinerário dos passeios turísticos “Roteiro dos Bandeirantes”<sup>30</sup> e do “Caminho do Sol”<sup>31</sup>.

Complementando as características da cidade, os valores naturais como clima agradável, reservas ambientais, preservação de animais silvestres são qualidades determinantes para o futuro.

---

<sup>28</sup> Determinado Spa agrega valor ecológico à prática de relaxamento e estética ao criar seu “Espaço Zen” em plena mata nativa; outro difere por sua reconhecida proposta de “Reeducação Alimentar” e responsabilidade com a saúde.

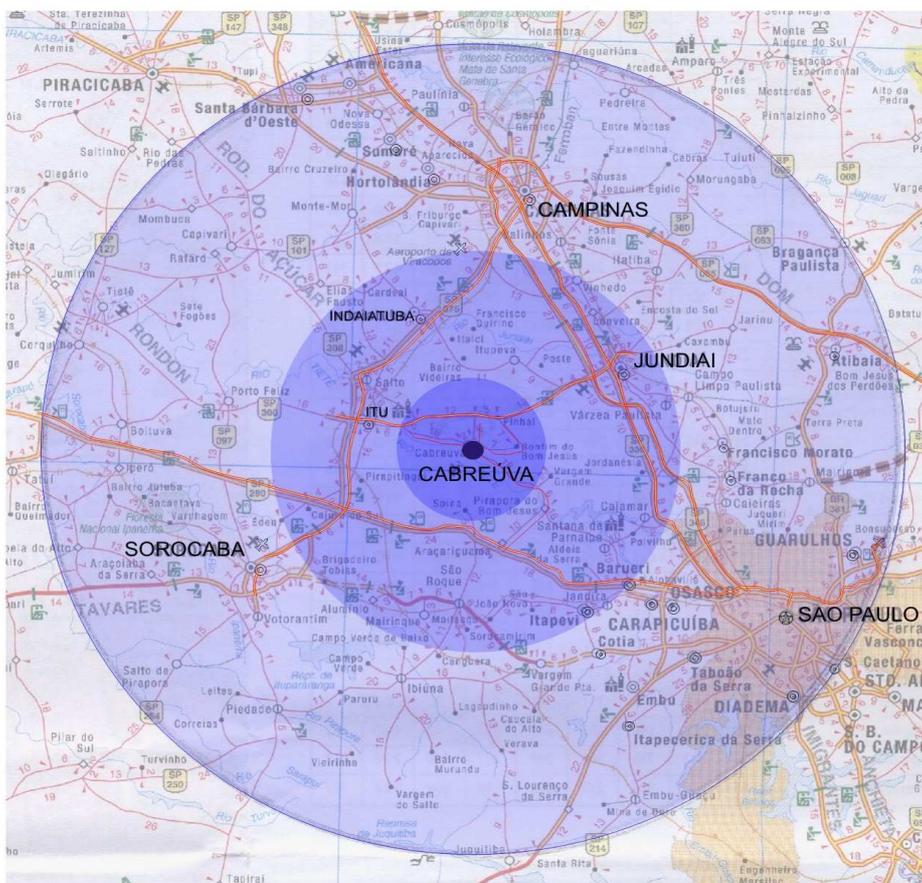
<sup>29</sup> Está prestes a compor o Circuito Cultural Paulista, que tem como objetivo possibilitar a circulação de espetáculos culturais e democratizar o acesso à cultura, pois todas as apresentações são gratuitas, promovendo a formação de público. (Fonte: Secretaria Municipal de Cultura)

<sup>30</sup> As cidades que compõe o “Roteiro dos Bandeirantes” são: Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Cabreúva, Salto, Itu, Porto Feliz e Tietê. (Ver detalhes site: [www.cabreuva.sp.gov.br](http://www.cabreuva.sp.gov.br))

<sup>31</sup> “Caminho do Sol”: O trajeto inclui cidades nos eixos dos rios Tietê e Piracicaba. Partindo de Santana do Parnaíba, o caminhante passará por Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Itu, Salto, Indaiatuba, Elias Fausto, Capivari, Mombuca, Saltinho, Piracicaba, São Pedro e Águas de São Pedro. (Ver detalhes site: [www.cabreuva.sp.gov.br](http://www.cabreuva.sp.gov.br))

As potencialidades naturais estão ao alcance da maioria da população; já as potencialidades turísticas nem sempre podem ser usufruídas pela população de baixa renda, sendo, portanto, excluída do acesso aos recursos turísticos de sua própria cidade.

Pertinente apresentar a questão urbana do território de Cabreúva e como o seu cotidiano é alterado em relação às cidades circunvizinhas. Sua fronteira com as cidades turísticas de Itu e Pirapora do Bom Jesus, bem como sua proximidade com a conhecida cidade de Jundiaí, facilita sua localização e acesso a serviços. Outro fator favorável é a pequena distância, em média 80 km, que a separa das grandes metrópoles como São Paulo, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, cidades que apresentam notoriedade dos serviços na área da saúde, grande número de instituições de ensino superior, atrativos culturais, entretenimento e lazer.



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Plano Diretor, 2003.

Assim, Cabreúva apresenta privilegiada localização, sua proximidade e fácil acesso às cidades maiores que ofertam mais opções para o comércio, lazer, cultura e mercado de trabalho são facilitadas pela oferta de transportes coletivos e acesso fácil a boas rodovias. Mas, ao mesmo tempo em que agrega valor à cidade, diminui as possibilidades de prosperidade para as empresas locais, que demonstram insatisfação e insegurança quanto a futuros investimentos; realidade ainda mais preocupante no centro da cidade, que presencia o seu lento desenvolvimento local.

Essa realidade colabora com a frágil identificação de uma parcela da população para com sua própria cidade, uma vez constatados por técnicos que atuam junto à população usuária que esses se referem à cidade vizinha de Jundiá com mais frequência de que à própria cidade de Cabreúva. Verificou-se que o acesso da população ao transporte público, com itinerário partindo dos bairros ao centro da cidade, é menor que a demanda de transporte público para a vizinha cidade de Jundiá.

Considerando tais características, destacamos o Bairro do Jacaré, distante 12 km do centro da cidade, que se expandiu rapidamente em grande parte por sua localização privilegiada ao acesso rodoviário. É o território de maior densidade demográfica do município, e também o que oferece mais recurso para a população. O bairro Jacaré revela característica urbana mais acentuada do que o centro da cidade, que ainda preserva pacata característica típica das cidades do interior.

Por outro lado, por mais contraditório que possa parecer, Cabreúva acolhe profissionais capacitados de diversas áreas e de diversos locais, que aqui encontram colocação no mercado de trabalho formal, nas várias empresas nacionais e multinacionais aqui instaladas, por exemplo, metalúrgicas, têxtil, eletrônica, etc.; a exigência no mercado por profissionais qualificados nem sempre é suprida pela população da própria cidade, fator preocupante, que requer políticas públicas imediatas, de formação e capacitação profissional, decorrentes de efetivo trabalho intersetorial.

Ao se considerar o sistema capitalista, a globalização e sua repercussão na economia e na sociedade deste início de século, é inevitável reconhecer que essas empresas têm colaborado para o desenvolvimento e prosperidade da cidade. Entretanto, há ainda muito a ser projetado e realizado, para que a população alcance, de fato, melhoria em sua qualidade de vida através do trabalho qualificado.

Como veremos a seguir, município não dispõe de todos os recursos socioassistenciais que a população necessita, isto é, os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade (albergue, casas de acolhida, casas de repouso, clínicas especializadas, etc.). Sendo assim, há necessidade de recorrer às parcerias regionalizadas e efetivar vínculos com as unidades de referência, instituições públicas e privadas, que ofereçam serviços especializados, garantindo, assim, os atendimentos específicos.

### **2.3.1. Diagnóstico social de Cabreúva**

“Os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos quando compartilhados pelas camadas dirigentes” (SPOSATI, 1988:22)

Paradoxalmente a esse cenário de uma cidade da “amizade”, “hospitaleira” e de “beleza natural”, o quadro de condições de vida da população revela indicadores sociais de média vulnerabilidade social, contrastando com a realidade até então abordada.

Entende-se que o indicador social é um importante instrumento que possibilita conhecer a realidade, são estatísticas sobre fatores da vida, dados quantitativos e também qualitativos, que desvendam a situação social e possibilitam conhecer o nível de desenvolvimento social. Para que tenham sentido, é necessário que sejam interpretados considerando a análise de uns em relação aos outros.

A população atual da cidade de Cabreúva é de 38.898<sup>32</sup> habitantes, entretanto é oportuno esclarecer que o diagnóstico social do Município, elaborado pela Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS/Campinas foi baseado em dados estatísticos estimados<sup>33</sup> provenientes da análise da situação socioeconômica e demográfica da região.

Assim, a população de Cabreúva para o ano de 2005 foi estimada em 40.053<sup>34</sup> habitantes e a urbanização é de 83,5%; a taxa anual de crescimento populacional do município nos anos entre 1991 e 2000 foi de 6,53%, sendo a Regional de 2,16%; nos anos de 2000 a 2005, a taxa foi de 4% e a Regional de 1,84%; portanto, nos dois períodos o município apresentou taxa de crescimento superior à taxa Regional.

Analisando a distribuição da população, segundo grupos de idade nos anos 2000 a 2005, o maior índice de crescimento ocorreu nas faixas etárias de 25 a 59 anos, com percentual de 5,51%. Acima de 60 anos o crescimento foi de 4,69%; de 15 a 24 anos, a taxa foi de 3,21%; e na faixa de 0 a 14 anos, 2,20%.

Tal crescimento populacional é perceptível nas unidades públicas municipais que têm apresentado a cada ano crescente demanda de serviços; pode ser também um dos fatores que justifique o posicionamento de Cabreúva quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 1.214 no posicionamento Nacional e 368 no posicionamento Estadual.

Visando compreender o IDH, é apropriado tomar conhecimento sobre o pensamento de Amartya Sen a esse respeito:

"Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do

---

<sup>32</sup> IBGE 2007.

<sup>33</sup> **Fonte:** IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade. População projetada pela Fundação Seade para o ano de 2005.

**Nota:** População residente estimada e projetada para 1º de julho de cada ano.

<sup>34</sup> População projetada pela Fundação Seade para o ano de 2005.

Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo – apenas um número - a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantiar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano.” (Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia em 1998, no prefácio do RDH de 1999)<sup>35</sup>.

A definição de políticas públicas surge mediante reflexão e análise do diagnóstico e de indicadores sociais de uma determinada realidade; esses se tornam ferramenta imprescindível para constatação das prioridades. Partindo desse pressuposto, a Secretaria de Ação Social se apropriou do resultado da pesquisa proveniente da análise da situação socioeconômica e demográfica Regional - DRADS/Campinas, e realizou o seu Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2005, contemplando as ações e os desafios da política de assistência social de Cabreúva.

Considerando informações obtidas através de processamento dos dados amostrais do Censo Demográfico 2000<sup>36</sup> sobre domicílios, de acordo com as faixas de renda domiciliar per capita, o estudo revela que 4,3% das famílias, isto é, 374 domicílios são considerados indigentes, pois apresentam renda per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo; aponta ainda que 4,1% das famílias, o que equivale a 531 domicílios recebem de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

---

<sup>35</sup> Site: [www.pnud.org.br/idh/](http://www.pnud.org.br/idh/). Acesso em setembro de 2008.

<sup>36</sup> Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

**Nota:** Informações obtidas através de processamento dos dados amostrais do Censo Demográfico, 2000.

A parcela da população com necessidades especiais constitui área das políticas públicas, e especialmente da política de assistência social. Destaca-se que as pessoas com perda de funções fisiológicas, anatômicas e de locomoção podem enfrentar dificuldades para o desempenho de diferentes atividades e limitação a sua autonomia. Dessa forma, foi considerado estudo sobre domicílios com presença de pessoas com necessidades especiais, segundo tipo de dificuldade, isto é, com grande dificuldade visual 1,9%; auditiva 1,6%; e locomoção/mobilidade 2,4%; considerando que a locomoção pode estar ligada ao envelhecimento, pois na medida em que a população envelhece tende a apresentar maiores limitações de locomoção e mobilidade.

Outra fonte de informação que deve ser considerada é o Cadastro Único<sup>37</sup>, documento utilizado para inclusão das famílias no Programa Federal Bolsa Família – PBF<sup>38</sup>. Este apresentou 1478 cadastros válidos<sup>39</sup>, sendo que 910 famílias tinham seus benefícios liberados<sup>40</sup>.

O Benefício de Prestação Continuada – BPC<sup>41</sup> é outra importante fonte que apresentou dados sobre os benefícios liberados<sup>42</sup>, sendo 202 para Pessoas com Deficiência e 291 para Idosos.

Essas ferramentas apresentam subsídios para delinear as áreas de vulnerabilidades e riscos sociais e conseqüentemente possibilitam o planejamento das políticas públicas no âmbito dos territórios, pois podem falar em consenso de um conjunto mínimo de indicadores sociais, isto é,

---

<sup>37</sup> O Cadastro Único (CadÚnico), regulamentado pelo [Decreto nº 6.135, de 36 de junho de 2007](#), é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

<sup>38</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a [Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004](#) e o [Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006](#).

<sup>39</sup> Site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em agosto de 2008.

<sup>40</sup> Site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em agosto de 2008.

<sup>41</sup> O Benefício de Prestação Continuada - BPC prevê o pagamento de 01 (um) salário mínimo ao Idoso a partir dos 65 anos e para a Pessoa com Deficiência (incapacitada para o trabalho e para a vida independente), desde que a renda per capita não ultrapasse ¼ do salário mínimo.

<sup>42</sup> Fonte: SUAS/WEB – 2007. Site: [www.mds.gov.br/suas/revisoes\\_bpc/bpc](http://www.mds.gov.br/suas/revisoes_bpc/bpc).

informações sobre as características da população, sobre a dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento, sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias.

Considerando que os indicadores sociais permitem que se avalie com mais cuidado as ações dos governos no que se refere à administração da vida das pessoas, merece destaque o indicador socioeconômico Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

“Em 2000, no âmbito do Fórum São Paulo Século XXI, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo incumbiu a Fundação Seade de responder esta questão na forma de um instrumento que permitisse o acompanhamento e a aferição, em seus desdobramentos, de tais *performances*.

Surgiu assim o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), um sistema de indicadores socioeconômicos referidos a cada município do Estado de São Paulo, destinado a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas na esfera municipal.

O IPRS compartilha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida de uma população, considerando que outras dimensões devem ser incluídas para essa mensuração. Longevidade e escolaridade – ou seja, os níveis de saúde e de educação da população – são as dimensões que o IDH incorpora à renda para gerar um indicador mais abrangente sobre condições de vida<sup>43</sup>.

Com o IPRS, a Fundação Seade procurou criar para o Estado de São Paulo um indicador, preservando as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade”. (Site: [www.sead.gov.br](http://www.sead.gov.br). Acesso em: agosto de 2008)

Nas edições de 2002 e 2004 do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS<sup>44</sup>, a cidade de Cabreúva se classificou no Grupo 2, isto é, o grupo que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

---

43 PNUD. Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília, PNUD, 1998.

44 População total em 2004 (habitantes) 38.514. População projetada pela Fundação Seade.

O município registrou avanços em todos os indicadores, em termos de dimensões sociais, o escore de longevidade superou a média do Estado, porém o de escolaridade ficou abaixo da média estadual. Sendo assim seu posicionamento no ranking 2004 foi: Riqueza 49<sup>a</sup>, Longevidade 245<sup>a</sup> e Escolaridade 615<sup>a</sup>.

O mais recente instrumento para avaliação das políticas públicas é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Esse Índice veio complementar o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS que, ao classificar os municípios do Estado de São Paulo segundo os diferentes graus de desenvolvimento, não respondeu integralmente às questões da equidade e da pobreza existentes no interior das localidades.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS vem possibilitar ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

“O IPVS baseou-se em dois pressupostos. O primeiro foi a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. Nesse sentido, buscou-se a criação de uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade que expressasse tais dimensões, agregando aos indicadores de renda outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. O segundo pressuposto foi a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracteriza. Isso levou à utilização de um método de identificação de áreas segundo os graus de vulnerabilidade de sua população residente, gerando um instrumento de definição de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas públicas, em especial as de combate à pobreza. Para tanto, entendeu-se que os resultados precisavam ser fortemente detalhados do ponto de vista espacial, de forma a permitir o desenho de ações locais focalizadas, especialmente por parte do poder público municipal”. (SEAD: Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo/2002)

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS<sup>45</sup> é o indicador social que revela a situação de vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta. A distribuição da população do município de Cabreúva, que integra a Região Administrativa de Campinas, possuía, em 2000, 33.091 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$ 708,00, sendo que 52,3% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,1 anos de estudo, 27,3% deles completaram o ensino fundamental, e 11,7% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,9% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 13,7% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 10,9% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos<sup>46</sup> do IPVS a partir das condições socioeconômicas e do perfil demográfico. Quanto ao IPVS da cidade de Cabreúva, foram detalhados apenas os indicadores dos grupos que demandam das políticas públicas atenção especial e/ou intervenção imediata, isto é, os Grupos de Vulnerabilidades 5 e 6 que se referem simultaneamente à vulnerabilidade alta e muito alta.

O Grupo 5, que trata de vulnerabilidade alta, compreende 3.722 pessoas, o que equivale a 11,2% do total de habitantes da cidade. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 600,00 e 64,7% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,4 anos de estudo, 86,0% deles eram alfabetizados e 20,4% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores

---

45 Fonte: Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – 2000: Estado de São Paulo e Município de Cabreúva.

46 Grupos de Classificação do IPVS: Grupo 1- nenhuma vulnerabilidade, Grupo 2- muito baixa, Grupo 3- baixa, Grupo 4- média, Grupo 5- alta e Grupo 6- muito alta.

demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 16,9%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 14,1% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,2% do total da população desse grupo.

O Grupo 6, caracterizado por vulnerabilidade muito alta, apresenta o equivalente a 20,7% do total de 6.859 pessoas. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$ 579,00 e 67,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 3,9 anos de estudo, 81,6% deles eram alfabetizados e 15,1% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 25,8%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 10,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 12,8% do total da população desse grupo.

Segundo a Assessoria de Comunicação<sup>47</sup>, recorrendo ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE<sup>48</sup>, fonte que apresenta o Perfil dos municípios quanto a sua economia, foi revelado que em 2007 o município de Cabreúva apresentava 659 estabelecimentos comerciais, 217 indústrias, 361 empresas prestadoras de serviços e 255 empresas do setor de agricultura. Esses dados apontam que o município vem se desenvolvendo rapidamente.

---

<sup>47</sup> Dados fornecido pela Assessoria de Comunicação do município de Cabreúva em outubro de 2008.

<sup>48</sup> Site: [www.perfildomunicipio.caged.gov.br](http://www.perfildomunicipio.caged.gov.br). Acesso em 2007.

## **2.4. A Secretaria de Ação Social – SAS e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Bonfim**

Pretende-se expor o quadro atual da Secretaria de Ação Social – SAS e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS<sup>49</sup>, possibilitando a compreensão do estágio de implantação do SUAS no município e explicitação dos elementos que justificam projeto e pesquisa.

Considerando a classificação estabelecida na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, o município de Cabreúva é considerado de Pequeno Porte II, pois possui população entre 20.001 a 50.000 habitantes. Em conformidade aos requisitos aplicados para o nível de gestão do Sistema Único da Assistência Social - SUAS encontra-se habilitado na Gestão Básica, isto é:

“Nível em que o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social, devendo o gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município, prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e transferência de renda, e que vigiem direitos violados no território”. (NOB-SUAS:24)

A Secretaria de Ação Social apresenta infraestrutura satisfatória para execução de suas ações, a atual gestão continua executando os serviços, programas e projetos já existentes e tem incentivado a implantação de novos projetos, desde que sejam viabilizados os recursos financeiros. O trabalho não sofre interrupção, caso contrário, se fazem necessárias amplas e sucessivas discussões envolvendo órgão gestor, profissionais e Conselhos Municipais para se chegar a um consenso.

---

<sup>49</sup> CRAS é um equipamento estatal que tem como objetivos ser uma referência local da assistência social; e ser a concretização dos direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando em rede os serviços, programas e projetos que previnam situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (MDS: Orientações para o PBF no âmbito do SUAS, 2006, p.27)

O quadro do funcionalismo público atual é de 946 funcionários e 27 funcionários alocados na SAS, sendo:

FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL – SAS						
EQUIPAMENTO PÚBLICO	FORMAÇÃO		VÍNCULO EMPREGATÍCIO		FUNÇÃO	
<b>SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL SAS</b>	Ensino Fundamental	02	CLT Concursado	21	Secretária	01
					Assistente Social	08
					Psicólogo	01
	Ensino Médio	16	Sem Vínculo Permanente	05	Coordenador	01
					Instrutor Ensino	02
	Superior Completo	01	Contrato	01	Administrativo	08
	Superior e Pós - Lato Sensu	08			Motorista	02
Superior e Pós - Stricto Sensu	00	Serviços Gerais			04	
<b>TOTAL - Recurso Humano</b>		<b>27</b>				

**Fonte:** Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cabreúva – PMC, 2008.

Desde agosto de 2006, o órgão gestor da SAS acrescentou mais um equipamento público à rede socioassistencial, com a instalação e o funcionamento do CRAS, com estrutura para gerenciar e executar ações de proteção social básica para até 3.500 famílias referenciadas<sup>50</sup>.

O CRAS está localizado na Rodovia Prefeito João Zacchi, nº 6.831, no Distrito do Bonfim, e distante do centro da cidade aproximadamente 8 km; embora situado em perímetro urbano, apresenta características de área rural, uma vez que se encontra muito próximo às fazendas e sítios.

---

<sup>50</sup> Considera-se “família referenciada” aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados. (NOB/SUAS, p. 21)

As áreas de cobertura do CRAS abrangem o território do Distrito do Bonfim, o Bairro do Cururu, Bairro do Vilarejo e Loteamento Novo Bonfim. É oportuno destacar que o loteamento Novo Bonfim é o mais recente “território usado” (como diria o geógrafo Milton Santos) e também o que apresenta realidade que requer imediata atenção.

Dirce Koga adota a perspectiva territorial no campo das políticas sociais:

“O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações da vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais.” (KOGA, 2003:33)

O território escolhido para alocação do CRAS não foi mero acaso: foi selecionado por ser o local que apresenta maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, fatores que requerem da Assistência Social serviços continuados de proteção social básica, vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais que são executados no CRAS, conforme o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.

As áreas de vulnerabilidade e risco social, bem como as carências e problemáticas sociais encontradas no território, se intensificaram em virtude do lançamento do projeto habitacional denominado Loteamento do Novo Bonfim lançado em 1992, com o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda através de “doação” de um terreno de 120 m<sup>2</sup>. Na realidade, o objetivo proposto não foi alcançado da maneira planejada, uma vez que a associação “Sociedade Comunitária de Habitação Popular de Cabreúva”, responsável pelo Projeto, não conseguiu impedir o comércio ilegal dos terrenos, atraindo, então, grande número de famílias provenientes de municípios vizinhos, bem como famílias de outros estados.

Essa situação, em especial, pode ser compactuada com Koga, [...] o território é considerado mais como um “acidente de percurso” do que um percurso de fato no processo de empobrecimento da população. (2003:72)

O loteamento foi ocupado somente em 1994, mesmo assim sem apresentar infra-estrutura mínima necessária para receber seus moradores, como água, luz, esgoto, etc. e, desde então, o município, mais especificamente o Distrito do Bonfim, tem vivenciado considerável alteração em seu cotidiano, pois esse território que antes sempre fora constituído quase que exclusivamente por moradores descendentes de famílias nascidas no município, apresenta uma nova realidade com identidade própria que aos poucos vem sendo desvendada.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Obras do Município, em 2002 o loteamento do Novo Bonfim tinha aproximadamente 800 moradias, muitas delas sem infra-estrutura adequada, o que estava sendo acompanhado pelos órgãos competentes. Seu contingente populacional era estimado em 3.500 pessoas.

O loteamento Novo Bonfim apresenta crescimento populacional e alto índice de famílias de baixa renda e em situação de extrema pobreza. Tais fatores refletem significativas problemáticas como moradia precária, subemprego, desemprego, desqualificação profissional, baixa escolaridade, dependência química, família numerosa, ausência de vínculo familiar ou social e conseqüentemente fragilidades sociais. Discordamos do estigma “população pobre, igual a população marginal”, entretanto, observa-se que a situações de precariedade presentes no Novo Bonfim interferem diretamente na qualidade de vida da população, ocasionando, além da situação de vulnerabilidade e risco social, situações de violência, presença do tráfico de drogas e ocorrência de crimes.

É oportuno apresentar dados do referido território quanto ao número de famílias beneficiárias do PBF e do BPC<sup>51</sup>. Estas consistem em 268 famílias, atendendo a 1.208 pessoas; quanto aos beneficiários do BPC são 09 os beneficiários idosos e são 15 os beneficiários com deficiência. (MDS:2007)

No Loteamento Novo Bonfim as atividades econômicas predominantes são: granjeiro, oleiro, lenheiro, lavrador de pequenas lavouras, caseiro e diarista de propriedades rurais, agropecuária, construção civil, indústria, comércio e mercado informal. O território Novo Bonfim não dispõe de oferta de emprego suficiente, levando os moradores a buscarem serviços em outras localidades, entretanto, os estabelecimentos comerciais e demais fontes empregadoras do local apresentam-se em expansão.

A rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB encontrada no território referenciado é constituído por organizações governamentais – OGs- que oferecem serviço público de caráter municipal e estadual e apenas uma organização não governamental.

Os recursos municipais consistem em 01 CRAS; 01 Núcleo de Costura Industrial de responsabilidade do Fundo Social de Solidariedade - FSS; 01 Unidade Básica de Saúde – UBS com atendimento diário, 01 Escola de Ensino Fundamental - EF e Ensino Infantil – EI, com total de 290 alunos devidamente matriculados. Quanto ao recurso estadual, apresenta 01 escola de Ensino Médio – EM com total de 455 alunos devidamente matriculados. Já a Organização Não Governamental – ONG é constituída por 01 associação esportiva em condições precárias e 01 Associação de Moradores de Bairro. É importante ressaltar que tais recursos são insuficientes para a garantia dos direitos dos cidadãos.

---

<sup>51</sup> De acordo com o SUAS são responsabilidades da Gestão Básica:

- a) inserir no Cadastro Único as famílias de maior vulnerabilidade e risco social, conforme critérios do Programa Bolsa Família (Lei n. 10.836/04);
- b) participar da gestão do BPC, integrando-o à Política de Assistência Social do município, garantido o acesso às informações sobre os seus beneficiários. (NOB-SUAS:25).

Em 2006 foi realizado o segundo concurso público municipal e que tal fato permitiu à SAS a ampliação legal do seu quadro de recursos humanos, cumprindo os critérios necessários para funcionamento do CRAS, em conformidade com as Orientações Técnicas do MDS/2006.

A equipe técnica, ao iniciar o trabalho no CRAS, se surpreendeu com o fato, nunca antes diagnosticado, de que os usuários dos serviços assistenciais não compreendiam a proposta do CRAS, ou melhor, não fazia parte do seu universo de possibilidades, a participação em atividades e ações socioeducativas, preventivas, etc.

Foi necessário então iniciar um trabalho de divulgação sobre o trabalho do CRAS, com o uso da mídia, contatos com os usuários, Poder Legislativo, ONG, comunidade e rede socioassistencial. Outros agentes multiplicadores foram as próprias ações socioeducativas dos programas de transferência de renda e projetos municipais complementares. São eles: projeto “Espaço dos Amigos”<sup>52</sup>, o Programa Bolsa Família – PBF, “Renda Cidadã”<sup>53</sup> X “Fortalecendo Nossas Famílias”<sup>54</sup>, “Ação Jovem”<sup>55</sup> X “Jovem em Ação”<sup>56</sup> e do Benefício BPC

---

<sup>52</sup> O Projeto Municipal “Espaço dos Amigos” tem como objetivo garantir um espaço educativo, cultural, esportivo e de lazer às crianças proveniente de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social; desenvolver a autonomia das crianças para que estas possam interagir no ambiente social de maneira consciente e positiva, buscando ampliar o universo informacional e o fortalecimento dos vínculos relacionais através de apoio pessoal e familiar.

<sup>53</sup> O Programa Estadual “Renda Cidadã” objetiva conceder recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda. (Site: [www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br). Acesso em: outubro de 2008.)

<sup>54</sup> O Projeto Municipal “Fortalecendo Nossas Famílias” visa desenvolver atividades socioeducativas paralelamente ao Programa “Renda Cidadã”, com objetivo de fortalecer as relações pessoais e familiares, o respeito, a participação e a inclusão social; acompanhar os beneficiários enquanto recebem subsídio financeiro; propiciar atendimento à família, visando sua inclusão, autonomia e independência através de encaminhamentos a curso de qualificação e requalificação profissional.

<sup>55</sup> O Programa Estadual “Ação Jovem” objetiva promover a inclusão social de jovens, mediante a transferência de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica. (Site: [www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br). Acesso em: outubro de 2008)

<sup>56</sup> O Projeto Municipal “Jovem em Ação” tem por objetivo complementar o Programa Estadual “Ação Jovem” oferecendo curso de iniciação profissional, com olhar para o trabalho não como fim, mas como ingresso em um mundo que pede constantes atualizações e aprimoramentos,

X Convivência<sup>57</sup>; projetos de geração de renda “Recheados de Satisfação”<sup>58</sup> e “Fazendo Arte”<sup>59</sup>.

Como já foi amplamente apresentado, o CRAS é responsável pelo serviço de proteção social básica, pelas ações preventivas, porém no CRAS/Bonfim também é realizado o serviço de proteção social especial, mais especificamente o plantão de atendimento; este ocorre todas as terças-feiras e quintas-feiras em período integral. A indisponibilidade de um espaço físico exclusivo para atendimento de plantão no Bairro do Bonfim e arredores levou a uma adaptação provisória no cronograma de atividades do CRAS, incluindo o referido serviço emergencial até que este seja transferido para outro local. Dessa forma os usuários não são prejudicados com a interrupção definitiva dessa ação.

A separação do plantão (proteção especial) do CRAS é uma exigência da PNAS e do SUAS, mas, que trás uma polêmica conceitual, que do nosso ponto de vista merece uma revisão, em particular para os municípios de pequeno porte. O CRAS é porta de entrada e o local de maior proximidade do cidadão.

É oportuno destacar que o atendimento de plantão realizado no CRAS apresenta uma proposta diferenciada da existente anteriormente. Há uma atenção especial no primeiro acolhimento ao usuário: nessa ocasião são

---

preparando-os progressivamente para a construção de seu projeto de vida, além de acompanhar os jovens após seu desligamento.

<sup>57</sup> O Projeto Municipal “Convivência” tem como objetivo desenvolver ações que favoreçam a inserção dos beneficiários do BPC na comunidade e na sociedade, através de palestras, atividades socioeducativas, socioculturais, artesanais, bem como o desenvolvimento de suas habilidades de independência para as atividades da vida diária.

<sup>58</sup> O Projeto Municipal “Recheados de Satisfação” tem como objetivo qualificar as famílias de baixa renda residentes no território de abrangência do CRAS que apresentam habilidade e/ou interesse quanto à preparação de alimentos, visando que os participantes tornem-se autogestionários, isto é, possam gerar efetivamente renda e independência financeira.

<sup>59</sup> O Projeto Municipal “Fazendo Arte” oferece cursos visando à melhoria da qualidade de vida e a geração de renda das famílias de baixa renda, residentes no território de abrangência do CRAS, através do desenvolvimento de suas habilidades manuais direcionadas ao artesanato. As ações priorizam o resgate e/ou construção da auto-estima e cidadania bem como o desenvolvimento social e econômico.

apresentados a ele todos os espaços físicos do CRAS, as atividades em execução e as demais atividades que serão desenvolvidas.

Tal metodologia tem surtido efeito positivo, pois muito desses usuários retornaram ao CRAS, interessados por alguma atividade; outro fator relevante foi constatar que o número de atendimentos de plantão realizado no CRAS foi menor que em outros anos, quando havia apenas o serviço de plantão sem atenção especial no primeiro atendimento.

O CRAS apresenta fácil acesso, com transporte público; possui placa de identificação, conforme modelo padronizado pelo MDS.



Ilustração 1: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Suas atividades, como já mencionado, tiveram início em agosto de 2006, com atendimento diário de oito horas de segunda as sextas-feiras.

Apresenta como fonte de financiamento os recursos provenientes dos órgãos Municipal, Estadual e Federal: Piso Básico Fixo - PBF1, Piso Básico de Transição – PBT e Índice de Gestão Descentralizada - IGD.

O imóvel onde está alocado o CRAS é de uso exclusivo e pertence à Prefeitura Municipal. Sua instalação física possui uma recepção, duas salas de atendimento, uma sala com capacidade de 15 a 20 pessoas, um salão com capacidade superior a 30 pessoas, dispõe ainda de uma sala de coordenação, equipe técnica ou administração, três banheiros (um em conformidade com a Norma da ABNT), uma cozinha para equipe técnica, uma cozinha experimental, um almoxarifado; não há espaço externo no CRAS para atividades de convívio, porém a sede está localizada ao lado de uma praça que pode ser utilizada como tal.

O CRAS possui condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência em conformidade com a Norma da ABNT (NBR 9050).

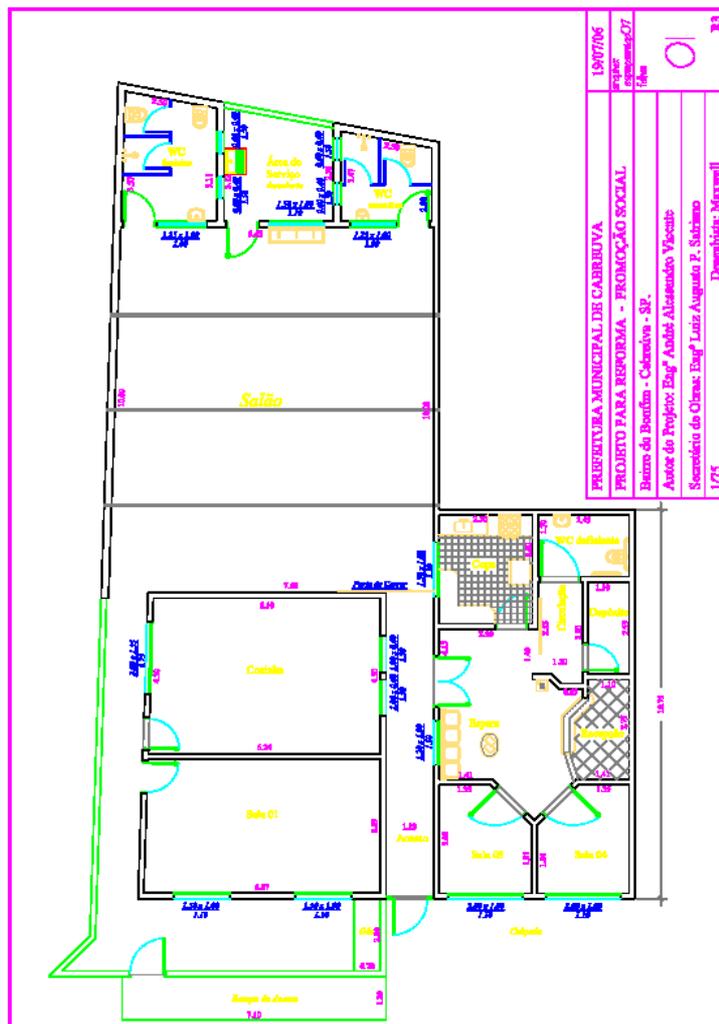


Ilustração 2: Planta baixa interna do CRAS/Bonfim  
 Fonte: Secretaria Municipal de Obras

Os equipamentos existentes no CRAS compreendem: três telefones, dois computadores com acesso a internet banda larga, uma impressora multifuncional, um equipamento de som, um microfone, uma televisão (TV), um DVD/Vídeo Cassete, um data show, um fax, uma máquina fotográfica, uma filmadora, um gravador MP3, um veículo, brinquedos, materiais pedagógicos, culturais e esportivos.

Os serviços desenvolvidos no CRAS são compreendidos em Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; serviços de capacitação e inclusão

produtiva; serviço de convivência (socioeducativo) para crianças (acima de 9 anos), adolescentes, jovens, idosos e para pessoas com deficiência.

As atividades e/ou ações realizadas no CRAS são: recepção e acolhida, acompanhamento de famílias e indivíduos, oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias, grupos geracionais/intergeracionais, visitas domiciliares, busca ativa, atividades de inclusão digital, encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial e para outras políticas públicas, encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único, orientação ou acompanhamento para inserção do BPC, acompanhamento dos encaminhamentos realizados, articulação e fortalecimento de grupos sociais locais, produção de material socioeducativo, campanhas socioeducativas e palestras.

A média de atendimento semanal é de 100 entrevistas individual/familiar, 05 visitas domiciliares, 11 atividades coletivas (grupos de convivência; palestras, etc.), 230 pessoas que participam de atividades coletivas. O número de famílias acompanhadas pelo programa PAIF é de 392 famílias, 49 famílias do Programa Bolsa Família - PBF e 91<sup>60</sup> beneficiários do BPC e seus familiares.

Segundo dados do MDS<sup>61</sup>, as famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS são de 268 famílias beneficiárias, equivalente a 1.208 pessoas.

As situações de maior incidência no território de sua abrangência têm sido apresentadas na forma de situações de negligência em relação a crianças, situações de violência doméstica, famílias em situação de insegurança alimentar e jovem em situação de vulnerabilidade e risco social.

---

<sup>60</sup> Total de famílias beneficiárias do BPC (idoso e deficiente) da área de abrangência do CRAS/Bonfim.

<sup>61</sup> Site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: agosto de 2007.

O diagnóstico do território vem sendo construído em parceria com a própria comunidade, entidades e equipe técnica.

Os documentos utilizados para aferir o número de atendimentos são padronizados somente em meio físico (papel) com proposta para meio eletrônico: folhas de atendimento diário, relatório mensal quantitativo e prontuários.

As informações são sistematicamente registradas no prontuário do usuário constando histórico pessoal ou familiar, eventos de violência ou negligência doméstica, condição de pertencimento a programas ou benefícios de transferência de renda, encaminhamentos para a rede socioassistencial, intersetoriais, retorno ou acompanhamento dos encaminhamentos realizados, inserção em serviços de convivência e/ou socioeducativos, visita domiciliar, entrevista de acompanhamento familiar, plano de acompanhamento familiar e avaliação/monitoramento.

No CRAS existem documentos informando as famílias inscritas no Cadastro Único, nos programas sociais do território onde está inserida, listagem dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e dos beneficiários do Programa Bolsa Família, além do livre acesso para consulta através da Internet.

É realizado acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades da educação, da saúde e da área social no Programa Bolsa Família – PBF, e quando necessário é realizada busca ativa dessas famílias. Há prioridade no atendimento e acompanhamento das famílias inseridas nos programas e benefícios de transferência de renda.

O CRAS tem procurado articular os serviços públicos do território e da cidade. Percebe-se que os serviços públicos de Educação, órgãos/serviços relacionados a trabalho emprego, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho do Idoso tem tido boa receptividade e facilitado o acesso aos usuários.

O total de recursos humanos existentes no CRAS é de dez pessoas, compreendidos em:

FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL - CRAS						
EQUIPAMENTO PÚBLICO	FORMAÇÃO		VÍNCULO EMPREGATÍCIO		FUNÇÃO	
<b>CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS</b>	Ensino Fundamental	02	CLT Concursado	08	Coordenador	01
	Ensino Médio	04			Assistente Social	02
	Superior Completo	02	Sem Vínculo Permanente	01	Psicólogo	01
					Instrutor Ensino	02
	Superior e Pós Graduação	02	Contrato	01	Administrativo	01
					Motorista	01
					Serviços Gerais	02
<b>Total</b>					<b>10</b>	

**Fonte:** Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cabreúva - PMC.

A Secretaria de Ação Social, após avaliação e monitoramento dos programas federal e estadual de transferência de renda existentes no município, desenvolveu atividades socioeducativas para melhoria e aperfeiçoamento desses atendimentos.

Tratando-se especificamente do PBF, a SAS responsável por sua gestão se apropriou inteiramente do programa, e utilizando-se da base de dados do instrumental CadÚnico realizou (entre março a dezembro de 2007) diversas reuniões junto às secretarias municipais envolvidas diretamente no PBF, e atividades socioeducativas junto a seus beneficiários.

Primeiro passo foi exercitar o trabalho intersetorial entre as Secretarias de Ação Social, Saúde e Educação, para o que houve ampla reunião entre a comissão do PBF, o responsável pela gestão da Educação, juntamente com os diretores da rede de ensino municipal e estadual, e os responsáveis pela execução do programa PBF da Secretaria de Saúde; após essa reunião,

demais encontros ocorreram, de menor escala, porém de considerável importância.

Resultantes desses encontros surgiram documentos afins criando uma comunicação única entre as partes, facilitando o desenvolvimento das condicionalidades e conseqüentemente a execução do trabalho proposto.

A divulgação da necessidade do recadastramento das famílias subsidiárias do PBF e da realização sistemática das inclusões das novas famílias foi viabilizada através de carros com alto-falante, divulgação nos jornais locais, rádio e nas unidades de atendimento a população, tais como: Unidades Básicas de Saúde, Santa Casa, Escolas Estadual/Municipal, CRAS, Conselhos Municipais, Conselho Tutelar, Entidades, etc.

No decorrer do ano de 2007 foram atendidos 804 beneficiários, sendo 661 recadastramentos e 143 novos cadastros. Tal sucesso só foi possível devido ao comprometimento e articulação de todos os órgãos envolvidos.

No ato do recadastramento e/ou inclusão das famílias, essas receberam uma pasta contendo documentos informativos de fácil compreensão, elaborados pelas secretarias municipais envolvidas com o PBF; na ocasião da entrevista também foram identificadas as famílias que demandariam visitas domiciliares e/ou acompanhamento sistemático. As famílias receberam ainda um convite para uma reunião socioeducativa, marcando o dia, horário e local, cuja finalidade era esclarecer todo o processo do programa.

No decorrer das reuniões socioeducativas a equipe técnica utilizou-se de recursos audiovisuais, dinâmicas visando compreensão dos diferentes valores de repasse financeiro, seguido de questionamentos. Foi apresentada à rede socioassistencial (benefícios, serviços, programas e projetos) e os cursos de geração de renda e/ou de iniciação profissional existentes no município, inserindo nessa oportunidade os interessados. Para atender toda a demanda do PBF foi necessária a realização de oito grandes encontros no decorrer do ano de 2007.

Durante todas essas atividades socioeducativas foi constatado ausência e/ou precariedade de sentimento de pertencimento dos beneficiários com o território e o município onde estão inseridos, uma vez que ao serem indagados quanto às carências, potencialidades e conquistas da localidade a que pertencem; esses apresentam conhecimento superficial das necessidades e desconhecimento dos potenciais do território e do município. Tais fatos levaram a implantação do projeto “Reconhecendo o Nosso Território”.

Antes de iniciar a análise das vivências e significados desta experiência para as famílias entrevistadas, é preciso retomar os passos que antecederam esse momento.

Apresentaremos sucintamente o caminho percorrido nos anos de 2007 e 2008 referente ao processo que envolveu as ações e as metodologias adotadas no trabalho com famílias no CRAS/Bonfim, no contexto da política de assistência social, considerando os eixos estruturantes da gestão do SUAS - a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

É importante esclarecer que os dados a seguir são fidedignos ao número de famílias beneficiárias do programa de transferência de renda PBF que participaram das ações desenvolvidas no CRAS, tão logo a sua instalação, até se concretizar a pesquisa qualitativa a qual resulta todo o trabalho proposto.

**Tabela: serviços, programas e ações do CRAS/Bonfim**

ATIVIDADES	Nº USUÁRIO ANO 2007	Nº USUÁRIO ANO 2008	Nº USUÁRIO ANO 2009	DIAS REUNIÃO EVENTO	HORA ATIVIDADE
Socioeducativa - Programa Bolsa Família – PBF <sup>62</sup>	172 - SAS 250 - CRAS  422 - Total	--	--	28/08/2007 01/10/2007 12/11/2007 10/12/2007	2h
Projeto			--	12/09/2007 (02/períodos)	

<sup>62</sup> Atividade socioeducativa do PBF, trata-se de um trabalho desenvolvido na ocasião do recadastramento do PBF, com intuito de explicar as condicionalidades das Secretarias de Ação Social, Educação e Saúde, envolvidas diretamente no programa e garantir a participação da população nas atividades do CRAS.

“Reconhecendo o Nosso Território” <sup>63</sup>	67	16		24/09/2007 (02/períodos) 08/10/2007 26/10/2007	3h
Programa Neurolinguística - PNL (05 reuniões) <sup>64</sup>	14	--	--	08/10/2007 (02/períodos) 22/10/2007 (02/períodos) 05/11/2007	10h
Jantar - Integração Sociofamiliar <sup>65</sup>	--	14	--	14/01/2008	4h
Passeio Sociocultural <sup>66</sup>	09	64 <sup>67</sup>	--	24/01/2008	5h
Pesquisa Qualitativa	--	--	06	De 09/01/2009 A 06/02/2009	72 minutos.
* Cursos de Geração de Renda <sup>68</sup> e Palestras	X	X	X	Segundas e sextas	32 horas/mês
* Projeto Espaço dos Amigos <sup>69</sup>	40	40	40	Terças e quintas	32 horas/mês

**Fonte:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Bonfim.

<sup>63</sup> Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, trata-se de um trabalho amplo com proposta de identificar a realidade do território de abrangência do CRAS e apresentar o município de Cabreúva e sua história. Desenvolveu-se em oito encontros (Discussão e questionário sobre o território (um encontro); Programa Neurolinguística - PNL (cinco encontros) com enfoque o tema auto-estima; Integração sociofamiliar - Jantar (um encontro) e o Passeio Sociocultural (um encontro). O trabalho foi desenvolvido em cinco meses (28/07/2007 a 24/01/2008), totalizando 25 horas de convívio social (usuário e técnicos), destes, 20 horas no CRAS e cinco horas no passeio sociocultural pelos bairros existentes

<sup>64</sup> Programa Neurolinguística – PNL desenvolvida por um profissional de Neurolinguista, foi uma experiência realizada com famílias beneficiárias do PBF, inseridas no Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, com intuito de elevar e/ou resgatar a auto-estima das usuárias, uma vez terem demonstrado baixa auto-estima no decorrer da atividade socioeducativa do PBF.

<sup>65</sup> Trata-se de um evento com objetivo de fortalecer os laços de amizade entre os participantes, possibilitar o convívio sociofamiliar, e apresentar o resultado do Questionário referente ao território de abrangência do CRAS.

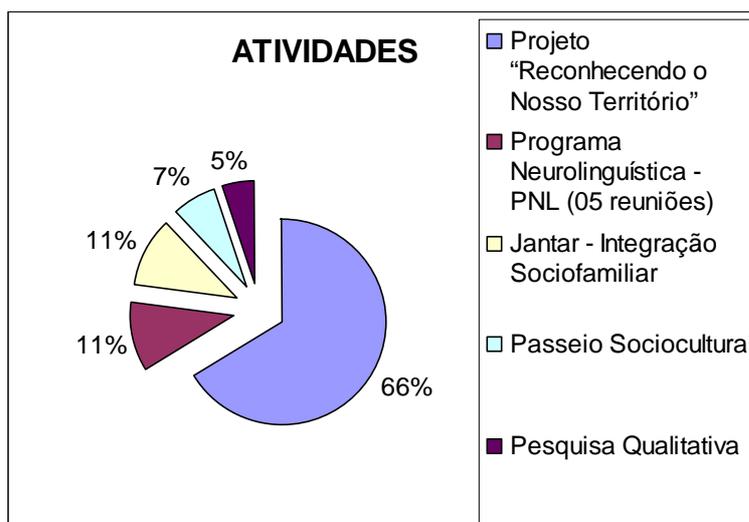
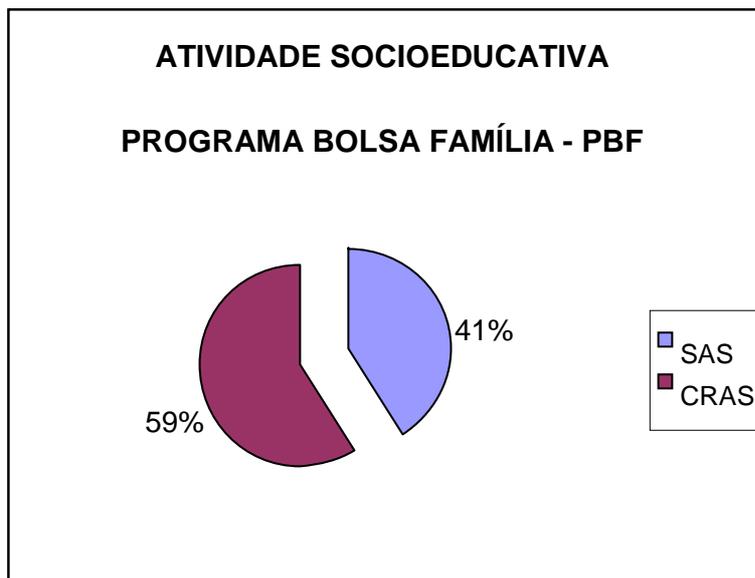
<sup>66</sup> Trata-se de um passeio de aproximadamente cinco horas, pelos bairros do município (Bonfim, Jacaré, Cururu, Pinhal, Vale Verde, Bananal e Centro), abordando sua história e as características próprias dos locais de visita: Templo Budista, Alambique Rainha da Praia, Igreja Matriz, Praça Comendador Martins, Colinas Camping (almoço). Durante o passeio abordou-se enfaticamente as potencialidades turísticas “Roteiro dos Bandeirantes” e o “Caminho do Sol”.

<sup>67</sup> Além dos participantes do projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, também participaram do passeio sociocultural os alunos do Projeto “Espaço dos Amigos”. Participação do Projeto “Espaço dos Amigos”: 38 alunos e 26 mães.

<sup>68</sup> Cursos de Geração de Renda: Culinária I e II, artesanatos diversos, costura industrial, manicure e pedicure. Palestras com temas sugeridos pelo grupo.

<sup>69</sup> O projeto “Espaço dos Amigos” é um trabalho desenvolvido no CRAS, que atende 40 crianças com idade entre 09 e 11 anos.

\*Ações permanentes desenvolvidas no CRAS que contemplam a participação das respectivas entrevistadas e seus filhos (as), mesmo após o término das ações socioeducativas descritas.



A tabela e os gráficos acima permitem constatar a trajetória das diversas ações desenvolvidas no CRAS/Bonfim e as metodologias adotadas na execução de um trabalho social abrangente e inovador, objetivando a conquista e a credibilidade das famílias. Essa apresentação mostra o universo de 422 usuários beneficiários do PBF, que participaram do primeiro encontro, até chegarmos à pesquisa qualitativa. Essa abordagem ratifica a dificuldade de participação dos usuários nas ações desenvolvidas e ao mesmo tempo corrobora o quanto é importante o trabalho junto ao usuário, enquanto sujeitos da ação.

## CAPÍTULO III

### VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS

#### 3.1. Usuário e perfil das famílias entrevistadas

A metodologia adotada para identificar as vivências e significados das usuárias entrevistadas foi a pesquisa qualitativa; para tal utilizou-se de um questionário, instrumento com perguntas abertas e direcionadas, abordando momentos específicos, isto é, as observações ocorridas no ano de 2006 e vivenciados durante os anos de 2007 e 2008. As entrevistas foram gravadas e relatadas na íntegra, com a devida autorização das entrevistadas, entretanto, optamos em identificá-las pelas letras iniciais dos seus nomes: B.A.S.C. / I.O. / I.J.P. / M.I.R. / M.B.S. / S.E.S.S., garantindo assim o sigilo das mesmas.

1 - A entrevistada, identificada por B.A.S.C., tem 43 anos, é casada, reside no Bairro do Novo Bonfim há cinco anos, procedente da cidade vizinha de Jundiaí, não tem casa própria e paga aluguel. A entrevistada não concluiu o ensino fundamental - EF. Tem quatro filhos com as seguintes idades: 14, 17, 19 e 20 anos. Dois filhos cursam EF, um não concluiu o EF, e o filho mais velho concluiu o ensino médio - EM.

Seu marido tem 40 anos, trabalha por conta própria e não concluiu o EM; a entrevistada trabalha sazonalmente numa empresa próxima de sua residência. Ambos trabalham sem vínculo empregatício.

A renda per capita da família é de R\$ 33,00, a entrevistada é beneficiária do PBF desde o ano de 2001 e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$112,00. Os filhos estão atualmente desempregados.

O relacionamento do casal é bom, mas segundo a entrevistada seu marido não gosta muito de diálogo, e isso a deixa chateada; ao mencionar este fato ficou emocionada.

**2** - A entrevistada, identificada por I.O., tem 50 anos, é divorciada, reside no Bairro do Novo Bonfim há 15 anos, procedente de Pindamonhangaba, interior de São Paulo e possui casa própria. A composição familiar é de seis pessoas, tem quatro filhos com idade de: 13, 15, 17 e 18 anos, o filho mais velho não concluiu o EM e os menores estão cursando o EF.

Seu atual companheiro tem 51 anos, é analfabeto, e trabalha como ajudante de motorista. Não apresenta vínculo empregatício.

A renda per capita da família é de R\$ 66,67, é beneficiária do PBF desde setembro de 2001 e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$ 70,00.

Na entrevista, a usuária estava muito bem disposta, alegre, e um pouco ansiosa pelo fato de estar sendo entrevistada. Alegou que está conseguindo ganhar um pouco de dinheiro como manicure, ofício que aprendeu no CRAS. Disse ainda que seus filhos e seu marido perceberam sua mudança no tratamento com a família.

**3** - A entrevistada identificada por M.I.R., tem 33 anos, é casada, reside no Bairro do Novo Bonfim há 13 anos, é procedente do Ceará e sua casa é própria. A entrevistada não concluiu o EF, tem quatro filhos com as seguintes idades: quatro, sete, onze e quinze anos. Os filhos, em idade escolar, estão cursando a EF.

Seu marido tem 36 anos, trabalha como servente de obras e não concluiu o EF. A entrevistada também não concluiu o EF e trabalha esporadicamente como faxineira.

A renda per capita da família é de R\$ 50,00, é beneficiária do PBF desde setembro de 2007 e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$122,00.

A entrevista transcorreu com tranquilidade, mas a entrevistada apenas respondeu apenas as perguntas dirigidas.

**4** - A entrevistada é identificada por I.J.P., tem 35 anos, é casada, é natural de Cabreúva, sua moradia é alugada. A composição familiar é de sete pessoas, tem cinco filhos com idade de: seis, oito, onze, doze e treze anos, os filhos estão cursando o EF, e um filho já concluiu o EF.

Seu marido tem 35 anos, não concluiu o EF e trabalha como pedreiro.

A renda per capita da família é de R\$ 57,14, é beneficiária do PBF desde agosto de 2006 e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$122,00.

Durante a entrevista, a usuária demonstrou gostar muito das atividades socioeducativas e alegou que sua vida mudou consideravelmente desde que começou a participar das atividades socioeducativas, palestras e cursos de geração de renda.

**5** - A entrevistada é identificada por M.B.S., tem 39 anos, é casada, é natural de Cabreúva, sua moradia é alugada. A composição familiar é de cinco pessoas, tem três filhos com idade de: três, nove e dezenove anos, um filho está cursando o EF e outro filho está cursando o EM.

Seu marido tem 41 anos, não concluiu o EF e trabalha como servente de obras. A renda per capita da família é de R\$ 40,00, é beneficiária do PBF desde agosto de 2008 e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$112,00.

No decorrer da entrevista, a usuária demonstrou entusiasmo pela participação nas atividades socioeducativas, mostrou-se muito falante e descontraída. Alegou que gostaria de continuar a participar das atividades, que está mais calma e conseguindo administrar melhor o seu tempo e realizar muitas coisas de que gosta. Deu como exemplo a pintura em fraldas.

**6** - A entrevistada é identificada por S.E.S.S., tem 29 anos, é separada, reside no município há 16 anos, procedente de São Paulo, capital, e reside numa casa cedida por seus familiares. Sua composição familiar é de seis pessoas, tem cinco filhos com idade de três, sete, dez, doze e quatorze anos.

Os quatro filhos em idade escolar cursam o EF. A entrevistada não concluiu o EF. A entrevistada não tem companheiro e trabalha como faxineira para sustentar os filhos.

A renda per capita da família é de R\$ 25,00, é beneficiária do PBF e recebe subsídio financeiro mensal no valor de R\$ 122,00.

Na ocasião da entrevista, a usuária estava um pouco cansada, pois acabara de deixar o trabalho para participar da entrevista. A entrevistada pareceu-nos ser uma pessoa esclarecida e preocupada com o futuro dos filhos, que, segundo ela, estão crescendo sem uma figura masculina.

Fazendo uma leitura da realidade das famílias entrevistadas, concluímos tratar-se de famílias de baixa renda, com alta densidade familiar, tendo em média seis membros, realidade pouco comum nos dias atuais.

Analisando o perfil das entrevistadas, concluímos que a procedência dessas famílias é na sua maioria do Estado de São Paulo, sendo que duas entrevistadas são naturais da cidade de Cabreúva. A família de maior tempo de permanência no município é de 16 anos e de menor tempo é de 05 anos.

As famílias que residem em casa própria são três, em casa alugada duas, sendo que uma reside em casa cedida. São casas simples e sem acabamento, construídas em alvenaria. Não constituem favelas.

Quanto ao estado civil das entrevistadas, são três casadas, uma solteira, uma separada e uma divorciada; quanto aos maridos/companheiros, são dois casados e três solteiros. Ressaltamos que uma usuária não tem companheiro, constituindo família monoparental.

Essa realidade aponta que a família atual apresenta diversidade quanto a sua constituição, alguns casamentos se desfazem, outros arranjos familiares se concretizam, formando assim, novas famílias, em nova concepção de família.

“O consenso existente sobre as transformações da família concentra-se apenas nos aspectos referentes a sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas. Espera-se um mesmo padrão funcional das famílias, independentes do lugar onde estão localizadas na linha e estratificação social”. (MIOTO, 2004:47)

As entrevistadas apresentam idade entre 25 e 55 anos; e os maridos/companheiros idade entre 35 a 55 anos. Os (as) filhos (as) de maior idade são de 20 a 16 anos e os (as) filhos (as) de menor idade são de três a seis anos; ressaltando que a faixa etária de maior representatividade é de 11 a 15 anos, num total de dez pessoas, em 36.

Quanto à escolaridade das entrevistadas, verifica-se que todas apresentam Ensino Fundamental incompleto - EFI. Quanto aos maridos/companheiros foram identificados um analfabeto, três com Ensino Fundamental Incompleto – EFI, e um com Ensino Médio Incompleto - EMI. Quanto aos filhos, quatro são analfabetos, 18 com Ensino Fundamental Incompleto - EFI, um com Ensino Fundamental Completo - EFC, três com Ensino Médio Incompleto - EMI e um com Ensino Médio Completo - EMC.

Essa constatação nos fornece dados importantes, pois se verifica que a escolaridade das famílias é muito baixa. Ao considerar a idade dos pais, esses apresentam pouca idade, isto é, estão distantes de uma possível aposentadoria, e uma forte demanda por trabalho. Quando consideramos a idades dos filhos, que são muito jovens, esse fato causa preocupação ainda maior.

No quesito ocupação e/ou profissão, duas usuárias desempenham a função de faxineira/diarista, uma trabalha como empregada doméstica e três dedicam-se ao lar. Quanto aos maridos/companheiros foi identificado que três trabalham como serventes (serviço geral) e dois são pedreiros.

Como vimos, os membros das famílias apresentam baixíssima escolaridade e desqualificação profissional. Embora os maridos/companheiros estejam trabalhando, a informalidade e a instabilidade financeira persistem,

pois não apresentam vínculo empregatício, nem tampouco apresentam certeza quanto à continuidade do trabalho que estão desempenhando. Essa constatação indica famílias sem proteção social previdenciária.

Fator que também chama atenção é a alta representatividade de jovens e adolescentes presentes neste grupo familiar, e ao associarmos com a baixa escolaridade, isso nos faz refletir sobre uma provável deficiência e/ou ausência de políticas públicas referentes à Educação.

Conclui-se que as famílias encontram-se fragilizadas e em situação de vulnerabilidade social, pois são famílias numerosas com grande número de população jovem, baixa renda, baixa escolaridade, desqualificação profissional e instabilidade financeira. Essas questões sociais presentes requerem serviço de proteção social básica e de vigilância socioassistencial.

Quanto à participação das famílias usuárias nas atividades desenvolvidas no CRAS nos anos de 2007 e 2008, essas tiveram acesso a duas atividades envolvendo nove encontros, compreendidas em: 1- Atividade Socioeducativa do PBF; 2- Projeto "Reconhecendo o Nosso Território"<sup>70</sup> (08 encontros). Além da participação nos Cursos de Geração de Renda<sup>71</sup> e Palestras, oportuno considerar que 03 filhos das famílias usuárias participam do Projeto "Espaço dos Amigos".

Ressalta-se que os Cursos de Geração de Renda e o Projeto "Espaço dos Amigos" são serviços permanentes que contemplam a participação das respectivas entrevistadas e seus filhos (as), mesmo após o término das ações socioassistenciais.

---

<sup>70</sup> Projeto "Reconhecendo o Nosso Território", explorando as lembranças dos oito encontros (Discussão e aplicação de questionário sobre o território; Programa Neurolinguística - PNL com enfoque o tema auto-estima (cinco encontros); Integração sociofamiliar - Jantar e Passeio Sociocultural).

<sup>71</sup> Cursos de Geração de Renda: Culinária I e II, Artesanatos diversos, Costura Industrial, Manicure e Pedicuro. Palestras com temas sugeridos pelo grupo.

No geral, as famílias possuem renda per/capita entre R\$ 25,00 e R\$ 66,67, estão dentro dos critérios do programa PBF, são beneficiárias desse programa de transferência de renda e recebem o benefício financeiro mensal entre R\$ 70,00 a R\$ 122,00. O investimento do subsídio financeiro é empregado na aquisição de material escolar (quatro), energia elétrica (quatro), água (dois), calçado (quatro), uniforme (dois), material para Geração de Renda (um).

O repasse mensal do subsídio financeiro do PBF é importante para as beneficiárias. Este dinheiro é utilizado primeiramente e na mesma proporção para aquisição de material escolar, calçado e para o pagamento de energia elétrica; seguido de pagamento de água e uniforme para os filhos, sendo que apenas uma entrevistada utiliza este recurso para aquisição de material para geração de renda.

Essa realidade comprova que o programa PBF é benéfico às famílias de baixa renda e revela ainda que esse benefício vem sendo utilizado para necessidades imediatas. Tal constatação fornece argumentos para darmos continuidade às ações socioeducativas e de geração de renda.

Oportuno apresentar depoimentos comprovando que o Programa de Transferência de Renda - PBF tem proporcionado segurança para as beneficiárias/entrevistadas:

“no começo do ano eu compro material de escola e no decorrer do ano eu deixo assim, mais certo, para pagamento de água e luz, porque é um dinheiro que eu sei que vai entrar certo, que eu não vou conseguir atrasar” (S.E.S.S.)

“eu compro coisa pra casa, pras crianças, pago conta de luz, não gasto a toa só gasto quando precisa mesmo, compro as coisa pra eles. Ajuda muito, eu preciso dele”. ( I.O.)

“Principalmente com as crianças, né... No final do ano mesmo eu comprei o material escolar da minha filha com o Bolsa Família, porque é quarenta e oito reais, né, o material dela, deu quarenta e oito então eu recebi o mês passado, então eu já fui lá e já comprei o material dela e comprei sandália pra ela ir na escola, uniforme não, porque ela já tem mais como ela vai continuar na mesma escola ... E as vezes eu uso também o dinheiro do Bolsa Família pra compra tinta, pincel que falta,

pra mim... a fralda eu mesmo costuro eu mesmo ponho lesi, então assim as vezes eu ajudo meu marido a pagar conta de energia porque eu uso a máquina elétrica, então eu tenho que ajudar ele a pagar, né... Porque eu faço as fralda vendo, aí é pras conta da casa, agora eu tô pensando em comprar uma máquina de lavar porque aí eu sei que a máquina vai lavar roupa e eu vou pintar,( rsrs)” (Entrevistada M.B.S.)

“Tem cinco crianças, se fosse ver não dá pra comprar... Mas eu vou comprando à prestação, tênis pra um, tênis pro outro. Agora o material, cinco na escola, não deu pra comprar uma lista do que pediram na escola, tão caras que estão as coisas”. (Entrevistada I.J.P.)

### **3.2. Vivências e significados das entrevistadas**

Passaremos a discorrer sobre a pesquisa qualitativa procurando conhecer o sujeito como um todo, considerando o direito que o cidadão tem de ser sujeito da pesquisa, não objeto a ser estudado, buscando conhecer a satisfação e aceitação dos serviços disponibilizados, a identificação das necessidades, anseios e expectativas.

Os depoimentos nos proporcionaram proveitoso material para análise, permitindo-nos a compreensão do universo social a que pertencem. Apesar da diversidade das suas vivências, apresentaram a experiência partilhada na exclusão e na subalternidade.

“Partimos do pressuposto de que exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores sociais que ocultam/revelam o lugar que o segmento das classes subalternas, que recorre à assistência social, ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo do poder. Submerso numa ordem social que o desqualifica, num cotidiano marcado pela resistência, vai aí constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações”. (YASBEK, 1996:66)

Os depoimentos foram organizados a partir dos seguintes pontos de vista das entrevistadas:

- Visão sobre o momento anterior a instalação CRAS e as mudanças ocorridas com seu funcionamento.

- Vivências: Atividades Socioeducativas do PBF, Projeto “Reconhecendo o Nosso Território” (4 momentos distintos<sup>72</sup>).
- Avaliação do trabalho desenvolvido no CRAS.
- Reivindicações, sugestões, projetos de vida e expectativas para o futuro.

### **Momento anterior à instalação do CRAS e as mudanças ocorridas no seu funcionamento.**

Ao analisar os depoimentos, constata-se que as entrevistadas para serem atendidas pela Assistência Social, percorriam diversos locais (SAS/Centro, atendimento descentralizado/Jacaré), muitas vezes sem êxito. Conheceram o CRAS através de um convite para atividade socioeducativa do PBF, fornecido pela SAS.

Esses depoimentos vêm confirmar a suspeita sobre a necessidade de divulgação dos trabalhos e do próprio equipamento público.

Ao indagarmos sobre o local onde buscavam atendimento, essas alegaram que não tinham acesso aos serviços, pois desconheciam a existência do atendimento descentralizado, e diante de algum problema e/ou carência procuravam a SAS no Centro da cidade.

Depoimentos:

“Eu não, eu não sabia que tinha esse CRAS aqui no Bonfim. Às vezes pra gente resolver um assunto tinha que ir lá... Na Prefeitura do Jacaré, aí depôs eles pegavam e mandavam a gente ir lá, no Centro de Cabreúva”. [...] Foi através do Centro de Cabreúva, que eu fiquei sabendo que tinha o CRAS aqui. [...] Muitas das vezes tem pessoas que não pode sair daqui, não pode se locomover daqui para ir lá no Centro, que às vezes têm que resolver lá, aí ela vem e manda vir pra cá, então antes de ir pra lá, eles vem aqui conversar, procurar a informação, pra depois eles pegar e ir pra lá. [...] Foi ótimo! Mudou bastante, as pessoas atende bem a gente”. [...] Eu ouvi outro dia umas família falando sobre o CRAS, até eu falei: lá no CRAS, lá é um espaço

---

<sup>72</sup> Discussão e aplicação de questionário, PNL, Integração Sociofamiliar - Jantar e Passeio Sociocultural.

que eles ajudam bastante as pessoas, eles promove cursos". (Entrevistada B.A.S.C.)

"Conheci aqui, porque já vim fazer unha aqui, de modelo, né? [...] E através da convocação da reunião do Bolsa Família do cadastramento que eu fiquei também conhecendo.[...] Ah, houve sim. Ah, mudou bastante, né, o espaço, os cursos eu achei que mudou bastante, ficou melhor, bem melhor, eu acho. Olha, melhorou assim o atendimento por causa do espaço, né, o atendimento mudou, que aqui tem mais espaço, lá não tem e ficou melhor por causa assim, principalmente o espaço. E é isso". (Entrevistada M.I.R.)

"Eu concordo participar do questionário, tô ansiosa achava que fui chamada para fazer outro curso, pode contar comigo viu, Janete, eu quero participar. Eu não procurava a assistência social, eu não conhecia este lugar, mudou porque agora tem lugar pra gente fazer curso. [...] Mudou, sim... Porque agora tem onde a gente se encontrar para fazer as coisas, os cursos... Tem o Espaço dos Amigos, que tira as crianças da rua. Teve muita coisa que eu não fiquei sabendo, mas eu quero fazer tudo se puder, teve curso de cachecol eu quero fazer, vai ter de novo"? (Entrevistada I.O.)

"Não conhecia. Eu conheci aqui através do Espaço dos Amigos, quando eu matriculei as crianças e fiquei sabendo dos cursos que tinha aqui.[...] Eu nunca procurei, peguei uma cesta básica lá na Sueli". [...] "Mudou bastante. Há, mudou assim os cursos, antes ficava em casa, sem fazer nada, só cuidando de criança, estressada, a partir que passou para cá, eu venho aqui fazer os cursos, já fiz quatro curso aqui" [...] "As meninas são muito boas, são bem competentes.[...] É, eu ficava muito estressada com as crianças, com isso, não saía pra lugar nenhum só levar pra escola e voltar, não tinha pra onde ir... aí, aqui a gente conversa com bastante pessoa, cada um conta uma coisa, você está triste, você acaba saindo alegre e de conviver com pessoas diferentes". (Entrevistada I.J.P.)

"Embora que eu não cheguei a vir assim, precisar do CRAS naquela época, mas eu sabia que era lá. [...] Conheci aqui, quando o meu marido sofreu um acidente de trabalho, aí a gente começou a passar por algumas dificuldades e então eu resolvi, a gente resolveu procurar informação a respeito de advogado, esse tipo de coisa, né? Então, aí que eu resolvi, aliás, não foi nem meu o cadastro aqui, é em nome dele que veio procurar porque ele estava passando por dificuldade tudo, então ele veio procurar assim uma assistência social e algumas informações também". (Entrevistada M.B.S.)

"Não, não conhecia nem procurava, aqui. Ah, eu tinha que fazer o recadastramento do Bolsa Família, aí me mandaram pra cá, aí aqui eu fiquei sabendo dos projetos das reuniões e comecei a

participar. Foi feito um convite pra vir participar de umas reuniões, a gente veio numa reunião com nutricionista, aí veio também a... eu não lembro o nome da moça, não consigo falar o nome dela... Ah, teve a nutricionista, que eu tive a reunião nessa salinha mesmo, foi bom porque ela ensinou muita coisa da alimentação das crianças; em casa muita coisa eu fazia errado e aprendi com ela como é que é". (Entrevistada S.E.S.S.)

A instalação do CRAS no território de vulnerabilidade foi acertada e vem conquistando a credibilidade dos usuários. Nos depoimentos fica claro que o espaço físico é adequado às necessidades dos usuários, sentido-se respeitados e acolhidos com dignidade.

Importante são as falas das entrevistadas, que revelam também uma identificação do CRAS com oferta de cursos (geração de renda, profissionalizante). Essa é uma questão que merece reflexões, pois a PNAS e o SUAS estabelecem que o CRAS é um espaço de articulação dos serviços no território.

Em uma das entrevistas chama atenção a busca do CRAS para informações sobre direito trabalhistas, o que denota a importância da proximidade de um equipamento público do local de moradia dos usuários.

## **Vivências: Atividades Socioeducativas do PBF, Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”**

“Se até então a Assistência Social se pautava na definição de demandas classificadas por segmentos ou necessidades, na perspectiva 2002/2003 procurou-se definir as diretrizes da política com base na territorialização das necessidades sociais a serem alcançadas ou cobertas pela Assistência Social”. (KOGA, 2004:55)

### Atividade Socioducativa - PBF

Ao refletir sobre a atividade socioeducativa do PBF, constatou-se que o objetivo foi alcançado, uma vez que as entrevistadas alegaram compreensão quanto às condicionalidades que competem às Secretarias de Ação Social, Saúde e Educação. Constata-se também que foi uma oportunidade para novas amizades.

#### Depoimentos:

“O projeto? Foi discutido sobre o que está faltando no bairro e se a pessoa, se nós, havia gostado do que foi feito no bairro ou se faltava mais coisa para fazer, discutido esses pontos que as coisas que tinha que melhorado no bairro e o que precisa ser feito no bairro. A gente pode entender, às vezes as pessoas pensam assim que nada pode ser feito, mas aí é feito com boa vontade, a gente consegue fazer o bairro ficar assim mais bonito, né? Mais assim, vistoso”. (Entrevistada B.A.S.C.)

“Ah, a gente conversou bastante sobre saúde e sobre segurança no bairro, sobre escola infantil, tudo que o bairro precisa, o que tem, o que precisa, o que falta, o que precisa melhorar, né, conversamos sobre isso. [...] Assim, o que eu comentei, eu achei que eu tive a oportunidade de comentar sobre a escola infantil que eu tinha muita vontade que tivesse uma creche, né, que agora está sendo construída e que talvez tenha salinha infantil que eu não sei ainda se vai ter, mais acho que vai ter sim, sala para criança de quatro anos, e era o que eu queria porque quem tem filho pequeno precisa, né? [...] Conheci, conheci novas pessoas, inclusive eu cumprimento quando encontro agora, converso bastante. A gente vê na rua assim, conversa”. (Entrevistada M.I.R.)

“A gente falou assim a respeito do município, que nem a gente falou do que tinha no bairro, do que tava faltando, né, o que a gente achava que era necessário, a gente falou a respeito de segurança também, uma das coisas mais cogitadas na época foi de segurança, a gente precisava de uma creche que agora atualmente está sendo construída e a gente falou, assim, do que

tinha: comércio, farmácia, lojas, assim se tinha algum lugar de lazer pras crianças, tudo isso foi falado na época da reunião”. (Entrevistada M.B.S.)

“Ah, foi muita coisa, o valor, o tanto que a pessoa recebia, aí muitas pessoas questionaram porque eles pararam de receber e estão passando por dificuldades, foi mostrado o porque muitas pararam de receber, a conta que ele faz, um monte de coisa, foi tudo bem explicado. [...] A gente conversamos sobre segurança, a gente falou sobre as coisas certas que tava tendo, as coisas que faltava fazer... Ah, foi muita coisa, a gente conversou mais sobre criança mesmo, sobre as crianças na escola, a gente também teve conversando sobre abrir uma escola em horário integral para as crianças que ficam na rua e que os pais trabalham, e não tem condições de pagar, sobre as creche, foi muita coisa que a gente conversou”. (Entrevistada S.E.S.S.)

### Programa Neurolinguística – PNL

Ao se referirem ao programa PNL, o fator amizade foi muito mencionado nos depoimentos, alegaram que tiveram uma oportunidade para conhecer novas pessoas e também para estreitar os laços que estavam estremecidos; aprenderam a discernir os verdadeiros problemas, não dando valor a pequenos desafetos, “tornando a vida mais fácil”. Mencionaram a importância em se gostar, de manter uma postura firme, erguer a cabeça quando se posiciona frente a alguma colocação. Alegam que mudaram seu comportamento em casa junto aos familiares, e que estes percebem a mudança de modo positivo. A troca de experiência entre os atores envolvidos foi também mencionada como fator favorável.

### Depoimentos:

[...]”Eu achei ótimo pra gente entender que na vida a gente tem que ter um valor, a gente tem que achar o valor na gente, às vezes a pessoas não dá nada pra pessoa, mais a pessoa se valorizando é o que importa, a gente tem aquela auto-estima como a Albertina falou, a gente não pode dizer assim: a eu não vou pra frente, a gente tem que ser uma pessoa positiva, ela ensinou também a levantar, a gente olhar a auto-estima também da pessoa.[...] Ah, não muitas (amizade), porque faz pouco tempo e a gente não conhece todo mundo, é poucas pessoas que eu converso.[...]Agora tenho bastante (amizade), conheci umas três moças que mora aqui no Cururu, uma moça que mora aqui no Bonfim mesmo, e a outra que mora ali no Novo Bonfim...[...] Eu não conversava com eles, eu conhecia de vista, assim, mas a gente não conversava não tinha amizade.[...]

Agora tem porque através dessa reunião é que a gente vai tendo relacionamentos, fazendo amizades, conversando, conhecendo as pessoas”. (Entrevistada B.A.S.C.)

[...]“Quando tá todo mundo junto, eu gosto... Gosto muito, a gente sempre aprende... Eu quero sempre aprender... To lembrando do curso da neurolinguista... eu sempre lembro que a gente tem que ter a cabeça erguida, não dar atenção ao problema, deixar passar... tem muita coisa que não precisa preocupar, por exemplo eu tenho 4 filhos de 17, 16, 14 e 11 anos e tem muita coisa que eu achava que tinha que falar, agora eu deixo muita coisa de lado, aprendi muito a lidar com as crianças, com meu marido também... Hoje eu não brigo muito falo dos meu problemas, não tenho vergonha, é bom falar, a gente fica mais leve... Aprendi muito com ela (neurolinguista) eu levanto a cabeça e vou pra frente. [...] a gente preocupa muito com tudo e não é tudo importante, aprendi muito, meus filhos acho que sabem disso, meu marido também”. (Entrevistada I.O.)

[...] “Com a orientação dela... ela trouxe alguns questionários pra gente responder a respeito de meta na vida é... se a gente, como eu vou dizer, pra gente colocar aquilo como essencial na vida da gente, a gente consegue então a partir dessas reuniões eu voltei a pintar, eu até trouxe prá Denise ver, e ela se apaixonou pelas minhas pinturas, então agora eu tô querendo fazer esse curso, porque na verdade eu pinto coisa infantil,eu gosto só coisa de criança e aqui dá outras coisas que eu quero ver se... eu aprendo”. [...] ”Então eu acho pra mim que as reuniões teve um valor muito grande, assim até mesmo na convivência com meu marido como eu falei que ele sofreu um acidente de trabalho então ele ficou com a coluna prejudicada, ele não tem estudo pra ta arrumando um emprego assim que ele não precise pegar peso e tal ... Eu ainda fiquei grávida desse nenê meu na época que ele sofreu o acidente, então é... prá mim as reunião foi de muito valor, porque eu aprendi a ter paciência com ele, com meus filhos, né, na época as reuniões foram de grande valor mesmo”. (Entrevistada M.B.S.)

“Eu acho que ajuda se a gente vier nas reuniões, conversar tudo direitinho ajuda sim, ajuda porque a gente conversa né, se precisar tem psicólogo é muito bom, ajuda. Tem psicóloga, ela veio aqui na reunião, mas eu não precisei passar com ela, nunca passei com ela, assim por causa de problema, sabe? (Entrevistada M.I.R.)”.

“Foi ótima, antes eu andava de cara feia com as pessoas, que ninguém tem nada a ver com os problemas da gente, tem que andar bem com todos, alegres, mostrar que a gente é o que é, não um dia estar com uma cara, no outro tá com outra”. (Entrevistada I.J.P.)

[...]”Foi muito bom pra mim isso, e com a moça foi bom porque ela me ensinou muita coisa assim emocional, eu tava muito assim pra baixo, me sentindo muito assim... inferior, e ela me ensinou que eu tinha que olhar pra cima, ser mais eu, muita coisa. Mudei o meu comportamento depois das reuniões que eu tive com ela.[...]Ajuda, ajuda muito eu já vi, tem amigas minhas que veio participar e conversou com os marido em casa, os marido veio até no jantar e foi melhor pra ela, a vida deles hoje tá diferente. Comigo mesmo, muita coisa tá diferente, depois de tudo que a gente participou, que a gente conversou aqui, eu tenho certeza, que não foi bom só pra mim não, foi pra muitas pessoas. [...]Hum, hum. Tava, tava me sentindo muito assim... com os tropeção que eu levo, vivo caindo, mas nunca desanimado, depois das reunião aqui. Antes das reunião eu tava desanimando até de vive, mas depois das reunião, das palestras e das conversas eu caio, mas levanto. Falo! Não, eu tenho, tenho que levantar”. (Entrevistada S.E.S.S.)

### Passeio Sociocultural

Ao analisar os depoimentos referentes ao projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, verifica-se que as entrevistadas apresentam o mesmo discurso. Alegam que discutiram sobre os problemas instalados no território Novo Bonfim e as benfeitorias conquistadas desde que este surgiu. As necessidades mais apontadas foram assuntos pertinentes às crianças, sendo a falta de creche a maior queixa, seguida da necessidade de ampliação do horário escolar, para período integral; outro fator apontado foi a falta de lazer para as crianças e para os jovens e também a falta de segurança. Ao se referirem às conquistas, mencionaram o aumento dos estabelecimentos comerciais e a força da coletividade, “que se quiser pode deixar o bairro mais vistoso”. Não foram mencionadas particularidades sobre o território, tais como: solidariedade entre as pessoas, vínculos de amizade, lideranças, etc..

Ao mencionar a passeio sociocultural, alegaram tratar-se de um dia diferente, conheceram a história e as características dos vários bairros existentes, as entrevistadas se socializaram, inclusive mantêm vínculos de amizade conquistados nessa oportunidade.

## Passeio Sociocultural



**Ilustração 3**  
**(Projeto "Espaço dos Amigos" Alunos, Mães e Técnicos)**

**Ilustração 4**  
**(Famílias do PBF e Técnicos)**

Depoimentos:

“É aquele do ônibus? Eu lembro que eu conheci aquele restaurante... Como é mesmo o nome dele? Eu não conhecia aquele lugar, foi muito importante conhecer, eu gostei de lá. E todo mundo que eu falei também gostou, você vai ver quando perguntar. Eu gostei conheci muita coisa, aquele lugar do Buda, da igreja, muitas coisas que eu já tinha visto, mas não sabia o que era e muita coisa eu nunca tinha visto, como ver o bairro do Bananal de dia, eu sempre vô lá, mas de noite na Igreja. Foi muito bom passear com todo mundo, foi um dia muito importante, diferente... muita coisa mesmo, mas não sei falar tudo”. (Entrevistada I.O.)

.[...]Eu não conhecia a cidade toda, eu ficava mais aqui mesmo e eu nasci aqui em Cabreuva, mas não conhecia, que nem o Bananal eu nunca tinha ido, Vale Verde eu nunca tinha ido a esses lugares, ah pra mim foi bom... conheci muitos lugares, né? O Vale Verde, que eu não tinha ido, eu achei que foi bom conhecer aonde a gente mora.[...] Realizei o passeio duas vezes, uma, com meus filho, do Espaço dos Amigos. Nossa, eles ficaram feliz. É, uma coisa assim, muito boa. Tava ótimo. Foi muito bom mesmo. (Entrevistada I.J.P.)

## Integração Sociofamiliar – Jantar

Quanto ao evento - Jantar que apresentou como proposta a integração sociofamiliar, as entrevistadas alegaram que foi uma surpresa agradável e prazerosa; alegaram que os acompanhantes se sentiram acolhidos e, portanto estavam bem à vontade. Vivenciaram bons momentos.



**Ilustração 5 e 6: Integração Sociofamiliar – Jantar (Famílias do PBF)**

### Depoimentos:

[...] “trouxe meu marido ele veio e gostou muito. Ele é quieto e veio e gostou, gostou de tudo da comida, das pessoa que deu atenção pra ele. [...] conheci muita gente, muitas mulheres, outras já conhecia, mas é diferente aqui, a gente fala outras coisas é diferente lá fora”. (Entrevistada I.O.)

[...]”Meu marido, Nilton ele veio na janta,... só de vir aqui ele já achou bom... Foi bom, muito bom.[...]Ah, ele achou o espaço bom, é que ele nunca tinha vindo, ele achou que é um lugar que cuida bem.[...] Fiz amizade umas eu já conhecia, mas o resto eu conheci aqui.”(Entrevistada I.J.P.)

“O jantar foi uma coisa especial, embora o meu marido não tivesse ali. Participei do jantar embora sozinha porque meu bebê era pequeno na época, não tinha com quem deixar, ele não veio... (marido). [...]Eu gostei, foi muito bom, gostei bastante porque tinha inclusive um caso de uma amiga minha que não vou citar o nome, na minha rua que a gente era amiga mesmo, a gente teve um problema lá e a gente deixou de se falar e voltou a se falar aqui nas reuniões; ela é minha vizinha praticamente, de rua. Então pra mim foi bom porque eu tinha uma amizade muito grande com ela quando as crianças dela era pequena, depois houve um desentendimento entre os nossos filhos, e ela

ficou assim meio balançada comigo, aí depois aqui nas reuniões eu participei ela participou também, aí a Albertina fez a gente ver que não era bem assim e tal; no dia do jantar a gente teve aquele de abraço, né (dinâmica), de tudo foi muito bom.[...] Eu fiz duas amizades maravilhosas nas reuniões que eu conservo até hoje, então pra mim foi bom”. (Entrevistada M.B.S.)

### Curso de Geração de Renda

As características das ações de capacitação, geração de renda e de inserção produtiva possibilitam a garantia de convívio social, fortalecimento de vínculos, viabilizando a transição de pessoas/famílias e grupos de situação de vulnerabilidade e risco, para situação de autonomia e protagonista na definição e consolidação de projeto de vida individual ou coletivo.

As ações de capacitação devem estar articulados aos serviços públicos local e sintonizados com os usuários e com as características do território e suas especificidades.

De certa forma podemos considerar que os cursos ofertados no CRAS têm contribuído para a autonomia e emancipação social.

### Depoimentos:

“Eu fiz o curso do Senac de manicure e pedicure, eu gostei, aprendi a fazer massagem , quando faço o pé eu faço a massagem que eu aprendi, as mulheres que fazem unha do pé... não sabem fazer, eu sei e as freguesas gostam. Aprendi aqui eles ensinam diferentes, é mais moderno, né? (responde sorrindo muito) Eu faço as unhas das pessoas. [...] O SENAC deu um kit, e eu comprei algumas coisa, sempre compro esmalte de cores diferentes. [...] Essa unha diferente, eu aprendi a fazer, não sabia que existia esses desenhos de por na unha, fica bonito, eu acho bonito... Eu fiz à francesinha, e depois eu coloquei o desenho. Já tô ganhando um dinheirinho com as unhas, eu cobro como foi falado, R\$ 10,00. [...] A professora falou mais ou menos quando custa. Eu cobro R\$ 5,00 da mão e R\$ 5,00 do pé, e ainda faço massagem. As freguesas ficam calmas, relaxam. Já tá ajudando, eu tô desempregada no momento. [...] Indo no CRAS a gente fica menos nervosa e já ajuda”. (Entrevistada I.O.)

[...]”A eu acho que aqui já está tendo bastante coisa, curso de manicure, que é importante, esses cursos tudo que tem aí, acho que tem de costura também lá do outro lado, então eu acho que

seria importante os cursos, que já tá acontecendo, né. Bastante gente que veio, que já tá fazendo unha, trabalhando para fora fazendo unha, já. Eu conheço pessoas aqui do bairro trabalhando por causa desse curso, já faz unha pra fora. [...] Então, aqui eu faço cursos, só cursos, eu fiz panificação, aprendi bastante coisa legal, deu apostila, deu diploma tudo, foi ótimo. Ainda que eu não coloquei em prática pra fora, não. É, em casa até que fiz alguma coisa, mas arrumar esse tipo de serviço ainda não, e também não procurei serviço nesse ramo de padaria, essas coisas ainda não procurei. Mas é fantástico, é muito bom. Eu tô matriculada no outro de pintura em tecido e crochê que vai começar agora, dia treze”. (Entrevistada M.I.R.)

[...] “Tenho muita amigas que fiz nos cursos...até hoje converso quando encontro com as pessoa. Fui nos cursos. Há, foi bom que eu vendi cachecol... Vendi no frio, agora vou pegar e fazer de novo; eu gostei de fazer a costura também, né? Deu pra aprender mesmo... eu costuro em casa para as crianças mesmo, eu pedia para alguém costurar, agora eu mesmo costuro. [...] Fiz de tear, de ponto cruz, aquele de caixinha... E o último que teve.[...] Tem que fazer pra vender, prá gerá a renda, senão só prá aprender, e não fazer, não resolve, né?” (Entrevistada I.J.P.)

Os cursos de geração de renda proporcionaram oportunidade de trabalho autônomo, como alega uma das entrevistadas, que vem atendendo a domicílio e ganhando o seu dinheiro dignamente.

#### Demais Atividades: Espaço dos Amigos, Palestras.

##### Depoimentos:

”Ah, eu acho que o CRAS tá bom, tem o Espaço dos Amigos, tem bastante coisa. Eu vim já em várias reuniões com a minha cunhada, agora minha filha tá matriculada também que vai começar agora.[...] Vim no teatro, apresentação, né, as crianças tudo falando, tudo se desenvolvendo começando a falar, aquele menininho, falando no microfone lá que ficou narrando uma coisa linda. Falou tudo eu achei muito bonito...[...] Parecia que ele era profissional já nisso, e ele é tímido porque eu conheço ele, e parecia que ele nem sentia vergonha nada. E ele aprendeu aqui, porque nem falar direito ele não conseguia. Porque a mãe dele até levou ele na fono, porque ele não tinha voz, tinha vezes que ele errava as letras e ele desenvolveu bastante, ele falando eu até me admirei”. (Entrevistada M.I.R.)

[...]”Toda reunião que tinha ela falava a respeito de um assunto assim... em relação da gente como ser humano, como pessoa, metas que a gente tinha, é foi um trabalho assim, tipo psicológico, pra mim que não faltei em nenhuma reunião, pra mim foi ótimo, gostei muito, nossa é dez.[...] Gostei muito porque principalmente a partir do momento que eu vi o testemunho de

outras mães, de outras pessoas pra falar que melhorou, que deu certo nessa família. Assim que a gente chegava comentava algumas coisas que a gente passou e melhorava, a ver também que às vezes algumas coisas que passava dentro da casa da gente, era mais por causa da gente do que pelo marido, pelos filhos. Pra mim fez uma grande diferença.[...]Todas as reuniões... eu gostei bastante”. (Entrevistada M.B.S.)

### **Avaliação do trabalho desenvolvido no CRAS**

“O sujeito de carne e osso é uma força psicológica, que é afetado por outros corpos, é o sujeito do afeto e da paixão, que sente e interpreta o mundo nas diferentes formas de participação. O ato de participação desse sujeito é determinado pelos modelos determinantes de participação social, mas é organizado num contexto de subjetividade como experiência existencial, impregnada de emotividade”. (SAWAIA, 2001:123)

Ao analisar os depoimentos quanto à avaliação dos trabalhos desenvolvidos, os relatos foram unânimes em elogiar as pessoas que trabalham no CRAS. Alegam que se sentiram acolhidas, que as pessoas trabalham com o coração, são esforçadas, gentis e empolgadas.

Uma entrevistada mencionou que “aprendeu a se preocupar só quando precisa”, isso quer dizer que está conseguindo discernir os problemas, não fica se lamentando, se fazendo de vítima diante de qualquer obstáculo, demonstra amadurecimento, alega que mudou para melhor, “tô muito feliz de estar aqui, pode contar comigo”. Essa aparente mudança e disponibilidade nos revela que podemos ter um usuário ativo e aliado no território em que vive.

#### **Depoimentos:**

“Aqui as meninas são muito legais com a gente, gente fina, não tô falando porque tô na sua frente, mas porque é verdade, todo mundo é bom aqui. Faz conta da gente. [...] As pessoas lá fora falam que tá acontecendo muitas coisas, cursos diferentes, elas comentam que tem bastante coisa. Tô muito feliz de estar aqui, pode contar comigo eu aprendi a me preocupar só quando precisa. Eu acho que tá tudo bom, não precisa mudar, precisa continuar... Assim, tá bom, eu tô gostando... Eu gosto mesmo, tem me ajudado muito, nos meus problemas. Eu mudei... Eu acho, né? Melhorei, né?” (Entrevistada I.O.)

[...] “Todas as vezes que eu vim aqui ou quando meu esposo veio, como eu falei que o cadastro tá no nome dele, todas as vezes que a gente veio aqui, sempre além do bom atendimento,

eles sempre fizeram de tudo pra resolver o problema que a gente trouxe, né. Se as vezes aqui propriamente não resolvia, eles encaminhava a gente pra outro lugar, como lá pra baixo, então quer dizer, pra mim tá ótimo, é claro que se tivesse mais cursos... [...] Ah, eu queria que a Albertina voltasse, eu gostaria de revê-la, pra ela ver que teve um valor muito alto pra minha auto-estima, porque a gente passa a acreditar mais quando a gente tem uma oportunidade assim, com as coisas que ela ensinou durante as palestras, foi muito bom”. (Entrevistada M.B.S.)

“Parabenizar né, vocês pelo trabalho, (rsrs) tem pessoas ótimas, eu não conheço assim muito, muito bem todas as pessoas, mas pelo que eu já vi nas reuniões são pessoas ótimas; tem essa moça que trabalha aqui agora, o rapaz tudo, se esforça; [...] quando tem festinha vejo aquelas pessoas tudo se esforçando, trabalhando. Então é parabenizar mesmo que continuem assim, né, com essa gentileza toda, essa empolgação, porque eles trabalha de coração parece que vem de dentro, né, então é muito bonito isso. Que continue! Parabenizar mesmo!Prá você também.” (Entrevistada M.I.R.)

#### Segundo Amartya Sen:

“Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar o seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva”. (SEN, 2000:26)

Observa-se que as entrevistadas participaram ativamente das oportunidades a elas ofertadas. Apesar das falas das nossas entrevistadas com relação ao CRAS apresentarem elogios, sabemos das fragilidades e do momento específico de implantação do SUAS. É preciso qualificar o trabalho técnico de toda a equipe profissional e ofertar serviços de qualidade que responda as necessidades detectadas.

## Reivindicações e sugestões

Interessante observar que a grande maioria das entrevistas apontou a necessidade de realização de um trabalho socioeducativo voltado para os homens.

Depoimentos:

“Ah, seria bom ter assim... uma pessoa pra conversar, fazer uma reunião com eles também, como na reunião da gente; os home tinham que ter a reunião deles, a respeito do que tá acontecendo do que vai acontecer, né, seria bom que uma pessoa fizesse essa reunião com os maridos também, né? Seria importante demais, né?”. (Entrevistada B.A.S.C.)

“Para trazer os homens? Curso de pedreiro já teve né? Curso de pedreiro essas coisas... Teve? Acho que seria bom, né? Computação, informática essas coisas, né, acho que, não sei se os maridos, mas os filhos né, com certeza viriam seria bom... Se fosse possível”. (Entrevista M.I.R.)

“Pode ser feito muita coisa pros homens eles tão precisando muito também, pros jovens também, eles não tem o que fazer e precisam fazer coisas boas. Por exemplo: agora que é férias, eles pulam os muros da escola, mas você sabe como é jovens, nem sempre respeita e faz como eles querem. Meu filho também já pulou o muro eu não gostei, chamei a atenção dele pra não fazer coisa errada senão acontece coisa ruim. Então, Janete é preciso fazer coisas pros jovens, mas eu não tenho sugestão, mas que precisa ser feito precisa. - Não tenho idéia, mas precisa chamar eles pra escutar um pouco... Assim não acontece tanta coisa ruim feito por homens, né? “[...]posso falar do fantástico da semana passada? Então, foi mostrada cada barbaridade que os jovens tão fazendo. Mais os homens... Quase não aparece coisa das mulheres, elas estão mais preocupadas em trabalhar, não em fazer coisas errada, se ocupa sempre com muitas coisas. Já os homens têm que escutar mais, eles pensam que sabem mais que as mulheres, mas eles sabem bem também.... Mas não sabem mais... Podem saber igual!”(Entrevistada I.O.)

“Eu acho que pros homens já é mais difícil...” (Entrevistada I.J.P.)

Ah, eu acho que assim... algum curso profissionalizante embora aqui já tenha, mas eu acho que alguns cursos com menos tempo, eu acho que até atrairia, eu acho que outra coisa boa também é o estudo, só pra pais de família, porque o meu esposo mesmo, tem uma vontade imensa de estudar só que ele diz que aonde vai, tem a molecada com quinze, dezesseis anos, dezoito anos. Na cabeça dele... ele diz que não consegue fazer

funcionar. [...]Então eu acho que o pouco que eu acompanhei ele estudando, eu acho que ele tem muita vontade de aprender, tem muita vontade de fazer curso, mais pra pais de família que tem uma responsabilidade maior do que os jovens, cabeça de jovem é cabeça de jovem, né, eles conseguem encaixar tudo mais fácil, e as pessoas que já tem família, filhos pra eles já é mais difícil, ter assim um aprendizado... (Entrevistada M.B.S.)

“Ah, é difícil viu, as homarada é muito machista, né e os homens na real hoje, não são mais aqueles homens de antigamente, né, que era mais família, pensava em estar junto. Hoje os homens só pensam em fazer filho e curtir a vida, porque ajudar mesmo... [...]E os rapaiz de hoje tão crescendo, virando homem, mas não tão tendo a cabeça de homem, em vez de eles ir pra frente, estão com a cabeça pra traz, voltando lá pra infância lá, tomando atitude de moleque de cinco anos, os homem hoje tá difícil a gente domar eles...Tem que fazer alguma coisa pra mudá o comportamento deles” (Entrevistada S.E.S.S.)

Analisando as sugestões a respeito de se conceber um trabalho socioeducativo para os homens, é preciso aprofundar as particularidades de gênero e suas especificidades.

As entrevistadas apontam que os homens precisam ser trabalhados, ter seu espaço no CRAS, como as mulheres conquistaram, mas reconhecem que não será fácil, frente ao caráter machista do homem. Poucas se atreveram a dar sugestão do trabalho a ser realizado para o gênero masculino, apontaram curso de pedreiro, de informática, cursos de alfabetização de adulto, cursos profissionalizantes, todos no período noturno. Alegam que os jovens também precisam de oportunidade para serem trabalhados.

As entrevistadas trouxeram outras reivindicações e sugestões, entre elas destacam-se promover uma excursão com as beneficiárias do PBF e seus familiares, com proposta de incentivar essas famílias a participarem das atividades socioeducativas. Também sugeriram ampliar os horários dos cursos, desta forma possibilitar maior participação dos usuários; divulgar as atividades do CRAS através de cartazes fixados em locais públicos, comércios, ônibus, etc..

## Demais reivindicações

“Até eu ia dar uma idéia também, que podia promover uma excursão com as famílias do Bolsa Família, que são muitas, né? Podia até fazer uma excursão, uma excursão pra fora, né? Prá incentivar a família, todos... com os filhos, marido, tudo, né...[...]Curso já tem demais, tem curso demais, tem opção tudo... Seria bom se aumentasse o horário também, porque aí, até eu fazia.” (Entrevistada B.A.S.C.)

“Só que tivesse um espaço a mais pras crianças ficarem mais a vontade, né, eles ficam aqui dentro mais presos. (referindo ao Projeto “Espaço dos Amigos”) Se tivesse um campo pra eles ir pra fazer as atividades a mais. Eles ficam mais aqui dentro... Eles têm que tirar a energia deles, porque senão ninguém segura... Um espaço a mais prá eles. [...] Mas tem gente que não conhece. (CRAS) Vai ter que por cartazes na escola, porta de escola que a turma vai muito buscar as crianças, no mercado, ponto de ônibus e as pessoas viam e iam querer conhecer o espaço. [...] Ah, eu não sei se vai resolver o que eu quero falar, eu queria que tivesse casa popular no bairro, seria uma coisa boa, né? Pra sair do aluguel. Nunca teve, desde que eu moro aqui eu pago aluguel desde que eu casei, faz catorze anos e eu nunca tive casa para morar então eu queria que tivesse casa popular pra poder ver se eu consigo alguma coisa”. (Entrevistada I.J.P.)

[...]a gente também teve conversando sobre abrir uma escola em horário integral para as crianças que ficam na rua que os pais trabalham, não tem condições de pagar, sobre as creche, foi muita coisa que a gente conversou. [...] tinha que ter horários pro período mais à tarde, mais a noitinha pra quem trabalha, né, porque como nem eu, tenho as crianças em casa, trabalho, mais a renda que eu ganho não dá e se eu fizesse os cursos fazer alguma coisa no meu tempo vago seria mais um pouco que eu conseguia pra poder por dentro de casa”. (Entrevistada S.E.S.S.)

As sugestões e reivindicações revelam a necessidade de políticas integradas. Coloca-nos o desafio de um planejamento territorial integrado junto às demais áreas como educação, saúde, esporte, habitação, etc., dessa forma propõe o lançamento de programa de casas populares, beneficiando os usuários de baixa renda; construção de uma creche, facilitando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho; espaço específico para atividades esportivas para as crianças do Projeto “Espaço dos Amigos” e demais crianças do território.

## Projetos de vida, expectativas para o futuro

Ao analisar o projeto de vida das entrevistadas constatou-se que aspiram, sonham, com um futuro melhor para a família, principalmente para os filhos, deixando os sentimentos próprios em segundo plano. O importante são os filhos “se darem bem na vida”. Almejam que os filhos estudem, se possível até a faculdade, para então conseguirem bom trabalho. Dessa forma as entrevistadas realizam-se através dos filhos, projetando nos filhos a realização dos seus sonhos.

### Depoimentos:

“O que eu espero da minha vida... eu espero muitas melhoras, que eu ajudando (trabalho) espero que amanhã eu possa me erguer bastante, que eu possa com essa ajuda que o CRAS dá... ver todas as famílias, assim se erguendo indo prá frente, não espero assim que eles desanimassem, mas que eles tenham força de vontade.” (Entrevistada B.A.S.S.)

“Ah do futuro tô planejando trabalhar né, trabalhar. Ah! mudar sempre pra melhor, né? É isso, já tenho um rapazinho de quinze anos vai fazer dezesseis em julho, ele tá é no primeiro colegial quero que ele vá trabalha... vai ajudar a melhorar, é isso, trabalhar e melhorar o futuro. Os filhos estão estudando, tão estudando tudo direitinho. É... é isso, melhoras”. (Entrevistada M.I.R.)

“Pretendo coisas boas, coisas boas pra todo mundo, pros meus filhos, quero fazer tudo aqui, você me chama? Me avisa? Eu quero que vocês faça coisas pros jovens e pros homens também, eles precisam mais que as mulheres”. (Entrevistada I.O.)

“Ai, eu pretendo que melhora, que meu marido sei lá, possa ganhar mais, que eu possa comprar uma casa pra mim morar, porque eu pago aluguel. Eu pago cento e oitenta, pago água, luz, então é complicado. Continuar aqui e fazendo curso”. (Entrevistada I.J.P.)

“Agora graças a Deus meu esposo, começou a receber através da justiça o salário... foi em 2003/2004 agora que o advogado conseguiu pra gente isso aí então... é pequeno o salário, mas eu quero comprar um terreno maior onde tem espaço pros meus filhos. [...] Então eu espero o meu projeto de vida, meu e do meu esposo é esse eu quero comprar um terreno maior onde tem espaço pros meus filhos. (Entrevistada M.B.S.)”.

“Ah, só meus filhos, só terminar de criar meus filhos e assim, bem... num vê nenhum sabe... ir pro caminho errado é a única coisa eu tenho medo. Tenho um menino, tenho muito medo desse menino entrar nas drogas, então eu procuro sempre fazer as coisas certas, porque o meu futuro é meus filho. Só penso no futuro deles, eu não penso em futuro pra mim, eu penso em futuro pra eles. Então eu luto na vida pra pode dá um futuro melhor pra eles, pra mostrar pras minhas filhas que tão ficando moça, terminando a escola, pra incentivar elas a procurar um trabalho quando tiver na idade, pra poder começar a fazer uma faculdade, e eu procuro mostrar essas coisas pra elas”. (Entrevistada S.E.S.S.)

Uma das entrevistadas almeja melhorar de vida após conseguir um emprego e ajudar no orçamento da casa, outra aspira um salário melhor para o marido, para conseguir comprar uma casa; alguns depoimentos apontam interesse em continuar a fazer os cursos promovidos pelo CRAS.

O sofrimento e o sentimento de medo apresentado no depoimento de uma entrevistada quanto ao possível envolvimento dos filhos em relação às drogas deve ser considerada como alerta. Esse sofrimento pode ser sentido na sua plenitude por quem está afetado por esse drama.

Segundo Sawaia:

“O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. É experimentado como dor, na opinião de Heller, apenas por quem vive a situação de exclusão ou por “seres humanos genéricos” e pelos santos, quando todos deveriam estar sentindo-o, para que todos se implicassem com a causa da humanidade”. (SAWAIA, 1999:102)

Sawaia aponta que o sofrimento interfere diretamente nas capacidades humanas tornando uma medida de desigualdade social quando é possível observar que algumas coletividades sofrem mais que outras.

O projeto de vida e a expectativa para o futuro são importantes porque mobilizam as pessoas para lutar, melhorar de vida, trazendo implícita a possibilidade do desenvolvimento e das capacidades e da participação cidadã.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O direito à felicidade faz parte dos direitos sociais.”

Bader Burihan Sawaia (1999)

A propositura dessa dissertação foi apresentar os resultados de uma experiência realizada junto às famílias que participaram das atividades socioeducativas desenvolvidas no CRAS/Bonfim procurando apreender as vivências, significados e a potencialidade das estratégias de trabalho no território para garantia de direitos sociais, tendo como pressupostos a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

Buscamos trilhar o caminho percorrido pela assistência social no município de Cabreúva, sua implantação, implementação e o desafio na consolidação do SUAS, considerando as características e particularidades da cidade tanto do ponto de vista ambiental, de produção econômica e reprodução social. Cabreúva é uma cidade de pequeno porte II, inserida numa região de roteiro turístico, mas que apresenta inúmeras fragilidades e necessidades sociais, entre elas, destaca-se a insuficiência de serviços e/ou vagas na área da educação, em particular para alfabetização e profissionalização de jovens e adultos, já que a maioria de nossas entrevistadas e seus companheiros apresenta baixa escolaridade e uma inserção precária no mercado de trabalho.

Nessa trajetória, buscou-se apresentar as dificuldades, entraves, as possibilidades e os desafios vivenciados na concretização de um trabalho que tem como diretriz os eixos estruturantes do SUAS, a matricialidade sociofamiliar e a territorialidade.

O resultado da produção acadêmica aponta reflexões a cerca de alguns aspectos que nos parecem centrais para o aprofundamento do Sistema e aprimoramento da gestão em Cabreúva:

### **a) Quanto as especificidades e desafios para os municípios de pequeno porte II na implantação do SUAS**

Considera-se um avanço na PNAS a compreensão da realidade social e da gestão a partir do eixo da territorialidade e do porte dos municípios brasileiros, o que sem sombra de dúvida revelou a diversidade regional, as configurações das desigualdades sociais e as situações de maior vulnerabilidade e risco. Contudo, é necessário olhar para as diferenças internas existentes em cada porte, identificando suas particularidades e até mesmo intra-urbano.

No caso de Cabreúva, o município apresenta orçamento e estrutura que possibilitam certa autonomia em relação aos recursos federais e estaduais, apesar da importância do co-financiamento, realidade diferente de outras cidades do mesmo porte. Um exemplo é que a construção do CRAS, seus equipamentos e a contratação da equipe foram feitos com recursos próprios (municipais), contando para os serviços e atividades com recursos provenientes do co-financiamento.

Observa-se também que o município apresenta diferenças intra-urbanas, no qual cada bairro tem características conforme a configuração e crescimento da cidade. No caso do Bairro Bonfim, território de maior vulnerabilidade social, seu surgimento está diretamente relacionado com a ausência de uma política habitacional para a população de baixa renda, pois apesar do lançamento do projeto/loteamento habitacional ter ocorrido em 1992, sua ocupação foi irregular e desordenada, e os investimentos públicos (asfalto, água, energia, equipamentos públicos, etc.) só ocorreram mediante a reivindicação da população e durante as diversas gestões, de maneira parcial e não planejada.

### **b) Quanto ao CRAS e os serviços socioassistenciais**

Ao investigar a satisfação e aceitação dos serviços disponibilizados pelo CRAS às usuárias entrevistadas, como também a identificação das suas

necessidades, anseios e expectativas, percebe-se que o caminho percorrido foi acertado.

Quanto a participação das famílias usuárias da assistência social nas atividades socioeducativas, programas e projetos desenvolvidos no CRAS, não podemos ignorar alguns fatores ocorridos como o afunilamento que ocorreu no universo de 422 usuários do PBF que estiveram presentes nas atividades socioeducativas iniciais. Apenas 67 usuárias aceitaram participar do projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, das quais somente 14, tiveram participação nas demais atividades oferecidas e, para nossa pesquisa finalizamos com a seleção de 06 usuárias.

Do ponto de vista da metodologia/estratégia para motivar as famílias na participação das atividades, constatamos que compete aos profissionais oferecer projetos criativos, que permitam a possibilidade de escolha e identificação dos usuários, pois assim poderemos desenvolver ações com sua efetiva participação.

Talvez o fato das usuárias se identificarem com a proposta de reconhecer o território em que habitam (bairro e cidade) tenha sido o responsável pelo sucesso do trabalho e poder constatar a evidente mudança das usuárias, desde o momento de sua inserção no CRAS até o presente. É gratificante observar o crescimento de algumas usuárias, constatar a presença das mesmas em cursos de geração de renda, palestras, ou até mesmo se disponibilizando em ajudar nos eventos do CRAS.

Outro aspecto importante a analisar é o trabalho intersetorial, que o CRAS ousou exercitar na experiência das atividades socioeducativas do PBF, que permitiu mobilizar os beneficiários através das secretarias diretamente envolvidas no programa: Ação Social, Educação e Saúde. Para tal gostaria de registrar que é imprescindível o planejamento intersetorial e integrado nos serviços públicos municipais. O planejamento das ações possibilita a otimização de recursos financeiros, evita a pulverização de ações desnecessárias, possibilita a realização de um trabalho abrangente e parceiro,

e, principalmente, olha e atende a população na sua totalidade. A cumplicidade entre as secretarias permite o engajamento entre a equipe técnica e demais funcionários, possibilita agilidade e concretização das ações, pois não há uma secretaria “dona” do projeto e sim parceira, todos são responsáveis pelo sucesso ou insucesso do projeto.

Envolve ainda a vontade política/empenho do poder executivo, dos órgãos gestores municipais e a apropriação pelos técnicos dos programas federais, estaduais, valendo-se dos dados cadastrais (dos programas) que revelam o perfil da população para se pensar as políticas públicas tendo em vista a realidade social.

“Afirmar que a assistência social deve ser socialmente assumida no bojo de um projeto político emancipatório não significa que ela isoladamente enfrenta e supera a exclusão, a pobreza e outras expressões da desigualdade. É preciso reconhecer os limites das políticas sociais na alteração das estruturas de poder e nos determinantes geradores das demandas por direitos. Não obstante, essa política tem um potencial estratégico na ampliação do sistema de proteção social e da consciência crítica”. (BATTINI, 2007:62)

A expectativa do pesquisador quanto à pesquisa realizada foi possibilitar maior visibilidade ao sujeito, a sua realidade, as suas vivências e aspirações, permitindo desenvolver ações mais comprometidas ética e politicamente com a realidade, aliando-se ao coletivo na superação das desigualdades e exclusão social.

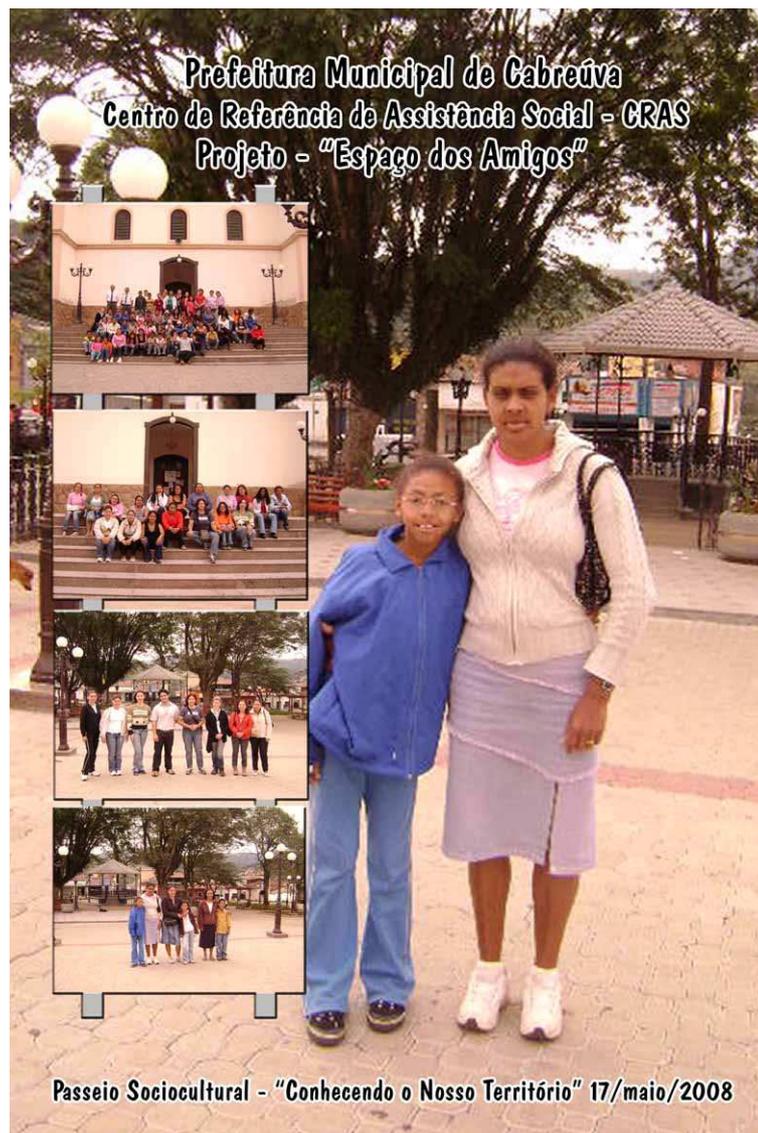
Para o pesquisador um importante desafio é identificar as situações de vulnerabilidades e riscos sociais a que os usuários estão sujeitos e como prover os serviços, programas e projetos necessários, bem como fazer chegar ao alcance dos usuários os benefícios a que têm direito.

Ao refletirmos sobre o território adotado como estratégia para garantia de direitos sociais concluímos que foi possível uma análise crítica dos elementos de pertencimento das entrevistadas, a identificação dos recursos socioassistenciais públicos, demais unidades prestadoras de serviços e a

relação com as demais políticas executoras de serviços. A territorialidade nos apontou uma realidade social singular, fruto da produção e reprodução das relações sociais locais.

Dessa forma nos possibilitou vislumbrar a necessidade das ações dos serviços nesse território tais como: atualização do diagnóstico do loteamento Novo Bonfim, o exercício efetivo de trabalho intersetorial junto às famílias e definir as políticas públicas que darão conta das questões sociais apontadas: escolaridade muito baixa, ausência de creche, necessidade de ampliação e horário escolar para as crianças, intensificar o programa de educação para adultos, a desqualificação profissional, a insegurança, divulgação e ampliação dos serviços existentes no CRAS, oferecendo oportunidades para que a população usuária seja sujeito das ações.

O desafio do pesquisador é disseminar conhecimento em reconhecer os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos com capacidade e autonomia para intervir em sua própria realidade, sem assistencialismo e subalternidade presente nas ações governamentais; partindo do princípio que essas ações governamentais se transformem e ofereçam oportunidades.



**Ilustração 7: Passeio Sociocultural – (Projeto “Espaço dos Amigos”)** <sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Todas as mães que acompanharam os (as) filhos (as) no Passeio Sociocultural, receberam um porta retrato contemplando as fotos da mãe e seu (sua) respectivo (a) filho (a).

## BIBLIOGRAFIA

AAPCS, **Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária**. SUAS - Conceituação e perspectivas, contrato n.12, São Paulo, 2006.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais – IEE-PUC/SP, 2005, 316p.

ARREGUI, Carlota Cabajal; BLANES, Denise Neri. (Orgs.). **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008, 320p.

BATTINI, Odária (Org.). **Assistência Social: constitucionalização, representação, práticas**. Série temas 02. São Paulo: Veras, 1998, 252p.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa nas Ciências Sociais: desafios e perspectivas**. Emancipação, 3(1): 9-23, 2003. 18p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: CIPEC, 2007, 190p.

BOURGUIGNON, Jussara A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço. Social Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007.

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 08 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Assistência Social, *Conselho Nacional de Assistência Social*. Relatório da IV Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, 2003, 42p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, Resolução n. 145, 15 de outubro 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS*. Construindo as Bases para Implantação do Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2005. 83p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social - *Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social*, Versão Preliminar, Brasília, DF, junho de 2006, 75p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Versão preliminar, Brasília, junho de 2006.

CARLOTO, Maria Cássia. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo nº 86, p.139-155, julho de 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 144-155, março de 2000.

\_\_\_\_\_. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulamentação. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p.123-131, Especial, 2006.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 9ª REGIÃO-GESTÃO 2002-2005 (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social**: coletâneas de leis decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social. São Paulo: O Conselho, 2004, 353p.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do estado capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: UEPG, 2006, 259p.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: problematizando fundamentos e conceitos; In **19ª Conferência Mundial de Serviço Social**: o desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. Ed. Cortez: 2008, 14p.

ESCORSI, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 86, julho de 2008.

FACCIOLI, Janete Cristina Geraldo. **Limites e Possibilidades na Implantação do Serviço Social**, Campinas, 1983, 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC/Campinas.

\_\_\_\_\_, **O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o comprometimento com a Responsabilidade Social e a Comunicação Pública**. Campinas, 2005, 17p., Artigo: Pós-Graduação - Lato Sensu, Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas - METROCAMP.

\_\_\_\_\_, **O papel da Comunicação Pública e da Responsabilidade Social na Implementação da Política de Assistência Social - DRADS/Campinas**.

Campinas, 2005,16p., Artigo: Master in Business Communication - MBC, Faculdades Integradas Metropolitanas de Campinas - METROCAMP.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, p. 9-39, abril de 1996.

\_\_\_\_\_. Desafios do Serviço Social na era da globalização. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, p.152-186, novembro de 1999.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.). **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007, 223p.

GARCIA, Joana. Política e Serviço Social: contextos distintos, desafios semelhantes. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, p.05-29, julho de 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003, 326p.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**, 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007, 96p.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005, 183p.

KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 72, p. 22-52, novembro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003, 299p.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Frederico. Território e políticas públicas. In: **Trabalho com Famílias**. Textos de Apoio, São Paulo, n. 2, IEE/PUC-SP, p. 54-77, 2004.

\_\_\_\_\_; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas brasileiras. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 98-108, março de 2006.

LOSACO, Sílvia. O jovem e o contexto familiar. In **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais – IEE-PUC/SP, p. 63-78, 2005.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro, MAIA, Rouseley Celi Moreira. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: O Programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, p. 58-84, março de 2007.

MESTRINER, Maria Luiza. **Serviço Social e Trabalho com Famílias**, Espaço Tête-à-tête do Saber, São Paulo, janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, 320p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, 108p.

MIOTO e Takashima, G. **Crises Familiares e Separação Conjugal**. Rio de Janeiro: anais do V ENPESS, 1996.

\_\_\_\_\_, Regina Célia T. **“Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares**. Rev. Katálises. Florianópolis, v. 02, p. 20-26, 1998.

\_\_\_\_\_. Ações socioeducativas em programas de transferência de renda. In: **Trabalho com Famílias**. Textos de Apoio n.2. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 45-51, 2004.

NAVARRO, Érika de Fátima. **A Trajetória do Serviço Social Municipal de uma Cidade Interiorana: avanços e desafios**. São Paulo, 2002, 64 p., Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, Curso de Serviço Social, Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS/SP.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abril de 1996.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 93, p. 101-123, março de 2008.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 87, p. 5-24, Especial, 2006.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo SUAS: o marco histórico da VI Conferência

Nacional de Assistência Social. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 93, p. 191-195, março de 2008.

PAZ, Rosangela Dias O. Código de Ética: reafirmar a função pública de conselheiros e conselheiras. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 117-122, março de 2006.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros; RESENDE, Luis Fernando de Lara; BEGHIN, Nathalie. **O COMUNIDADE SOLIDÁRIA**: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, n. 12, p. 19-37, (jan/jun de 1995).

PEREIRA, Potyara A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social, In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 54-62, março de 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998, 303p.

\_\_\_\_\_, Processos de articulação na perspectiva socioassistencial. In: ARREGUI, Carola Carbajal; BLANES, Denise Neri. (Orgs.). **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 209-215, 2008.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, 174p.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007, 152p.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação social e subjetividade. In **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FASESP, p. 115-134, 2001.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta: revisão técnica Ricardo Doniseli Mendes, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A descentralização da política de assistência social: da concepção a realidade. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 65, p. 124-145, março de 2001.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, Biblioteca básica do serviço social, v. 3, 2007, 511p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação: Milton Santos, um revolucionário. In **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Ano VI n. 16, (janeiro-abril), Buenos Aires: CLACSO, p. 251-261, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988, 333p.

\_\_\_\_\_. FALCÃO, Maria do Carmo. **A Assistência Social Brasileira: descentralização e municipalização**. São Paulo: EDUC, 1990, 120p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 120p.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o Programa de Renda Mínima. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 66, p. 76-90, julho de 2001.

\_\_\_\_\_, Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 68, p. 54-82, julho de 2001.

\_\_\_\_\_, Regulação Social Tardia: Características das Políticas Sociais Latino-Americanas na Passagem entre o segundo e Terceiro Milênio. In **Socialis**, vol. 6, ed. HomoSapiens. Rosário, Argentina, p. 1-68, 2002.

\_\_\_\_\_, Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 78, p. 171-179, julho de 2004.

\_\_\_\_\_, Especificidade e Intersetorialidade da política de assistência social. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 30-53, março de 2004.

\_\_\_\_\_, Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiências. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, março de 2006.

\_\_\_\_\_, O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p. 96-122, Especial, 2006.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Primeiras-Damas e a Assistência Social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002, 206p.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 2004, 224p.

VITALE, Maria Amalia Faller. Famílias monoparentais: In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, p. 45-62, Especial, de 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A particularidade da questão social na América Latina. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 76, p. 37-57, novembro de 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996, 184p.

\_\_\_\_\_. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 77, p. 11-29, março de 2004.

\_\_\_\_\_. A Assistência Social na prática profissional: História e perspectivas. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 123-141, março de 2006.

## SITES CONSULTADOS

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em fevereiro de 2007.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 26 de abril 2007.

Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/suas/revisoes\\_bpc/bpc](http://www.mds.gov.br/suas/revisoes_bpc/bpc)> Acesso em 2007.

Disponível em: <<http://www.perfildomunicipio.caged.gov.br/>>. Acesso em 2007.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas>>. Acesso em janeiro 2008.

Disponível em: <[www.sead.gov.br](http://www.sead.gov.br/)>. Acesso em agosto de 2008.

Disponível em: <[www.pnud.org.br/idh/](http://www.pnud.org.br/idh/)>. Acesso em setembro de 2008.

Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/>> . Acesso em setembro de 2008.

Disponível em: <<http://www.cabreuva.sp.gov.br>>. Acesso em setembro de 2008.

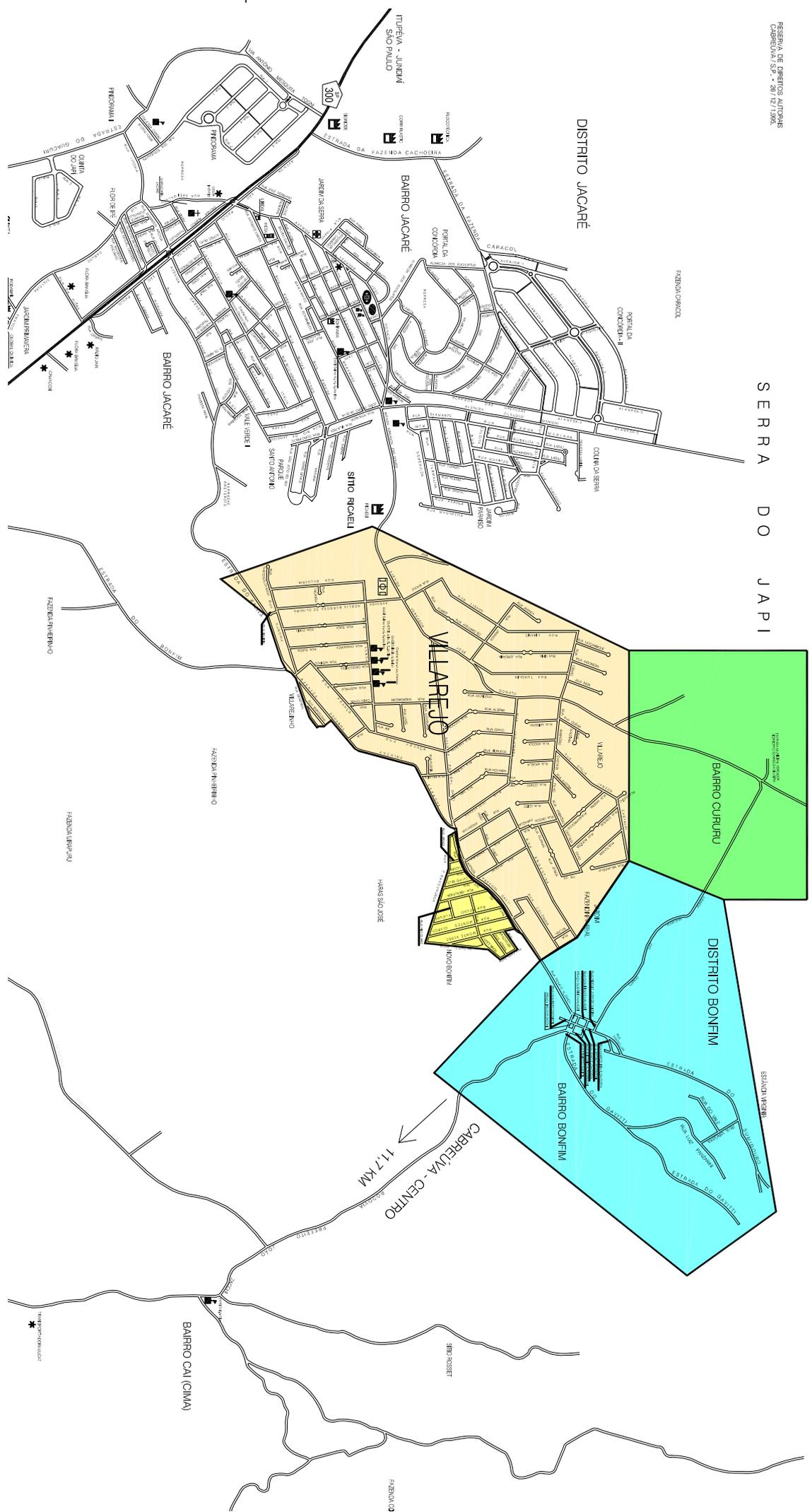
Disponível em: <<http://bibliotcavirtual.clacso.org.ar/libros/osal16/D16Santos>>. Acesso em dezembro de 2008.

Disponível em: <<http://familiainfoco.blogspot.com/2008/01/conceito-de-familia-no-contexto-do.html>>. Acesso em janeiro de 2009.

Disponível em: <<http://www.cpihts.com/Library/Deont.htm>>. Acesso em dezembro de 2008.

Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo>>. Acesso em fevereiro de 2009.

# SERRA DO JAPI



DISTRITO JACARÉ

BAIRRO JACARÉ

BAIRRO JACARÉ

SITIO RICAELI

VILA VERDE

BAIRRO CURURU

DISTRITO BONFIM

BAIRRO BONFIM

CABRELIVA - CENTRO  
11,7 KM

BAIRRO CAI CIMA

## ANEXO II

### AUTORIZAÇÃO

Autorizo a utilização e divulgação do material resultante da pesquisa (dados estatísticos e áudio), referente ao trabalho socioeducativo do Programa Bolsa Família e ao Projeto “Reconhecendo o Nosso Território”, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Bonfim.

Usuário (a):

---

NOME COMPLETO

Cabreúva, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

**Janete Cristina Geraldo Faccioli**  
**Pesquisadora**

## **ANEXO III**

### **QUESTIONÁRIO**

#### **Momento: anterior a instalação do CRAS**

Onde você procurava atendimento antes do funcionamento CRAS/Bonfim?

1. O que mudou com a existência do CRAS no bairro?
2. Houve alguma mudança no atendimento com o CRAS instalado no bairro?
3. O que mudou?

#### **Momento: execução do Projeto “Reconhecendo o nosso Território”, explorar as lembranças dos 04 encontros (palestra com o tema auto-estima, questionário sobre o território, jantar e o passeio**

4. Você se lembra do Projeto “Reconhecendo o nosso Território” (encontros)?
5. O que você lembra?
6. O que você achou dessa experiência?
7. Qual foi o momento mais marcante durante sua participação no projeto?
8. Você trouxe algum acompanhante? Quem?
9. O que o seu acompanhante achou do encontro no CRAS?
10. O passeio pelos diversos bairros e ao centro da cidade proporcionou alguma novidade?
11. Você fez amizades durante esse projeto?
12. Durante o passeio você descobriu algo que não conhecia?
13. O que aconteceu de bom durante o passeio?

#### **Momento: após instalação do CRAS**

14. Qual foi o momento mais marcante durante sua participação no CRAS?
15. Você já conhecia os serviços, atendimentos e cursos ofertados no CRAS?
16. Você participou de algum curso ofertado no CRAS?
17. Como o trabalho desenvolvido no CRAS pode ajudar a sua família?
18. Que outros serviços poderiam ser ofertados no CRAS?
19. Você gostaria de fazer algum comentário sobre o que as pessoas falam sobre o CRAS?
20. Que atividades poderiam ser desenvolvidas no CRAS de interesse dos homens?
21. Como você se sente participando do CRAS?
22. Você faria alguma mudança no CRAS? Qual?
23. Você é beneficiária do programa Bolsa Família?

#### **Programa Federal Bolsa Família – PBF**

**24.** Você é beneficiária do programa Bolsa Família?

**25.** Como você utiliza o dinheiro do programa Bolsa Família?

**Projeto de Vida: expectativa para o futuro**

**26.** O que você espera do futuro?



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)